



SENADO FEDERAL

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O TURISMO

PÓS-PANDEMIA

CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O TURISMO PÓS - PANDEMIA

**CICLO DE DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
TURISMO - SEGUNDO SEMESTRE DE 2021 E PRIMEIRO
SEMESTRE DE 2022**

Brasília – 2022

SENADO FEDERAL



Mesa Diretora do Senado Federal

Biênio 2021–2022

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador Romário

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador Irajá

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Elmano Férrer

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Rogério Carvalho

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Weverton Rocha

QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º suplente: Senador Jorginho Mello

2º suplente: Senador Luiz do Carmo

3º suplente: Senadora Eliziane Gama

4º suplente: Senador Zequinha Marinho

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Gustavo A. Sabóia Vieira

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
Marcelo Castro (MDB)	Eduardo Braga (MDB)
Nilda Gondim (MDB)	Eduardo Gomes (MDB)
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	
Eliane Nogueira (PP)	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Izalci Lucas (PSDB)	Roberto Rocha (PSDB)
Plínio Valério (PSDB)	Rodrigo Cunha (PSDB)
Soraya Thronicke (PSL)	Eduardo Girão (PODEMOS)
Styvenson Valentim (PODEMOS)	Flávio Arns (PODEMOS)
PSD	
Angelo Coronel (PSD)	Irajá (PSD)
Carlos Fávaro (PSD)	Nelsinho Trad (PSD)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Chico Rodrigues (DEM)	Jorginho Mello (PL)
Zequinha Marinho (PSC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Jaques Wagner (PT)	Zenaide Maia (PROS)
Fernando Collor (PROS)	Jean Paul Prates (PT)
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)	
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Cid Gomes (PDT)
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Acir Gurgacz (PDT)

CORPO TÉCNICO DA CONSULTORIA

Márcio de Oliveira Júnior
Eduardo Ribeiro
Frederico Andrade Tomich

GABINETE DO SENADOR FERNANDO COLLOR

Joberto Mattos de Sant' Anna – Chefe de Gabinete
Marcus Vinicius Caldas Souto – Subchefe de Gabinete
Leonardo Antonio Onofre de Souza – Assessor
Arthur Maciel Motta – Assessor Parlamentar
Hebert Vieira Coutinho – Assessor

CORPO TÉCNICO DA SECRETARIA DE APOIO À COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Marcus Guevara Sousa de Carvalho – Secretário da Comissão
Leomar Diniz – Secretário Adjunto

Equipe Técnica:

Daiane de Moraes Soares
Gabriel Guimarães de Oliveira
Luciana Ferreira Cardoso
Luiz Carlos Santana de Freitas
Maria Fernanda S. S. F. Cruz
Rayanne Rossi Bougleux

Capa:

Vanessa Cândido Rodrigues

Contato

Secretaria de Apoio à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo / CDR
Senado Federal | SACDR – Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 07, subsolo
Fone: 61 3303-4282 e-mail: cdr@senado.leg.br

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O turismo pós-pandemia / Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. – Brasília : Senado Federal, [2022].

190 p. : il., fots., gravs. color.

Relatório consolidado do primeiro Ciclo de Debates sobre o Turismo.

1. Comissão parlamentar, Brasil, relatório. 2. Turismo, Brasil, relatório. I. Título.

CDDir 341.2537

Ciclo de Debates sobre Turismo

Segundo Semestre de 2021

Sumário

Introdução.....	7
Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo, realizada em 27/9/2021	11
8ª Mesa, realizada em 4/10/2021.....	25
9ª Mesa, realizada em 18/10/2021.....	39
10ª Mesa, realizada em 25/10/2021	51
11ª Mesa, realizada em 8/11/2021	69
12ª Mesa, realizada em 22/11/2021	77
13ª Mesa, realizada em 29/11/2021	101
14ª Mesa, realizada em 6/12/2021.....	115
15ª Mesa, realizada em 13/12/2021	125

Entre 2021 e 2022, o Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), promoveu um Ciclo de Audiências Públicas sobre o Turismo para contribuir com as discussões para a plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia. Nas várias Mesas que compuseram o Ciclo, foram diagnosticados os principais problemas do setor e sugeridas políticas públicas para sua recuperação.

Na primeira parte deste documento, apresentamos as discussões feitas pelas Mesas realizadas entre 27 de setembro e 13 de dezembro de 2021.

Em 27 de setembro de 2021, foi realizada uma Sessão Especial em homenagem ao Dia Mundial do Turismo. O Presidente anunciou que a reunião se dividiria em duas etapas contínuas. A primeira parte foi o lançamento da publicação da Comissão intitulada O Turismo Pós-Pandemia. Essa publicação traz todos os debates havidos nas audiências públicas realizadas no início de 2021. A segunda parte foi a realização da audiência pública em comemoração ao Dia Mundial do Turismo com o tema “Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo”.

Em 4 de outubro de 2021, foi discutido “O Turismo na era da economia compartilhada: oportunidades e desafios para turistas e poder público”. Segundo o Senador Fernando Collor, o compartilhamento, seja de bens, espaços e informações, por meio de plataformas na internet, é a inovação de maior impacto na organização da atividade turística nas últimas décadas, daí a importância de se discutir o tema.

Na Sessão realizada em 18 de outubro de 2021, discutiu-se a “Qualificação de mão de obra no setor de turismo: cenário atual, desafios e perspectivas”. De acordo com o Presidente da CDR, qualificação da mão de obra, segundo o Senador Fernando Collor, é um dos desafios mais impor-

tantes para a estruturação de uma indústria turística competitiva e moderna. Portanto, o tema não poderia ficar fora do Ciclo de Debates.

Em 25 de outubro de 2021, abordou-se “a promoção do ecoturismo como eixo para o desenvolvimento sustentável”. Para o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, construir uma indústria turística, ao mesmo tempo moderna, dinâmica e mais humana, passa necessariamente pela promoção e ampliação do turismo de natureza no nosso País. A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável foi um dos resultados históricos alcançados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O Brasil teve a honra de organizar e acolher esse evento durante o período do Senador Fernando Collor na Presidência da República. O turismo de natureza é possivelmente uma das atividades econômicas em que as três dimensões do desenvolvimento sustentável estão contempladas de maneira mais harmônica e sistêmica. Portanto, é de suma importância discutir e estimular o ecoturismo.

A seguir, em 8 de novembro de 2021, o tema da audiência foi “Selo Destino Seguro – a importância da biossegurança no turismo pós-pandemia”. Após longo período de dificuldades históricas, testemunhava-se naquele mês uma rápida e sólida recuperação da indústria turística. Desse modo, de acordo com o Senador Fernando Collor, sendo preservação da saúde uma prioridade absoluta a orientar o setor de turismo do novo normal que se descortinava em novembro de 2021, o tema não poderia ficar fora do Ciclo de Debates.

Na Sessão de 22 de novembro de 2021, o tema abordado foi “Turismo histórico, cívico e cultural: desafios do retorno pós-pandemia”. Para o Senador Fernando Collor, o tema se reveste de importância singular e interesse crescente no Brasil, devendo, então fazer parte do debate sobre a retomada do Turismo no Brasil.

Em dezembro, foram realizadas duas audiências. A primeira delas, em 6 de dezembro, discutiu o “Turismo religioso: os caminhos da fé no pós-pandemia”. O Senador Fernando Collor lembrou que a religião é importante na vida do povo brasileiro. Locais de devoção, romarias e festividades voltadas ao sagrado sempre fizeram e fazem parte da vida da população

brasileira e contribuem para a afirmação da nossa identidade como Nação. São inúmeros os destinos de celebração da fé no Brasil. O turismo religioso é uma atividade de importância cada vez maior no País, tanto do ponto de vista espiritual quanto econômico.

No dia 13 de dezembro de 2021, foi realizada a última audiência do ano com o tema “A retomada em curso da atividade turística e suas perspectivas para 2022”. Para o Senador Collor, o momento no fim de 2021 era de reflexão sobre os desafios enfrentados até aquele momento e uma oportunidade para buscar compreender o futuro que se anunciava, além de planejar as próximas iniciativas, daí a relevância do tema.

Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo

Realizada em 27/9/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, destinada à sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo e ao Dia do Turismólogo.

O Presidente anunciou que a reunião se dividiria em duas etapas contínuas. A primeira parte foi o lançamento da publicação da Comissão intitulada “O Turismo Pós-Pandemia”. Essa publicação traz todos os debates havidos nas audiências públicas realizadas no início de 2021 e naturalmente é muito importante porque traz todas as perspectivas daquela ocasião do turismo no pós-pandemia. A segunda parte foi a realização da audiência pública em comemoração ao Dia Mundial do Turismo com o tema “Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo”.

Os debates feitos na Comissão, e que resultaram na publicação, tiveram como objetivo discutir questões conjunturais e gargalos históricos enfrentados por diferentes segmentos turísticos no Brasil na busca de soluções criativas e ações efetivas para a promoção do setor. Os debates se desenvolveram ao longo de sete audiências públicas, além da sessão de abertura, que contou com a participação do Ministro de Estado do Turismo, Dr. Gilson Machado Neto.

A publicação registra, portanto, as contribuições de um conjunto selecionado de especialistas e representantes de mais de vinte organizações da indústria do turismo, assim como de parlamentares e autoridades do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. Os temas discutidos abarcaram segmentos expressivos da atividade turística, abrangendo desde hotéis e resorts até bares e restaurantes, passando pelo setor aéreo, eventos

corporativos, navios de cruzeiro, operadoras e agências de viagens e a retomada do turismo internacional.

Como não poderia ser diferente, os debates foram marcados pelo tema da pandemia da covid-19, que teve impactos negativos sobre a indústria do turismo no Brasil e no mundo. Mas com o avanço da vacinação e o consequente aumento de circulação de pessoas, a atividade turística começava a dar sinais de recuperação.

O presidente da CDR, Senador Fernando Collor, anunciou então que faria o livro “O Turismo Pós-Pandemia” chegar às mãos dos principais institutos e principais representantes do setor em todo o Brasil e também às escolas de turismo brasileiras, para o conhecimento de tudo aquilo que foi tratado no primeiro Ciclo de Debates feito pela CDR.

Em seguida, o Senador Fernando Collor anunciou que a segunda parte da reunião seria uma audiência pública de comemoração ao Dia Mundial do Turismo e do Turismólogo, com a finalidade de debater o investimento no turismo para um crescimento inclusivo. O debate nessa audiência teve como tema o “Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo”, tendo sido escolhido com vistas à celebração do Dia Mundial do Turismo, anualmente promovida no dia 27 de setembro. A data foi instituída em 1979, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), instituição integrante do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Presidente da CDR destacou que, naquele momento de retomada da atividade econômica, nada mais oportuno do que fomentar a reflexão e o debate sobre caminhos para conciliar os avanços do setor turístico com a urgência da inclusão social. Intensivo em mão de obra, o turismo tem potencial incomparável de geração de renda, de emprego, dinamizando e ampliando as economias locais. Ao mesmo tempo, tratando-se de atividade desempenhada essencialmente por pessoas para pessoas, contempla importante dimensão humana.

Desse modo, questões como investimentos em acessibilidade, em qualificação profissional, valorização das populações locais e dos povos tradicionais, preservação do nosso valioso e diversificado patrimônio imaterial estão no cen-

tro do debate, e as pessoas estão no centro do desafio de fazer do turismo um instrumento de construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, mais inclusiva e mais humana.

O Senador Fernando Collor informou então que o tema da audiência pública, “Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo”, foi sugerido pela Organização Mundial do Turismo para todos os países que estejam comemorando, celebrando ou relembando o Dia Mundial do Turismo, transformando esse em um tema verdadeiramente planetário.

O Presidente anunciou que a Organização Mundial do Turismo (OMT) ficou impossibilitada de participar ao vivo do evento em virtude da diferença de horário com Madri, sede da OMT. Diante dessa impossibilidade, o Senador Fernando Collor anunciou que a Comissão exibiria um vídeo com mensagem do Secretário-Geral da OMT para o Dia Mundial do Turismo.

Exibido o vídeo, o Senador Fernando Collor deu sequência à reunião, apresentando os expositores: Sr. Daniel Diniz Nepomuceno, Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, que representou o Ministro do Turismo, Sr. Gilson Machado Neto; o Sr. Virgílio Nelson Carvalho, Diretor da Confederação Nacional do Turismo; o Sr. Leonel Ribeiro, Coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci; a Sra. Vanessa Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal e o Sr. Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

I – Identificação

Sessão Especial em comemoração ao Dia Mundial do Turismo – 27/9/2021

Finalidade: discutir o tema “Investimento no Turismo para um crescimento inclusivo”

II – Participantes

1. **Daniel Diniz Nepomuceno**, secretário executivo do Ministério do Turismo;
2. **Leonel Ribeiro**, coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci;
3. **Virgílio Nelson Carvalho**, diretor da Confederação Nacional do Turismo (CNTur);
4. **Vanessa Chaves de Mendonça**, secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal (SETUR);
5. **Manoel Linhares**, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).

III – Relato da exposição dos convidados

Daniel Diniz Nepomuceno, secretário executivo do Ministério do Turismo (MTur), representando Sua Ex^a. o Ministro de Estado do Turismo, Gilson Machado Neto

O convidado explicou que, desde o início do governo, foram planejadas ações relacionadas à área de turismo para que o Brasil saísse do patamar dos seis milhões de estrangeiros, ampliasse a relação de emprego e renda e alcançasse o nível de 10% do PIB. Disse que, para tanto, o governo criou a Secretaria de Novos Investimentos e a Secretaria de Inovação para, em conjunto com outros ministérios e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), promover alinhamento de políticas junto à Organização Mundial do Turismo (OMT).

Avaliou que a pandemia atrasou o progresso programado para o setor, mas que chegou o momento de retomada, pois os números estão bastante positivos. Relatório da Associação Brasileira da Aviação notificou que atualmente já se chega a 75% do número de voos ocorridos em setembro

de 2019. E, apesar de não considerar suficiente, manifestou otimismo com o relatório das operadoras de turismo, que certifica 67% de retomada.

Frisou que o turismo está baseado em um tripé, pois não há como alcançar os números de inclusão nem como lidar com um país continental, de milhares de destinos turísticos, se não trabalhar com infraestrutura, com promoção e, principalmente, com apoio e investimentos para a área.

Destacou ser fundamental a promoção do setor, que deve ocorrer de forma inteligente. Relatou que irá solicitar, junto ao ministro Gilson Machado, recursos do governo federal para fazer uma promoção compatível com outros países que têm as mesmas vocações turísticas, mas que apresentam números maiores de procura do turismo internacional e nacional. Segundo ele, o objetivo é apoiar a iniciativa privada e lembrou do Portal de Investimentos criado para imprimir celeridade e dar apoio ao investidor. Constatou que, sem o mercado, sem número maior de companhias aéreas, sem apoio e crédito para hotéis, além de sem flexibilização das normas para atrair novos cruzeiros, esses objetivos não serão alcançados.

Afirmou estar otimista com o próximo verão e disse acreditar que a pandemia teve seu lado positivo, pois fez com que o brasileiro conhecesse e prestigiasse mais o Brasil. Registrou a valorização de atrativos e investimentos em toda a costa e no interior do país.

Relatou que o ministro Gilson Machado e a secretária Débora têm cobrado ações efetivas para dar agilidade e desburocratizar o processo de instalação de novos hotéis. Disse que estão trabalhando junto com o Ministério do Meio Ambiente em uma política inovadora do presidente Jair Bolsonaro, na concessão dos espaços, na valorização dos atrativos naturais – pois, segundo ele, as políticas sempre foram tímidas para a atração de *players* internos e do exterior – para tentar colocar o turismo de natureza, no Brasil, como o número um do mundo.

Destacou o apoio e, principalmente, a colaboração do *trade* turístico. mencionou que, além de Madri e Riade, o Brasil acolherá, a partir de 2022, a terceira sede da OMT, o que considerou ser uma conquista do atual governo. Ressaltou a possibilidade de haver diálogo direto com o mundo, não

só para atrair empresas ao Brasil e ajudar a impulsionar os resultados, mas também para buscar investimento e crédito.

Ainda sobre a questão da promoção, esclareceu que ela deixa de ser regional para ser de muitos destinos e visa a atrair novos voos de mercados chineses ou indianos. Segundo ele, o ministro Gilson Machado tem trabalhado essas questões em suas viagens internacionais. Contou que estiveram em Madri e citou pré-acordos com agências internacionais para ajudar a impulsionar a promoção de multidestinos, incluindo o Norte, mas principalmente o Nordeste do país, com parceria com países do Caribe e da América Central, de forma a também atrair o mercado americano.

Destacou a qualificação do setor, citou parceria com o Sebrae e explicou que poderão ser utilizadas as políticas do Sistema S para dobrar o número de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho. Enfatizou a preocupação com o jovem brasileiro, que precisa de atenção especial e avaliou que essa oportunidade surgiu com a pandemia.

Em suas considerações finais, o senhor Daniel Nepomuceno destacou presença do ministro Gilson Machado, em 2021, na OMT, quando entregou o prêmio para a primeira *startup* voltada para mulheres viajantes e para moradoras dos destinos visitados. Segundo o convidado, foi a primeira *startup* que recebeu um prêmio apoiado pelo Ministério do Turismo e pela OMT e que hoje inicia a sua segunda etapa. Complementou que a Secretaria de Inovação qualifica e fomenta *startups*, principalmente aquelas voltadas para o turismo inclusivo.

Ressaltou a parceria do Ministério do Turismo com a ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que promove a agricultura familiar e o turismo rural e valoriza a culinária nacional. Frisou que essa parceria ajudou pequenos produtores, principalmente em cidades e vilas onde essa atividade ainda não estava regulamentada.

Colocou à disposição o Guia de Turismo Acessível e chamou atenção para as linhas de crédito para toda hotelaria, cidadão ou empresário da indústria que queira investir. Nesse contexto, salientou iniciativa ocorrida em Maceió, para pessoas com deficiência.

Respondeu pergunta sobre como fomentar o turismo religioso, citando a realização de fórum que debateu os impactos da pandemia no turismo religioso. Relatou que esse turismo movimenta 20 milhões de viagens e,

através da Secretaria de Promoção, foram apresentadas diretrizes em uma promoção individualizada para todos os destinos.

Reiterou, por fim, parceria com o Ministério do Meio Ambiente, por meio do secretário André Germanos, pela qual foi iniciado trabalho com o turismo dentro das florestas nacionais (Flonas) e com a qualificação daqueles que vivem e necessitam do sustento dessas Flonas. Explicou que realizam qualificação com todos os indígenas e aqueles que vivem ao lado desse patrimônio nacional a que poucos brasileiros têm acesso.

Leonel Ribeiro, coordenador do Progetto Forum Amerigo Vespucci

O convidado pontuou que sua contribuição seria pautada pela apresentação de sugestões legislativas para o setor, as quais seriam encaminhadas na íntegra por e-mail à CDR.

A primeira sugestão foi Projeto de Resolução formado por cinco artigos, que criaria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no "Fórum *Novus Orbis* Interparlamentar dos Estados da República Federativa do Brasil no Continente Americano".

O projeto dispõe sobre a função da comissão mista, que terá caráter permanente e prazo indeterminado de funcionamento. Estabelece que a realização do "Fórum *Novus Orbis*" tem por objetivo geral a revisão histórica nacional, tecnicamente e da jurisprudência documental, para trazer uma versão única oficial de períodos e citou, como exemplo, o do Tratado de Tordesilhas e o das ações da coroa portuguesa (entre 1501 e 1504) quando foram denominados rios, baías, cabos e praias de toda costa nacional.

Define, também, que poderão ser formadas comissões nos estados e municípios, objetivando a criação, junto ao Legislativo e ao Executivo locais, da campanha nacional "REDEScobrimientos *Novus Orbis*", em formato padrão, fornecida pela Comissão, para discutir um plano nacional de ação em curto e médio prazo. Para tanto, o convidado destacou que busca envolver, por meio do parlamento federal, os parlamentos municipais e estaduais do país

em uma fala única, quando será implementado o projeto HistoriCIDADES, visando a novas iniciativas de redução das desigualdades regionais no Brasil, mediante a valorização do turismo histórico e do patrimônio cultural nacional. Em prosseguimento, o convidado reiterou o caráter propositivo dos projetos e solicitou estudo, pela CDR, de proposição de Decreto Legislativo ou de Projeto de Resolução, que: “Institui o Quadriênio Redescobrimentos *Novus Orbis*, 520 anos (2021, 2022, 2023, 2024) e dá outras providências”.

Leonel Ribeiro reiterou ser necessária – objetivando o mapeamento técnico – uma versão jurisprudencial única e oficial para a comunidade internacional, uma legítima biografia geográfica dos referidos períodos, com as denominações territoriais e datas específicas e identificada a origem dos interlocutores, ou seja, os personagens que estiveram efetivamente naquele momento.

Relembrou que há várias versões do Tratado de Tordesilhas, das populações originárias e das ações da Coroa Portuguesa e da Coroa Espanhola. Sobre o assunto, afirmou que diversas variantes dessa história são aprendidas nas escolas brasileiras.

Por fim, explicou que esteve em Portugal, com o presidente da Biblioteca Nacional daquele país, e, na Itália e na Espanha, com instituições que relataram que, em determinado momento, perceberam quais documentos eram verdadeiros e quais não eram. Relatou que foi a partir desse contexto que teve a intenção de trazer a ideia para o Brasil: a origem dos interlocutores e os fatos históricos anteriores e posteriores.

Em seguida, o convidado apresentou vídeo do Progetto Forum Amerigo Vespucci.

Virgílio Nelson Carvalho, diretor da Confederação Nacional do Turismo (CNTur)

O palestrante abordou, em sua fala inicial, o período “pós-pandemia”, avaliando que foram perdidos muitos postos de trabalho, mas que a recuperação tem sido rápida. Destacou a celeridade da retomada do mercado em

geral, demonstrando preocupação com a possível inflação de preços no setor de turismo.

Ressaltou que, até meados de 2022, o Brasil será destino do seu próprio mercado e frisou ser importante a consciência desse fato na gestão dos municípios que são destinos, assim como por parte dos empresários da área, que aos poucos vêm se recuperando.

Passou a discorrer sobre o “turismo do trabalhador”. Avaliou que férias são conquista social e trabalhista e que precisa ser cada vez mais possível exercê-las. Falou sobre o que seria um “grande clube de férias dos trabalhadores” e pontuou que as colônias de férias atravessam uma fase difícil, pois, depois do fim do imposto sindical, a conservação delas ficou difícil para cada sindicato, mas ressaltou que elas são equipamentos turísticos de qualidade que podem ter baixo custo e ser acessíveis para os trabalhadores. Destacou, então, a experiência da França com o *chèque-vacances* como possibilidade de entregar uma oferta mais econômica no setor de turismo e facilitar o acesso dos trabalhadores ao lazer.

Esclareceu possuir sempre uma visão de mercado e citou que o setor de turismo, em 2019, movimentou perto de R\$200 bilhões no país, com recursos de brasileiros viajando pelo Brasil e de estrangeiros trazendo novas reservas. No mesmo ano, o setor empregou cerca de 125 mil novos trabalhadores e, segundo o convidado, essa atividade econômica será a grande geradora de empregos. Comentou, como exemplo, a robotização da indústria e a mecanização da agricultura, o que, para ele, não ocorre no turismo, que é “do homem para o homem”.

Afirmou que a flexibilização da atividade do turismo irá possibilitar a retomada que ele considerou clara e evidenciada por números. Citou São Paulo, de onde disse acompanhar mais de perto esses números e revelou que há R\$20 bilhões economizados, apesar da dificuldade da pandemia, guardados para serem gastos no atual momento. Disse também que, cada vez mais, as pessoas irão valorizar a volta à natureza, ao tempo livre, gerando emprego e renda em lugares mais distantes e não naqueles a que sempre foram.

Para ele, os que trabalham com eventos, feiras e exposições irão “sofrer” um pouco mais ao ter que reduzir o número de participantes, que era crescente. Os centros de eventos serão mais utilizados, com todos os protocolos necessários para realização dos eventos. O mesmo ocorrerá, segundo o convidado, na área de esportes.

Registrou que a retomada no setor de aviação já está em 75%, com pouco mais de 60% de ocupação. Lembrou que antes, com números maiores, os custos de viagem eram melhores.

Comentou que o turismo será a atividade econômica que representará mais do que a agricultura, mesmo com o crescimento desta. Segundo ele, não faltou alimento, a não ser para aqueles que não tiveram acesso econômico à alimentação, considerando que a produção continuou ativa. Reforçou que a indústria cada vez mais robotiza sua atividade, mas o turismo precisa de profissionais no trabalho como arrumadeiras, garçons, *maîtres*, *barmen*, gerentes e guias, que continuarão sendo necessários. Ressaltou, contudo, que a atividade de turismo não pode abandonar a inteligência na busca de mais clientes.

Discorreu sobre a mudança na economia do turismo. Citou que, em São Paulo, anteriormente, as pessoas entravam no sábado pela manhã em um hotel de lazer e saíam no domingo à noite. Hoje, a permanência é cada vez mais de sexta a segunda e, não raro, até por uma semana ou mesmo 15 dias, permitindo com que a pessoa usufrua do passeio ao mesmo tempo que trabalha. Informou que já se registra retorno com 70% dos hotéis em funcionamento, mas ainda com baixa ocupação, o que, muitas vezes, não cobre o custo de operação.

Ressaltou que serão criadas oportunidades para todos e lembrou da experiência francesa com o cheque-férias e da utilização das colônias de férias dos sindicatos brasileiros. Complementou que apenas o litoral de São Paulo possui, hoje, cerca de 150 colônias de férias e algumas são verdadeiros hotéis três estrelas e meia, que, se tiverem rápido *upgrade*, sem luxo, serão hotéis quatro estrelas “com pé na areia”.

Por fim, destacou outro aspecto de recuperação do setor que são as propriedades do governo federal – não somente as das Forças Armadas, que têm mais de 400 empreendimentos de hospedagem pelo Brasil, desde pequenas pousadas em lugares de difícil acesso, até hotéis três e quatro estrelas, que servem de apoio às Forças Armadas. Para ele, essa oferta que, por vezes, não está sendo aproveitada adequadamente para todo o mercado, seria uma revolução do turismo. Ressaltou que essa recuperação de propriedades do governo deveria seguir a experiência das pousadas de Portugal, que hoje são verdadeiros monumentos de hospedagem.

Vanessa Chaves de Mendonça, secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal (Setur)

A convidada ressaltou, em consonância com os demais palestrantes, o momento atual de enormes desafios, mas de grande superação. Disse que o turismo mostrou, mais uma vez, que é a indústria que pode revolucionar a economia de qualquer país. Avaliou que foi o primeiro setor a ser impactado, mas que está se recuperando em velocidade monumental e que é preciso reflexão sobre isso.

Destacou o crescimento do turismo rural acima de 60%, em Brasília, e narrou que a Setur, em visita a produtores rurais na região, inclusive proprietários de pesque e pague, levou a mensagem de que eles fazem parte do eixo do turismo, que há condições de estruturar seus negócios e que poderão gerar emprego para a comunidade local.

Para Vanessa Mendonça, quando um pequeno proprietário rural, que possui um pequeno restaurante ou um pesque e pague, passa a se compreender integrante do setor do turismo, ocorre o que houve em Brasília: a inclusão de diversos trabalhadores. Registrou que eles conseguiram oferecer oportunidades e preços acessíveis e assegurou ser possível estruturar um destino com opções e rotas, e mostrar para o pequeno município, para o seu prefeito e para os governadores, o quanto isso ressignifica uma cidade. Pontuou que a indústria do turismo é capaz de gerar emprego tanto

para uma pessoa com a mais simples formação, quanto para um CEO de um grande grupo. Nesse contexto, chamou atenção para a importância da formação e da qualificação do trabalhador para o crescimento inclusivo e o quanto a cadeia produtiva do turismo precisa se preocupar com isso.

Comemorou dado da associação Fórum Turismo que informou que, em 2021, houve recorde na procura por formação pelo turismo, o que considerou uma forma de se criar, em cada um dos destinos, novos segmentos. Acrescentou que esses novos segmentos permitem experiências que o mundo inteiro já oferece e citou exemplo do turista que vai a Portugal para viver a experiência de andar no meio de uma fazenda, conhecer a produção de carneiros, degustar um almoço que vai ser feito pelos habitantes locais. Para a convidada, é necessário olhar, por meio do turismo, para as comunidades e para essa capacidade existente e, dessa forma, fazer com que a geração de emprego seja constante. Para cada um desses segmentos, seja do turismo rural, seja do cívico-pedagógico, do arquitetônico, do enoturismo, deve-se pensar na cadeia produtiva e fazer com que a comunidade tenha condição de permanecer na localidade.

Concluiu afirmando ter conseguido atingir em Brasília resultados concretos nesse sentido e possuir a convicção de que, no Brasil, com sua diversidade, o turismo é a mola propulsora. Não há nenhum outro setor que possa promover o crescimento inclusivo com tamanha capacidade.

Manoel Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)

Manoel Linhares reiterou que o turismo, até 2019, estava indo bem e, em março de 2021, a pandemia, brutal para a economia, também foi devastadora para o turismo. Como presidente da ABIH Nacional – que representa desde o micro ao grande hoteleiro – esclareceu que a hotelaria é diferente, por exemplo, do agronegócio e da indústria, pois não tem estoque e cada noite não vendida representa prejuízo total.

Lembrou que, antes da pandemia da covid-19, em palestra que proferia em Cuiabá (MT) e que contava com a participação do governador, do prefeito, do secretário estadual e do municipal, enfatizou que o Centro-Oeste, focado no agronegócio, se esquece do Pantanal e da Chapada, tesouros que possui. Argumentou que uma grande fazenda, devido à tecnologia, gera, atualmente, em torno de 80 a 100 empregos, em contraponto, um empreendimento como o Beach Park cria em torno de 2.532 empregos, diferencial que quer mostrar para prefeitos e governadores.

Avaliou que, se não fosse a pandemia, o turismo no Brasil, hoje, daria exemplo para o mundo, pois há o Norte, com a Amazônia; o Centro-Oeste, com o Pantanal; o Nordeste, com as águas quentes; e o Sul e o Sudeste, com as belezas naturais. Destacou, contudo, que o gargalo está na aviação.

Afirmou que a cada R\$ 1 investido no turismo, retornam R\$ 5. Manifestou expectativa de que o brasileiro dê valor ao que o país tem de belo, pois, para ele, é o primeiro país do mundo em belezas naturais e o oitavo em cultura. Registrou que o brasileiro deixava no exterior, em 2019, US\$ 19 bilhões, enquanto os estrangeiros deixavam no país US\$ 6 bilhões, uma defasagem de US\$ 13 bilhões. Essa conjuntura, segundo o convidado, irá mudar, pois, considerando o valor atual do dólar e do euro, o brasileiro irá permanecer no Brasil. Como prova disso, relatou que, em Alagoas, com a retomada do turismo, a hotelaria está com uma das melhores taxas de ocupação.

Ressaltou que é preciso pensar com otimismo e olhar para a frente; turismo vende felicidade, não joga dejetos nos rios e nem fumaça nas nuvens.

Chamou atenção sobre a necessidade da aprovação da lei do turismo, que tramita no Senado, e sobre a importância de uma nova lei tributária. Para ela, a burocracia emperra o país e exemplificou com a instalação de uma marina no Brasil, que demanda 13 anos e dois a três metros de papéis, enquanto nos estados o processo todo dura três meses e gasta três folhas.

8ª Mesa, realizada em 4/10/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 8ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre o Turismo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, iniciou sua fala afirmando que o objetivo do Ciclo de Debates é contribuir para as discussões voltadas à plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia. Em seguida, ele anunciou o tema da audiência: “O Turismo na era da economia compartilhada: oportunidades e desafios para turistas e poder público”.

Segundo o Senador Collor, o compartilhamento, seja de bens, seja de espaços e informações por meio de plataformas na internet, é a inovação de maior impacto na organização da atividade turística nas últimas décadas. Hoje, no planejamento das viagens, os turistas se beneficiam da experiência de outros viajantes, que registram em sites e mídias sociais pontos positivos e negativos em termos de hospedagem, restaurante, infraestrutura e destinos turísticos.

No quesito hospedagem, somam-se aos tradicionais hotéis e pousadas opções de quartos, apartamentos e casas de particulares que oferecem aos turistas os seus espaços outrora desocupados. Empreendedores utilizam ambientes compartilhados de escritórios ou *coworking* em suas viagens de negócios. A economia do compartilhamento cresce e se diversifica mundo afora, ano após ano. Os benefícios dessa revolução são significativos. A economia compartilhada tem possibilitado uma maior democratização do acesso a produtos e serviços por conta, entre outros fatores, do aumento, diversificação e barateamento da oferta. Da mesma forma, o compartilhamento proporciona o uso mais eficiente dos recursos e a geração de renda com base em espaços e bens até então subutilizados.

O impulso dessas inovações à atividade turística tem sido de singular importância. Por outro lado, tais avanços têm sido acompanhados de desafios igualmente relevantes. Por exemplo, em inúmeras cidades, a expansão da atividade de aluguel por temporada tem tido como efeito colateral o aumento da especulação imobiliária, a elevação dos aluguéis de longa duração e a desorganização da hotelaria, importante segmento gerador de empregos, renda e arrecadação. Há casos de bairros históricos sendo desfigurados e populações locais sendo indiretamente expulsas de seus espaços tradicionais de residência pelo turismo excessivo. Os altos lucros das plataformas digitais contrastam com a redução da qualidade de vida de populações locais em cidades de reconhecida vocação turística. É inegável que a economia do compartilhamento é hoje uma realidade a impulsionar o setor de turismo mundo afora. Não é menos verdade, entretanto, que ela apresenta desafios significativos às sociedades e especialmente aos gestores públicos. O impacto da economia do compartilhamento sobre o turismo é tema de grande complexidade e seus impactos negativos precisam ser devidamente mitigados por regulação adequada e contemporânea, resultante de debate honesto e abrangente com todos os segmentos envolvidos.

Com esse propósito, foram convidados para a audiência autoridades do poder público e representantes das três maiores plataformas digitais associadas ao setor de turismo do país. Fazendo jus ao compromisso com a sociedade brasileira, o setor público esteve presente na audiência, a exemplo de todas as demais audiências realizadas no Ciclo de Debates. As três empresas convidadas, no entanto, declinaram do convite. O Senador Fernando Collor deixou registrado, entretanto, a disposição desta Comissão em ouvir os representantes das plataformas digitais em oportunidade futura, no entendimento de que a sociedade brasileira merece esclarecimentos por parte das plataformas digitais, particularmente no

que se refere às iniciativas adotadas quanto aos prejuízos coletivos decorrentes de seus negócios.

A seguir, o Presidente da CDR, Senador Fernando Collor, anunciou os convidados para a audiência: Sr. William França, Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo; Sr. Luiz Alberto Esteves, Economista-Chefe do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e Sra. Patrícia Mourão, Secretária de Turismo de Maceió, Alagoas

I – Identificação

8ª Mesa do Ciclo de Debates sobre o Turismo

Finalidade: discutir o tema: “O Turismo na era da economia compartilhada: oportunidades e desafios para turistas e poder público”

II – Participantes

1. **William França**, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Luiz Alberto Esteves**, economista-chefe do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB);
3. **Patrícia Mourão**, secretária de Turismo de Maceió/AL.

III – Relato da exposição dos convidados

William França, secretário nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur)

O Sr. William França Cordeiro comentou o fato de três empresas convidadas para o Ciclo de Debates terem declinado do convite. Considera

que o tema a ser discutido, Turismo na Era de Economia Compartilhada, é delicado, sobretudo na esfera pública brasileira, cujos regramentos ainda não reconhecem as agências chamadas *Online Travel Agency* (OTA), tais como *Trip Advisor*, Decolar e *Airbnb*, que trabalham no *e-commerce*. Elas concorrem diretamente com hotéis, prejudicam renda da cadeia produtiva, empregos e arrecadação, o que incomoda muitos municípios.

Disse que existe hoje discussão acirrada sobre se essas plataformas devem ser absorvidas e, se o forem, como fazê-lo. Em sua opinião, o cenário é irreversível. É impossível eliminar essas empresas digitais ou evitar que as pessoas comprem serviços oferecidos por elas. Tenta-se, então, algum tipo de parceria. Comparou a questão ao problema que houve com a entrada de aplicativos de carro no mercado, ressaltando as proporções, e o consequente embate com os taxistas. Em determinado momento, eles chegaram a um acordo, e as áreas de cada segmento foram separadas. Hoje, em boa parte do país, essa convivência está pacificada.

Acredita que isso também irá ocorrer na área de turismo com relação às entidades de economia compartilhada. Entende que a dificuldade maior é o fato de elas não estarem sediadas no Brasil e não responderem à legislação brasileira. Não há controle, não é possível qualquer tipo de arrecadação e os recursos do Brasil vão beneficiar empresas no exterior.

Destacou que o Ministério da Justiça conseguiu pequeno avanço em relação a essa questão por meio da atuação da Secretaria Nacional do Consumidor, Senacon. Há pouco tempo, a Decolar, que vende pacotes para um grande público no país, mas não está estruturada no Brasil, ingressou no sistema da Senacon para tentar resolver seus problemas e amenizar suas dificuldades.

Lembrou que, entre 2018 e 2019, o PIB brasileiro cresceu 1,1%, enquanto o setor de turismo crescia 2,1%, praticamente o dobro da economia tradicional. O turismo estava em rota ascendente e havia gerado 7 milhões de empregos. O Ministério do Turismo, com o apoio do Congresso Nacional, tinha feito uma série de inovações legislativas, mudando regras de bagagem e de emissão de passagens e atraindo empresas aéreas de *low*

cost. E foram desencadeadas mudanças estaduais com relação ao ICMS do querosene e do querosene da aviação. Ressaltou que o cenário estava se movendo para que a economia como um todo crescesse e a do turismo deslanchasse, mas veio a pandemia.

Para ele, a crise sanitária salientou a dependência do Brasil com relação ao turismo. Muitos negócios foram prejudicados ou interrompidos, com as pessoas trancadas em casa, e muitas cidades se ressentiram da falta do turista, do qual dependem para movimentar sua cadeia produtiva.

Lembrou de estudo do Sebrae que comprovou que o turismo impacta 53 segmentos. E citou o mantra “turismo é geração de emprego e renda”, repetido tanto pelo ex-ministro Marcelo Álvaro Antônio quanto pelo atual, Gilson Machado Neto.

Informou que o Ministério tem buscado ordenar a questão de como os locais, os destinos e os atrativos podem se valer da informática, da inteligência artificial, da *internet* e das coisas para tentar agregar valor, de forma que o turismo movimente ainda mais a economia.

Comentou sobre programa de sua Secretaria, chamado Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), que aplica metodologia indicada pela Organização Mundial do Turismo e que conta com consultorias argentina e espanhola, contratadas por licitação internacional. Essas consultorias estão realizando diagnóstico de dez cidades do país para adaptar o modelo de destinos turísticos inteligentes que permite ao viajante ter, a partir do celular, todos os dados de que possa necessitar. Disse que o objetivo é aperfeiçoar a experiência do turista, atender a suas demandas de forma que ele saiba onde encontrar o que quer, na palma da mão. Como exemplo, citou turista cadeirante que pode se informar, pelo celular, sobre praia, hotel ou restaurante que estariam adaptados a suas necessidades. Com base nesses dados, o *trade* e os órgãos de governo se retroalimentariam, porque essas informações trabalhadas se tornam inteligência de negócio e de mercado.

Informou que o Ministério do Turismo também está trabalhando em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério das Comunicações, com o intuito de elaborar o que chamou de Turismo 4.0, que

visa a ordenar experiências tecnológicas de inovação, de compartilhamento de informações, de acesso e de dados para incrementar o setor. Para esse projeto, convidou também o Sebrae, que há sete anos iniciou, mas não deu continuidade, à experiência semelhante.

Acredita que, até o final do ano, o Ministério poderá anunciar os resultados desse trabalho, que, em sua opinião, é pioneiro e será um divisor de águas para o país. Entende que ele trará novos parâmetros para abrigar cada vez mais destinos e para que os destinos estejam conectados e melhor preparados.

Ressaltou que o Ministério tem dado atenção também à questão da economia compartilhada. Muitas pessoas não querem mais ficar em suas casas, pois passaram meses trancadas em razão da pandemia e estão em busca de algum lugar aberto para trabalhar, no qual também possam passar um fim de semana com a família. Desde que haja conectividade, o trabalho remoto é possível de qualquer lugar do mundo. Explicou que esses são os chamados nômades digitais, que estão sendo atendidos pelas entidades que declinaram do convite para participar deste debate na Comissão.

Ainda não há números para mensurar, mas esse segmento está crescendo bastante. Pediu ao outro palestrante, Sr. Luiz Alberto Esteves, economista chefe do Banco do Nordeste do Brasil, que, se tivesse dados sobre economia compartilhada, fornecesse ao Ministério, que, juntamente com outros setores, sofre com carência de dados e de base de dados. Disse que tem procurado trabalhar, mas ainda de forma muito tímida, para que o Ministério do Turismo seja essa fonte primária de dados num futuro próximo e que passe a divulgar trabalhos, pesquisas e levantamentos. Acredita que até o final de 2022 ou no início do ano de 2023 poderá anunciar algum avanço nesse quesito.

Informou sobre outra experiência relacionada à economia compartilhada da qual o Ministério do Turismo participa. Trata-se de um *hub* de inovação tecnológica ordenado a partir da Organização Mundial do Turismo e que já conta com envolvimento de mais de 7 mil *startups* de 150 países. Disse que Wakalua, uma prancha de *surf* do Havaí, foi o nome escolhido

para batizar esse conjunto de empresas que estão trazendo soluções, impulsionando o turismo e descobrindo novas ferramentas.

Acrescentou que a campeã mundial de um dos desafios lançados pela Wakalua recentemente foi uma empresa de Santa Catarina que trabalha com levantamento de dados de pesquisa sobre deslocamento dos turistas.

Comentou que, quando as pessoas buscam uma hospedagem, a pesquisa as leva a uma OTA, que permite o aluguel por aplicativo e que tem, por trás, uma série de outros aplicativos, serviços e funcionalidades congregados e interligados com esse objetivo.

Em relação à pergunta sobre o que o poder público poderia fazer pelo turista do Nordeste, disse que essa questão demandaria outra audiência pública para ser respondida; pediu ao internauta que o questionou que procurasse o Ministério e deixou o endereço de sua Secretaria.

Sobre a questão relativa a consórcios, afirmou que o Ministério está reestruturando a política de regionalização do turismo, que procura incentivar a formação de consórcios de pequenos municípios em torno de um ideal. Disse que, em breve, deverá lançar o Mapa do Turismo com algumas inovações e melhorias.

Após a participação dos outros palestrantes, o Sr. William França foi chamado a responder ao questionamento que a Secretária de Turismo de Maceió fez sobre a possibilidade de incluir Maceió no programa Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) do Ministério, em fase de desenvolvimento. Garantiu que iria pedir a sua equipe para conversar com a Sra. Patrícia Mourão a respeito.

Reiterou que a licitação internacional incluiu diagnóstico de dez cidades piloto, sendo duas por região, e que pretendem utilizar a metodologia espanhola para criar um modelo que se adapte às peculiaridades do Brasil. Explicou que, após esse período, chamarão os outros municípios e mostrarão o que devem fazer para se tornar um DTI. A intenção é montar uma rede brasileira de destinos turísticos inteligentes, que incluirá os dez iniciais e mais tantos quanto forem possíveis.

Acrescentou que aceita o desafio feito pela Secretária de Turismo de Maceió de participar de grupo para levantar dados do setor turístico. Sentiu-se incomodado com a falta de informações, o que o constrange na hora de falar sobre as questões que envolvem a área, criar conceitos, elaborar projetos, estabelecer políticas.

Lamentou o fato de o poder público não poder utilizar os dados que as plataformas de economia compartilhada detêm, pelo fato de a atividade que elas desenvolvem não ser regularizada. Mencionou, no entanto, que o Ministério já tomou iniciativa de iniciar conversa com algumas delas com o intuito de trocar ideias. Tem esperança de que discussões sobre uma possível colaboração entre os atores envolvidos caminhem no Poder Legislativo, para que essa questão se resolva. Todos perdem com a falta de normatização da questão, o gestor público, a iniciativa privada, mas o turista é o mais prejudicado.

Disse que tem acompanhado iniciativa do secretário Vinicius Lumertz, de São Paulo, ex-ministro do Turismo, que desafiou as entidades corporativas de hotelaria e fez acordo com a plataforma de alojamento Airbnb. Espera poder extrair algum exemplo dessa situação, que está tumultuada.

Às fontes de financiamento citadas pelo economista chefe do Banco do Nordeste (BNB) em sua palestra, acrescentou o Fundo Geral de Turismo (Fungetur), que teve recentemente aporte de R\$ 5 bilhões, valor aproximado a 25 vezes o orçamento anual do Ministério do Turismo. Além disso, não soube dizer com precisão o valor, mas afirmou que o BNB recebeu recursos, com carência maior, juros menores e amortização diferenciada, para os usuários do sistema do Banco do Nordeste que operam o setor de turismo.

Por fim, comemorou o marco, alcançado na semana da audiência pública, de 130 mil atividades econômicas registradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) do Ministério do Turismo. Disse que, quando chegou ao Ministério, no início do governo Bolsonaro, eram 90 mil cadastrados.

Luiz Alberto Esteves, economista-chefe do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)

O Sr. Luiz Alberto Esteves disse que o turismo representa 3,71% do PIB no Brasil e gera 3% do total de empregos em gama diversificada tanto de atividades quanto de composição de profissionais. São autônomos, micro, pequenas e médias empresas e até grandes corporações, como redes hoteleiras e companhias aéreas.

Ratificou a questão da falta de qualidade de dados, citada pelo secretário do Turismo, e comentou que esse não é problema só do país. O mundo inteiro sofre com a questão da baixa qualidade de estatística, e algumas regiões e lugares mais que outros, por estarem menos estruturados.

Acrescentou que as plataformas de economia compartilhada hoje têm capacidade de coletar dados de qualidade a partir dos consumidores que as acessam e deixam suas informações cadastradas, em termos de preferência de consumo. O modelo de negócio delas se baseia em utilizar ativo imobilizado que não lhes pertence, como carro e espaço físico, e coletar ativo de dados. Com inteligência artificial e algoritmos de aprendizado de máquina, elas conseguem fazer previsão do consumo das pessoas, o que é uma mina de ouro. Citou a empresa multinacional americana Uber que presta serviços eletrônicos de transporte urbano e afirmou que todas as outras plataformas estão migrando para esse modelo, com o intuito de criar suas bases de dados. Isso acontece também no setor financeiro, com as *fintechs*.

Ressaltou que é difícil prever o que surgirá desse arranjo: se as grandes cadeias de hotelaria sofrerão grandes perdas ou não; se elas poderão, no futuro, comprar essas plataformas; ou, o que acredita ser mais provável, se as plataformas adquirirão os grandes grupos e implementarão novos modelos de negócio.

Recordou que o aplicativo Uber, quando surgiu, trouxe benefícios com redução de custos, mas a entrada da plataforma, no mundo inteiro, foi traumática para os taxistas. Afirmou que a situação atualmente tende a

ser pacificada de alguma maneira, pois houve aumento do uso da frota de veículos e uma acomodação do setor – arranjo não trivial, que merece uma política regulatória.

Disse que o turismo e a economia criativa foram as atividades mais impactadas pela pandemia. Tudo que envolve economia de aglomeração sofreu muito com a crise sanitária. O ano de 2020, segundo a Organização Mundial do Turismo, foi o pior ano para o turismo global; as chegadas internacionais caíram 74%, com perda estimada de US\$ 1,3 trilhão em receitas de exportação e risco entre 100 e 120 milhões de empregos diretos. Frisou que o impacto foi bastante negativo, mas não perene.

Defendeu ser possível aumentar a representatividade do turismo no PIB brasileiro para valores maiores do que os 3,7% citados pelo secretário William França, seja em termos quantitativos, seja em termos de valor adicionado. Para ele, as condições existem, pois o Brasil é um mercado geográfico imenso, com diversidade de oportunidades, de experiências de turismo, além de possuir infraestrutura razoável, que não se concentra somente no litoral. Na recuperação, acredita que será mantida a tendência de o turismo crescer, como dito pelo secretário William França, duas vezes mais do que o PIB como um todo.

Afirmou que o mundo não chegou ao fim da pandemia, mas, em princípio, grande parte da humanidade caminha para uma situação em que o pior já passou, apesar de ainda haver medidas de restrições em viagem, como exames obrigatórios, quarentenas e fechamentos de fronteiras.

Mostrou planilha do Ministério da Economia que demonstra valores mensais de contratações menos demissões no turismo no ano de 2020. O balanço, que ainda era positivo em janeiro e fevereiro, apesar de o impacto já ser grande, mostrou números negativos em março e abril, da ordem de 95 mil e 155 mil, respectivamente. Acredita que dados tão baixos representam também o período do ano, mas em julho, época de alta temporada, esse saldo também foi negativo em 40 mil.

Os subsegmentos, tais como alojamento, alimentação, transporte, aluguel de transporte, cultura e lazer, entre outros, sentiram o efeito da crise

de forma heterogênea. O impacto foi maior no setor dos restaurantes, com maior número de demissões, seguido pelo de alojamento. As empresas de locação de veículos foram as únicas com resultados positivos na pandemia, mas o serviço encareceu em razão do aumento do preço dos automóveis.

Entende que essas questões servem de alerta para pensar o transporte aéreo, que, com a pandemia, teve suspensas as mudanças regulatórias que estavam criando cenário benigno para o segmento.

O turismo de negócios também foi afetado, pois as pessoas estão em teletrabalho, e as reuniões têm acontecido por plataformas.

Em seguida, citou dados do Banco do Nordeste. Disse que o BNB tem quase R\$ 62 bilhões de ativos; que o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) tem R\$ 96,2 bilhões; que o patrimônio líquido do Banco é de R\$ 6 bilhões; e que o patrimônio de referência é de R\$ 8,7 bilhões.

Mencionou que, no ano de 2020, foram contratados R\$ 40,1 bilhões, num total de 5,17 milhões de operações; no fundo constitucional, foram quase R\$ 26 bilhões, em 711 mil operações; para o segmento das micro e pequenas empresas, foram R\$ 4,6 bilhões, sem contar o microcrédito, que não são recursos de fundo constitucional; e R\$12,1 bilhões para o Crediamigo, fonte importante para microempreendedores e para a área do turismo e da cultura.

Acrescentou que, além desses valores, o BNB tem investido muito com o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) para apoiar *startups*, muitas na área de turismo; e que o Banco teve algumas linhas emergenciais, sendo a mais importante a de R\$ 3 bilhões de meta, aplicados em grande parte em empresas de pequeno porte.

Por fim, destacou que, nos últimos cinco anos, o BNB aplicou, no setor de turismo, R\$3,64 bilhões de operações de crédito, em 61.192 operações.

Patrícia Mourão, secretária de Turismo de Maceió/AL

A Sra. Patrícia Mourão iniciou sua palestra dizendo que a economia compartilhada é uma realidade irreversível a ser enfrentada. Conforme conceito de Rachel Botsman, esse sistema consiste em “redes e negócios des-

centralizados que buscam dar valor a itens subutilizados, por meio de quem os têm disponíveis com quem os necessita, de maneira que não demande intermediários tradicionais”. Destacou que, no caso do setor de turismo, ao eliminar os intermediários, os custos dos serviços caíram. O turista se beneficiou e não quer regredir, podendo inclusive pesquisar, em plataformas diferentes, tais como *Hoteis.com* e *Trivago*, o preço do mesmo quarto, que é ofertado por diversos aplicativos, por valores diferenciados.

Informou que, em Maceió, sua Secretaria desenvolve o Plano Municipal de Turismo, com apoio do Sebrae e participação de segmentos ligados diretamente ao setor. Várias questões estão sendo discutidas, tais como, o turismo 1.4, conectividade e novas formas de fazer turismo. Uma conclusão a que se chegou com esses debates foi de que essas plataformas já existiam, e a pandemia consolidou e materializou essas tecnologias na vida das pessoas.

Para ela, os desafios da economia compartilhada são grandes e complexos. O poder público terá que entender o que está acontecendo e equalizar os diferentes novos interesses, encontrar caminhos para os que já estão estabelecidos e para aqueles que estão em processo, tendo sempre em foco o cidadão. Lembrou que a falta de normatização fez com que cada cidade lidasse de forma diferente com o problema ocorrido entre a plataforma Uber e os taxistas.

Com regulamentação, o impacto desse sistema poderá ser avaliado, a fiscalização será possível, os turistas terão mais segurança e poderão ser quantificados para serem atendidos nas suas demandas. E o destino turístico se beneficiará.

Em sua opinião, a estruturação desse segmento deverá preservar os hotéis.

Reconheceu, entretanto, que, se por um lado, o sistema da economia compartilhada representou queda na arrecadação formal, por outro – e seria importante ter esses dados –, incrementou a retomada do turismo em Maceió, que tem sido significativa, com hotéis lotados e *overbooking* no feriado da Independência.

Acrescentou que poder público e iniciativa privada, em trabalho conjunto, podem incrementar o turismo, discutir novas formas de promovê-lo e, se for preciso, reinventar o setor para fazer com que o fluxo de turista retorne após a pandemia. Em Maceió, sua Secretaria tem debatido essas questões com hotéis e com o *Convention Bureau* para tentar encontrar novos caminhos. São discussões importantes e perguntas difíceis, como quais serão os beneficiados e como o serão; como fazer esse fluxo retornar; quais as propostas pós-pandemia. O importante é não ter medo do diálogo.

Considera um desafio, que gostaria de ver resolvido, a possibilidade de o poder público ter informações qualificadas como as que as plataformas detêm. O tempo que o turista leva do aeroporto para o hotel, para onde ele foi e que tipo de serviço utilizou podem parecer dados irrisórios, mas impactam na decisão sobre como proporcionar esses serviços, como melhorá-los, se seria importante fazer interface com outra secretaria. A depender das características da cidade, as questões assumem aspectos mais ou menos importantes.

Lembrou da experiência da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI Nordeste), que espera poder ser retomada, em que todos os estados da Região compartilhavam dados. Ainda que eles fossem incompletos e difusos, entende que a iniciativa era positiva.

Sugeriu, então, a criação de grupo intermunicipal ou estadual, com participação das várias instâncias – federal, municipal e estadual –, além do Banco do Nordeste e da iniciativa privada, para pesquisa de dados e para avaliar o verdadeiro impacto da atividade econômica do turismo na economia. Para ela, a afirmação de que o setor movimenta 53 segmentos é precipitada. Em sua opinião, isso nunca foi dimensionado de forma correta, porque nunca se fez levantamento de toda a cadeia produtiva que ele movimenta, de uma ponta à outra.

Entende que a diminuição dos intermediários veio acompanhada de menor oferta de empregos na área, o que preocupa. É mais uma questão por resolver, mas assegurou que se sente entusiasmada com as excelentes oportunidades que vislumbra com o sistema de economia compartilhada.

Ressaltou aspectos positivos, como maior oferta hoteleira e mais diversidade de alojamentos, situação bastante rica para o turista. Citou experiência própria no evento Mercovale, ocorrido há alguns anos em Penedo, cidade com pouca oferta hoteleira, em que os proprietários dos imóveis, junto ao Sebrae, colocaram suas casas e quartos num *pool* para acomodar as pessoas. Faziam, sem saber, uma experiência semelhante ao Airbnb.

Reiterou que, em face dessas mudanças, todos estão sendo desafiados, o poder público, a iniciativa privada, o sistema bancário, as empresas e a população. Sente-se entusiasmada, pois considera um privilégio sair da zona de conforto para descobrir novas formas de fazer.

Vê o desenvolvimento de um novo modelo econômico para o turismo como uma questão a ser enfrentada.

Ao final, pleiteou que Maceió entre para o programa da Secretaria de Turismo, chamado Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), e faça parte de um dos destinos que estão sendo estudados.

9ª Mesa, realizada em 18/10/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 9ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre Turismo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado da República.

O Senador Fernando Collor iniciou os trabalhos reforçando que o objetivo do Ciclo de Debates é contribuir com as discussões para a plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia. A seguir, ele anunciou o tema da audiência: “Qualificação de mão de obra no setor de turismo: cenário atual, desafios e perspectivas”.

A qualificação da mão de obra, segundo o Senador Fernando Collor, é um dos desafios mais importantes para a estruturação de uma indústria turística competitiva e moderna. Sendo o turismo uma atividade desempenhada por pessoas para pessoas, a busca pela excelência passa necessariamente pelo cuidado, dedicação e investimento permanentes nos recursos humanos que sustentam o setor.

No Brasil, essa orientação geral se mostra ainda mais relevante. Nosso país foi abençoado com numerosas belezas naturais, uma cultura diversificada e outros atrativos que devem ser transformados em pilares de uma consolidada indústria turística. Para isso, no entanto, a qualidade do atendimento oferecido ao visitante é de importância essencial. Portanto, é desafio fundamental e bastante complexo assegurar a persistência dessa qualidade e seu aperfeiçoamento constante.

Conforme os dados relativos a 2019, último ano antes da pandemia de covid-19, apenas os segmentos de alojamento e alimentação empregavam cerca de 5,5 milhões de brasileiros. Trata-se de população imensa a demandar treinamento e atualização nas melhores práticas em serviços.

Considerando o potencial de crescimento do turismo no Brasil, os esforços de formação e reciclagem precisarão aumentar muito nos próximos anos. De acordo com a edição de 2019 do Índice de Competitividade Turística produzido pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupava, em 2019, um tímido 32º lugar entre 141 países avaliados. Avançar nessa comparação internacional implicará aumento sustentado de mão de obra qualificada para o turismo.

Investimentos maciços serão imprescindíveis para evitar que a falta de oferta de profissionais capacitados venha a se configurar em gargalo adicional a frear o crescimento da atividade turística no país.

Aliás, observou o Senador Fernando Collor, a retomada gradual da normalidade sanitária já está impulsionando o setor no mundo inteiro e particularmente no Brasil, em um processo que deverá se acelerar. Em um mundo em permanente transformação, a indústria do turismo também passa por intensa remodelação. Nesse sentido, é importante combinar modelos consagrados a práticas inovadoras, atentos à necessidade de consolidar os valores contemporâneos de sustentabilidade à indústria turística.

Não se trata apenas de oferecer conteúdo a trabalhadores e empresários, mas também de sensibilizar todos os segmentos envolvidos para os temas de meio ambiente, promoção dos direitos humanos, proteção de indígenas a comunidades tradicionais, respeito às minorias, combate à xenofobia e à intolerância. As políticas de qualificação que se deseja estão voltadas para um turismo humano e civilizatório. Formular tais políticas e colocá-las em prática demandará uma concertação de esforços dos poderes públicos, das entidades do setor e de toda a sociedade civil organizada.

Feita essa contextualização, o Senador Fernando Collor, Presidente da CDR, anunciou os palestrantes: Sra. Andrea de Souza Pinto, Diretora de Regulação e Qualificação do Turismo no Ministério do Turismo; Sra. Marutshka Moesch, Diretora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília; Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); Sr. José Gilton Pereira Lima, Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) Alagoas.

I – Identificação

9ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Qualificação de mão de obra no Setor de turismo: cenário atual, desafios e perspectivas”

II – Participantes

1. **Andrea de Souza Pinto**, diretora de Regulação e Qualificação do Turismo – Ministério do Turismo (MTur);
2. **Marutschka Moesch**, diretora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB);
3. **Manoel Cardoso Linhares**, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH);
4. **José Gilton Pereira Lima**, presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac Alagoas).

III – Relato da exposição dos convidados

Andrea de Souza Pinto, diretora de Regulação e Qualificação do Turismo – Ministério do Turismo (MTur)

A convidada discorreu sobre as ações do Ministério do Turismo acerca do tema qualificação, ao longo do tempo. Em 2014, o Ministério iniciou o aprofundamento sobre o conhecimento do cenário da qualificação em todas as regiões do Brasil. Foram levantados dados e informações sobre os programas de qualificação profissional e o preenchimento de lacunas emergenciais no atendimento aos serviços necessários para o acolhimento dos turistas. Isso demonstrou as fragilidades organizacionais, estruturais e operacionais.

Em seguida, foi firmada uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), para a realização de uma pesquisa em âmbito nacional, com o intuito de reconhecer a percepção desses atores quanto aos processos de qualificação no turismo, principalmente daqueles que estavam, até então, empregados. Foi formada uma rede de pesquisadores dos institutos federais e das universidades federais que realizou essa pesquisa nas bases territoriais, tendo como recorte as 30 rotas turísticas do Investe. Nessas rotas, foram

identificados problemas que direcionaram ações das políticas públicas para corrigir e proporcionar melhores cursos, capacitando de forma específica cada região.

Atualmente, essa rede possui cerca de cem pesquisadores, e no ano de 2020 foi realizado esse diagnóstico de todo o território brasileiro, possibilitando saber o que é necessário para qualificar cada região. A palestrante destacou a necessidade de apoio do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para institucionalizar essa rede, estabelecendo-a como um observatório permanente do turismo, com o objetivo de auxiliar na melhor utilização dos recursos públicos encaminhados para fins de qualificação.

Segundo ela, antes de 2014, a falta de informação gerava problemas relacionados à continuidade dos cursos e à realização de cursos iguais que não traziam o retorno esperado pelos empreendimentos das localidades. Isso gerava vários certificados e desempregados. Participaram também da pesquisa o *Trade*, os gestores públicos e os gestores privados, pois o objetivo da qualificação é gerar empregabilidade.

A palestrante argumentou que o desemprego acentuado pela pandemia exigirá uma qualificação melhor para garantir a empregabilidade. Defendeu a Política Nacional de Qualificação no Turismo e reforçou a institucionalização da rede de pesquisadores, para torná-la um observatório permanente, com a participação do *Trade* e do Sistema S.

Informou que, desde 2019, vem ocorrendo o aumento do número de cursos disponibilizados no Ministério. Mencionou que atualmente há 90 cursos, enquanto que, em 2020, havia apenas 12. Esses cursos são ofertados gratuitamente à população brasileira, alguns são pontuais como os de guias e os de gestores públicos. Entre os novos cursos que deverão ser ofertados, citou o *Would You Like*, que envolve o aprendizado da língua inglesa para os que trabalham em atividades turísticas e têm até a quarta série; e o curso de atendimento ao turista.

Por fim, a expositora se colocou à disposição para viabilizar novas demandas a fim de atingir as necessidades das bases territoriais e enfatizou que a Política Nacional de Qualificação no Turismo dará suporte à qualifi-

cação, mas servirá também como um observatório para a infraestrutura e a segurança turísticas e para outros órgãos, como os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, que atuam transversalmente no setor do turismo.

Marutschka Moesch, diretora do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET-UnB)

Reforçando o relato da Sra. Andrea de Souza Pinto, a convidada ressaltou o trabalho de pesquisa que vem sendo realizado desde 2013, no Ministério do Turismo, quando houve uma avaliação crítica do Ministério quanto aos diferentes projetos de qualificação que haviam sido desenvolvidos desde o ano de 2004, com a criação do Ministério do Turismo, e a pouca eficácia nos resultados no desenvolvimento dos territórios, principalmente nas questões de melhoria da qualidade de atendimento e, portanto, de competitividade dos territórios.

Argumentou que o turismo é um sistema complexo e não deve ser reduzido a uma atividade econômica apenas. Esse sistema inclui os turistas, que devem ser motivados a viajar, e as comunidades, que devem estar organizadas para recebê-los – essas incluem o setor empresarial, o setor público e as pessoas. Esse entendimento é importante para gerar um turismo integrador, que possibilite o desenvolvimento do território. Citou como exemplo a região Nordeste que, de acordo com a palestrante, teve muito investimento para o desenvolvimento do turismo, mas esse gerou pouco em termos de trabalho e renda para essa comunidade.

A palestrante defendeu que a qualificação possibilita a inclusão social a partir do turismo e, portanto, o desenvolvimento dos territórios. Ela é considerada uma porta de entrada para que os jovens possam construir uma carreira profissional, possibilitando uma vida com maior qualidade. Argumentou que, com a pandemia, as bases territoriais onde as comunidades tinham uma relação direta com o turismo entenderam a necessidade de melhorar a qualificação para enfrentar essa questão sanitária.

Nesse contexto, apontou dois grandes questionamentos discutidos: qual seria a formação que desenvolveria pessoas na área do turismo, possibilitando a elas uma profissão e uma carreira? E quais os saberes necessários para que se possa enfrentar os desafios cíclicos das áreas econômica e sanitária? Argumentou que o desenvolvimento do setor empresarial do turismo não pode ser pensado de forma isolada e citou fatores que o influenciam, além da qualificação: a crise econômica, o preço do dólar, o aumento do querosene e a falta de transporte terrestre. Dessa forma, o grupo de pesquisa citado, após discussões, propôs uma metodologia para implantar o sistema nacional de qualificação em turismo. Esse sistema não se preocupa apenas com o curso do chamado treinamento, prevê também que esses trabalhadores tenham conhecimentos para enfrentar os desafios que se estabelecem diante das crises climática e econômica que assolam o mundo.

Explicou que a Política Nacional de Qualificação no Turismo foi fruto de um trabalho coletivo e participativo, que se iniciou em 2013, e está referendada pelo Conselho Nacional de Turismo. Esse sistema nacional de qualificação em turismo tem como foco principal a rede de base territorial. Essa rede é o conjunto da sociedade participante e envolve as entidades ofertantes de formação e de qualificação e os demandantes: escolas com alunos de ensino médio, comunidades, associações de trabalhadores e setor empresarial. Dessa forma, por meio do diálogo, constroem-se possibilidades de cursos que deverão atender as necessidades de cada território. Essa proposta metodológica inclui diagnósticos realísticos, ou seja, a formação para uma camareira de uma pousada no interior do estado do Pará é diferente da formação para a camareira de uma pousada na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul. Isso ocorre porque essas realidades apresentam diferenças no campo socioantropológico, seja da formação básica das pessoas, da projeção do papel do turismo das comunidades, como também da expectativa com a profissão. Para isso, é preciso ter currículos, propostas de carga horária e relações de conhecimento que se estabeleçam através

do que se chama de *campus* e que sensibilizem as pessoas para construir as suas possibilidades.

A palestrante discorreu sobre dois problemas relacionados à qualificação no turismo. O primeiro envolve a parte operacional, que mais emprega. Esses empregos, em geral, são informais e com baixa remuneração salarial, sem perspectiva de futuro profissional, o que não favorece a dedicação do trabalhador em se qualificar. A outra questão envolve o cunho servil dessas atividades. No Brasil, a marca colonialista de que todo trabalho servil tem origem escravocrata faz com que esses empregos sejam menos valorizados pelos jovens que vislumbram um status social maior. Nesse cenário, surge a necessidade de construir essa competência da área do turismo, mostrando que o sistema tem possibilidade de ter profissões nas quais os jovens antevejam um futuro.

Outro ponto que a convidada considera importante é a forma como os jovens ingressam no mercado de trabalho nesse setor. Mencionou, como exemplo, que a valorização das competências nem sempre condiz com os salários. Os salários no setor do turismo são muito baixos, e 70% dos trabalhadores da área não têm o ensino fundamental básico completo – dado que se perpetua desde a década de 1990. Por esse motivo, uma das premissas da Política Nacional de Turismo é que ela seja uma educação continuada e eleve a escolaridade. A recomendação é que essa formação seja associada à formação básica ou a sua elevação e, portanto, ocorra junto aos institutos federais do país. Essa metodologia permitirá que o jovem que abandonou os estudos formais ou o trabalhador que não pôde fazer a formação eleve a escolaridade de forma associada à capacitação profissional. A convidada defendeu que a qualidade do serviço é incompatível com um baixo nível de escolaridade. Mencionou que os vencedores do Prêmio Nobel de Economia de 2021 demonstraram que a escolaridade de um ano a mais eleva o patamar da economia e da vida das pessoas e que o pagamento e o aumento do salário mínimo não trazem desemprego. Argumentou que esses resultados vão de encontro ao discurso de que o aumento de salários poderia acarretar maior desemprego no setor do turismo.

Segundo a convidada, para o país alcançar um turismo mais competitivo em termos internacionais, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, é preciso haver associação entre a qualificação e a prospecção no mundo do trabalho. Os jovens dos territórios atendidos precisam ver que o ingresso nesse mercado de trabalho possibilitará, com permanente qualificação, a obtenção de uma profissão econômica e socialmente valorizada.

Destacou que a Política Nacional de Qualificação no Turismo foi construída de 2015 a 2017 e, posteriormente, foi debatida, por meio de audiência pública, com o Conselho Nacional de Turismo e com a sociedade, estabelecendo como premissas que é pelo trabalho que se educa e que o trabalho é um processo de inclusão social. Reforçou que, atualmente, há trinta redes territoriais que buscam a concertação entre os diferentes atores – universidades, prefeituras, Sistema S, associações, sindicatos e comunidades –, para estabelecer o melhor tipo de turismo para a localidade e as necessidade para o ingresso de trabalhadores qualificados, a fim de favorecer o desenvolvimento do turismo nacional.

Concluiu sua exposição solicitando que os parlamentares conheçam a Política Nacional de Turismo, que pode ser acessada no *site* do Ministério do Turismo.

Manoel Cardoso Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional)

O convidado informou que o setor representa em torno de 1,1 milhão de empregos diretos e indiretos no Brasil, e destacou que o empresário precisa estar atento não só ao seu empreendimento, mas também aos seus colaboradores. Para ele, a qualificação da mão de obra é um dos maiores problemas do turismo brasileiro, nas esferas municipal, estadual e federal. Criticou as indicações políticas e defendeu que os gestores da área devem ser profissionais dedicados à indústria do turismo, pois essa tem potencial para acabar com o desemprego no país.

O palestrante argumentou que os trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo brasileiro são os responsáveis diretos pelo sucesso do destino, pois é a qualidade do atendimento que garante a satisfação do turista. Informou que, no Brasil, o turismo gera indiretamente cerca de 7 milhões de empregos em diversos setores, sendo 2,9 milhões de empregos diretos, com impacto na economia em torno de R\$50 bilhões, cerca de 10% do PIB brasileiro. Em função da pandemia, cerca de 80% da hotelaria fechou, e os 20% restantes tiveram ocupação entre 5% e 8%, recebendo pacientes, profissionais da saúde e algumas companhias aéreas que estavam operando. Ressaltou a importância da Medida Provisória nº 936 para a manutenção dos empregos nesse período.

Segundo o convidado, a hotelaria brasileira está preparada para receber visitantes garantindo os protocolos de segurança para a saúde. Defendeu que a retomada das atividades pode ser uma oportunidade para reinventar o setor e incrementar o mercado de trabalho, porque apesar do grande potencial do turismo brasileiro, há a necessidade de qualificação. Nesse sentido, destacou a importância do Sistema S e de que os governos municipais, estaduais e federal cuidem desse setor.

Recordou que o turismo impacta em torno de 52 segmentos da economia, que disponibilizam oportunidades de emprego em diversas áreas, como hotéis, transporte, restaurantes e outros serviços. Entretanto, é necessário profissionalizar os colaboradores para gerar mais vagas e garantir empregos. Nesse contexto, citou o exemplo da gastronomia brasileira, que, em decorrência do investimento em capacitação, é atualmente reconhecida internacionalmente pelo alto nível dos *chefs* de cozinha, que assinam cardápios de grandes restaurantes internacionais.

Concluiu sua exposição divulgando sessão solene a ser realizada na Câmara dos Deputados, no dia 9 de novembro de 2021, para comemorar os 85 anos da ABIH Nacional, e a abertura da Equipotel e da Conotel, o maior congresso da área, a ser realizado no dia 22 de novembro de 2021, em São Paulo.

José Gilton Pereira Lima, presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac Alagoas)

O convidado, que disse estar na gestão do Sistema Fecomércio e do Conselho do Senac Alagoas há dois anos, discorreu sobre as ações realizadas na região relacionadas à qualificação na área de gastronomia e turismo.

Informou que o Senac oferece diversos cursos na área de hotelaria, hospedagem, guia de turismo e idiomas. Mencionou que recentemente foi inaugurado o Centro Gastronômico de Alagoas, em Maceió, que formará anualmente uma média de mil alunos na área de gastronomia; e que será inaugurada, em breve, outra escola em Arapiraca, contendo também uma área de gastronomia, que atenderá a região do agreste do estado de Alagoas.

Comentou sobre a existência de cinco carretas do Senac que circulam pelos municípios de Alagoas oferecendo capacitação para o setor do turismo: carretas de gastronomia, de hotelaria e de embelezamento. Atualmente, segundo ele, a carreta de gastronomia está no município de Palmeira dos Índios, capacitando com êxito os empresários e interessados da região, em cursos de pizzaiolo, de confeitaria e de cozinheiro.

O palestrante falou sobre o projeto de construção de um complexo, envolvendo o Sesc e o Senac, para atender dez municípios, especialmente os com tendências para o turismo. O projeto pretende iniciar na cidade de Barra de São Miguel e alcançar o município de Delmiro Gouveia, atendendo, dessa forma, os quatro pontos do estado de Alagoas. Para isso, solicitou apoio parlamentar para combater medidas que visam retirar recursos do Sistema S, como a ocorrida em 2020, que retirou 50% da arrecadação durante três meses.

Discorreu também sobre o programa Mesa Brasil, que considera um caso de sucesso. Nesse, toneladas de alimentos foram distribuídas, principalmente no período da pandemia, com o recebimento de mais de 15 mil cestas básicas doadas, além de outros tipos de arrecadação, e com a prestação de serviço logístico a mais de 400 entidades, possibilitando que as doações chegassem até as pessoas menos favorecidas.

Concluiu sua exposição afirmando que o Senac está disponível para acatar todas as recomendações, fazer capacitações e chegar principalmente aos menos favorecidos. Enfatizou que a Federação do Comércio de Alagoas se disponibiliza a estudar a aptidão dos municípios, antes de oferecer os cursos de capacitação. Esse procedimento evita que, após a capacitação, não ocorra a inserção no mercado de trabalho.

10ª Mesa, realizada em 25/10/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 10ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre Turismo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Como nas demais audiências, o Senador Fernando Collor reafirmou que o objetivo do Ciclo de Debates é contribuir com as discussões para a plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia.

A seguir, o Presidente da CDR afirmou que a audiência abordaria um tema especialmente relevante, contemporâneo e urgente: a promoção do ecoturismo como eixo para o desenvolvimento sustentável. Construir uma indústria turística, ao mesmo tempo moderna, dinâmica e mais humana, passa necessariamente pela promoção e ampliação do turismo de natureza no nosso país.

A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável foi um dos resultados históricos alcançados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O Brasil teve a honra de organizar e acolher esse evento durante o período do Senador Fernando Collor na Presidência da República. Na ocasião, estiveram reunidos autoridades governamentais, cientistas e ativistas, com cobertura exaustiva pela mídia internacional. A partir dali, a busca do bem-estar material a qualquer custo foi substituída pelo desafio da sustentabilidade. A relação econômica do homem com a natureza foi fortemente incorporada às dimensões sociais e de preservação ambiental.

O turismo de natureza é possivelmente uma das atividades econômicas em que as três dimensões do desenvolvimento sustentável estão contempladas de maneira mais harmônica e sistêmica. Organizado em torno do patrimônio natural e cultural de comunidades tradicionais, o ecoturismo contribui para a manutenção do ambiente natural e, ao mesmo tempo, proporciona benefícios econômicos para as comunidades receptoras e para os

administradores das áreas de preservação, sejam elas públicas ou privadas. Além disso, promove alternativas de emprego e renda à população local, e sensibiliza visitantes e moradores das comunidades receptoras acerca da importância da preservação dos ambientes naturais, do valor da biodiversidade e dos conhecimentos de povos tradicionais.

Muitos dos locais com potencial de desenvolvimento do ecoturismo se situam em áreas com histórico de desempenho econômico abaixo das médias nacionais, principalmente no interior do país. Nesses locais, o dinamismo proporcionado pelo turismo de natureza dá contribuição valiosa para a redução de nossas históricas desigualdades econômicas regionais.

Em que pese a diversidade de biomas e a riqueza natural do Brasil, o turismo de natureza ainda é relativamente pouco explorado no país. Estudo divulgado, em julho deste ano pelo Instituto Semeia, aponta que o ecoturismo representa apenas uma ínfima fração do nosso PIB, embora o Brasil seja o segundo país do planeta em termos de patrimônio natural.

Em 2019, aproximadamente 13 milhões de turistas visitaram parques nacionais e estaduais. Avalia-se que se trata de uma parte pequena da capacidade total dessas unidades de conservação, que comportam cerca de 56 milhões de visitantes por ano. Segundo o estudo, o turismo em parques nacionais e estaduais tem o potencial de gerar mais de 900 mil empregos no Brasil e adicionar R\$44 bilhões ao nosso Produto Interno Bruto.

Frente à sua relevância para a sustentabilidade do crescimento econômico brasileiro e ao potencial de avanço no país, é preciso aprofundar o debate e a reflexão sobre caminhos e políticas de promoção do turismo de natureza no Brasil. A tarefa é complexa, mas inadiável. A promoção do ecoturismo precisa ser um pilar do projeto de consolidação de uma indústria turística humana e sustentável. Ouvir diferentes setores, buscar a opinião de especialistas, construir consensos para que as dificuldades sejam enfrentadas de maneira efetiva, em linha com os conhecimentos científicos mais recentes no campo ambiental deve ser um objetivo para se promover a sustentabilidade, eis aí o nosso objetivo na noite de hoje.

Feita a contextualização, o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, apresentou os palestrantes: Sra. Nicole Ferreira Facuri, Diretora do

Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo, do Ministério do Turismo; Sr. Vinicius Viegas, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura; e Sr. André Pitaguari Germanos, Secretário da Secretaria de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

I – Identificação

10ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Ecoturismo como eixo para o desenvolvimento sustentável”.

II – Participantes

1. **Nicole Ferreira Facuri**, diretora do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo, Ministério do Turismo (MTur);
2. **Vinicius Viegas**, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta);
3. **André Pitaguari Germanos**, secretário da Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

III – Relato da exposição dos convidados

Nicole Ferreira Facuri, diretora do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo, Ministério do Turismo (MTur)

A convidada iniciou sua exposição apresentando o conceito de ecoturismo da Organização Mundial do Turismo (OMT): “toda forma de turismo que está centrada na natureza, sendo a principal motivação dos turistas a

observação e valorização do ambiente natural, bem como das culturas tradicionais que prevalecem nas áreas naturais; que inclui aspectos pedagógicos e de interpretação da natureza; minimizam os impactos negativos no ambiente natural e sociocultural e que contribuem para a manutenção das áreas naturais que constituem o atrativo do ecoturismo". Afirmou entender o ecoturismo como importante fator de preservação, a partir da máxima "não se consegue amar o que não se conhece" e defendeu o fomento à visitação de parques nacionais e ambientes naturais. Invocou o conceito de "turismo sustentável" da OMT: a "atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro", observando que o turismo que não gera benefício para a comunidade local não é sustentável.

Listou como principais benefícios do ecoturismo a geração de divisas, de emprego, de renda e de desenvolvimento territorial para a comunidade receptora; o papel de vetor para inclusão social e para a diminuição das desigualdades; o estímulo à conservação da biodiversidade e dos ativos culturais e naturais; a promoção do intercâmbio cultural; a valorização sociocultural; a função de potencializar a sustentabilidade; a conciliação do desenvolvimento e da preservação; a promoção da educação ambiental e a utilização sustentável dos recursos. Observou que quanto mais as pessoas viajam, mais conhecem e se familiarizam com o ambiente natural e o valorizam, o que contribui para a conservação da fauna e da flora.

Nicole Facuri mencionou os Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, observando que alguns deles estão associados ao turismo sustentável. Citou especificamente quatro objetivos:

ODS 8 – Trabalho digno e crescimento: políticas para promover o turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais;

ODS 12 – Consumo sustentável: ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;

ODS 14 – Proteger a Vida Marinha: conservação e uso sustentável

dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 – Proteger a vida silvestre: tem papel fundamental na conservação da biodiversidade e no respeito aos ecossistemas terrestres.

Asseverou que muitas vezes esses objetivos podem ficar no campo teórico, sendo necessário avaliar como pode ocorrer a sua aplicabilidade e materialização no dia a dia. Assegurou ser uma preocupação do MTur ensinar formas de atender aos objetivos de forma prática. Nesse sentido, mencionou o desenvolvimento de um programa nacional de turismo gastronômico, que inclui iniciativas para dar destinação adequada aos alimentos.

Quanto aos diferenciais competitivos do Brasil na área de ecoturismo, mencionou que o país conta com 334 unidades de conservação federais (9% do território terrestre nacional e 2% do bioma marinho costeiro), sete Patrimônios Mundiais Naturais, 74 Parques Nacionais, 67 Florestas Nacionais, e 37 Áreas de Proteção Ambiental. Registrou que 18,6% dos turistas internacionais têm como motivação das viagens de lazer a natureza, o ecoturismo e a aventura.

Citou o *Ranking de Competitividade Turística Mundial de 2019 da Travel & Tourism Competitiveness Report*, que apresenta o Brasil em 32º lugar, embora o país seja o segundo em recursos naturais e o nono em recursos culturais. Ressaltou que o Brasil já ocupou o primeiro lugar em recursos naturais e defendeu trabalho conjunto entre o governo e a iniciativa privada para retomar essa posição, especialmente para reforçar ações digitais para fomentar a busca pelo turismo de natureza no Brasil.

A expositora observou que as tendências globais indicam que o turismo de natureza terá destaque no período pós-pandemia, defendendo que o Brasil necessita de ações para otimizar sua promoção em nível nacional e em nível internacional. Nesse sentido, informou que o Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2018 a 2022 contempla a sustentabilidade, entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas.

Em outros termos, a promoção da sustentabilidade abrange além da sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade sociocultural, econômica e político-institucional. Registrou que o PNT tem uma abordagem ampla para o turismo responsável, incluindo a defesa e o desenvolvimento de temas como ética e responsabilidade social, proteção dos direitos de crianças e adolescentes no turismo, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, respeito às diferenças de gênero, geração, raça e etnia, respeito ao meio ambiente e manutenção e valorização das culturas locais, além de maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo e de acesso a esse mercado.

Em seguida, a convidada apresentou a perspectiva atual de inteligência competitiva do turismo, avaliando que existe um longo caminho a percorrer em termos de inteligência mercadológica voltada para o setor, para o que é necessário que haja dados e informações. Com essa preocupação, mencionou que o MTur tem elaborado estudos para compreender o universo de oferta e demanda do setor de turismo, com prioridade para os parques nacionais. Ressaltou que o cuidado com os parques nacionais é atribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mas que o MTur colabora com ações no entorno dessas unidades.

Mencionou projetos de fomento e de ampliação de competitividade de parques nacionais, de trilhas de longo curso, de cicloturismo, de turismo em águas (náutico, mergulho e pesca), de Geoparques, de cidades criativas, de Patrimônios Mundiais, de turismo rural, de turismo gastronômico e de turismo de experiência.

Quanto ao cicloturismo, observou que se trata de atividade em crescimento, diretamente ligada a ambientes naturais, caracterizando-se como tendência no momento pós-pandemia.

Defendeu o fomento ao turismo em águas tanto pelo fato de os turistas, nesse caso, apresentarem consciência ambiental, quanto pelo fato de o *ticket* médio de gasto ser relevante, proporcionando desenvolvimento e geração de emprego e renda.

No que se refere aos Geoparques, explicou que se trata de uma categoria de parques identificados por uma rede internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) a partir de

sua relevância geológica. Afirmou que o geoturismo, intrinsecamente ligado ao turismo em ambientes naturais, é uma estratégia importante para o desenvolvimento territorial. Informou que o Brasil contava apenas com um Geoparque (Parque Geológico do Araripe, primeiro Geoparque das Américas), embora já tivesse apresentado as candidaturas dos Parques do Seridó e dos Cânions do Sul. Assegurou se tratar de uma estratégia muito importante, por estruturar uma narrativa territorial que permite desenvolver o turismo.

Discorreu sobre a estratégia de foco na economia criativa, com o fomento de cidades criativas, a implementação da Rede Brasileira de Cidades Criativas e a promoção de roteiros e atrativos que sejam patrimônios mundiais. Em sua visão, o Brasil tem muitos atrativos naturais e culturais que precisam ser melhor trabalhados e “melhor embalados como produto”.

Quanto ao turismo rural, também vinculado ao turismo em ambiente natural, informou que estava sendo desenvolvido um projeto-piloto com oito localidades escolhidas em audiência pública, a ser replicado em outros destinos.

No que se refere ao Programa Nacional de Turismo Gastronômico, observou que o Brasil tem grande potencial no setor de gastronomia, ainda pouco explorado.

Outro ponto que, segundo a convidada, perpassa todos os programas e projetos do MTur diz respeito ao turismo de experiência. Registrou haver uma tendência de diminuição do chamado turismo de massa, que atende a turistas acostumados a viajar em grandes grupos e se satisfazer em visitar atrativos turísticos relevantes. Como exemplo desse turismo de massa, citou o turista que viaja para o Rio de Janeiro e se contenta em visitar o Cristo Redentor. Já o turismo de experiência, que é uma tendência mundial corroborada no período pós-pandemia, incentiva a vivência que o turista quer ter na localidade, vivendo a experiência no destino como um morador local, buscando ter acesso direto à cultura, à forma de viver, aos saberes e fazeres da comunidade local. Esse novo formato é aplicável a todos os segmentos e atividades do turismo.

A expositora discorreu sobre o Acordo de Cooperação Técnica MTur/MMA/ICMBio/EMBRATUR nº 02/2017, celebrado pelo MTur com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) e o ICMBio, com o objetivo de implementar uma

estratégia de desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação (UCs) Federais. De acordo com dados do ICMBio de 2019, sobre visitação e turismo nas UCs Federais, naquele ano foram registradas 15 milhões de visitas, o que representa aumento de 20,4% em relação a 2018. Foram registrados 90 mil empregos diretos e cerca de R\$ 2,7 bilhões em renda. Calcula-se que a cada R\$ 1 investido em UCs são gerados R\$ 15 em benefícios econômicos para a economia local. Apurou-se que R\$ 2,4 bilhões foram gastos pelos visitantes nos municípios do entorno das UCs.

No âmbito do acordo de cooperação técnica, um dos projetos trabalhados é o da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, que pretende conectar trilhas no Brasil. A expositora informou que o planejamento inicial é de 10,5 mil quilômetros de trilhas, sendo que 5,5 mil quilômetros já haviam sido implementados. Explicou que o projeto é semelhante a iniciativas adotadas por países de tamanho semelhante ao do Brasil, como Canadá, Estados Unidos e Austrália.

Apresentou mapeamento feito pela Associação Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, que identificou 120 trilhas sinalizadas em todo o Brasil, somando 5.500 km. Trata-se de percursos que podem ser feitos a pé, de bicicleta ou em veículos não motorizados. O projeto prevê cinco grandes corredores: a) Corredor Litorâneo, que ligará o Oiapoque ao Chuí; b) Caminho dos Goyazes, que ligará a cidade de Goiás Velho até a Chapada dos Veadeiros; c) Caminhos do Peabiru, que ligará o Parque Nacional do Iguaçu ao litoral paraense; d) Caminhos Coloniais, atualmente percorrido por carros e bicicletas, que ganhará um percurso para os caminhantes; e e) Trilha Velho Chico, conectando a nascente do Rio São Francisco, no parque Nacional da Serra da Canastra, à sua foz na Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu.

A expositora apresentou o símbolo das trilhas da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, uma seta com uma pegada, em uma placa preta e amarela. Cada trilha acrescenta ao sinal uma identidade própria, o que implica em empoderamento da comunidade local. Ressaltou que muitas trilhas são construídas com trabalho voluntário de pessoas apaixonadas pelo meio ambiente e que dedicam tempo para a consolidação e sinalização dos atrativos.

Quanto a estudos de fomento para novos produtos, a convidada observou que durante muito tempo eram estudados segmentos turísticos.

Atualmente, a partir da compreensão da inteligência mercadológica e do entendimento de que é a iniciativa privada que é responsável por fazer o turismo acontecer, defendeu ser necessário fornecer para a iniciativa privada informações confiáveis para a tomada de decisão quanto a investimentos e captação de recursos. Como exemplo, mencionou o turismo de mergulho, segmento que traz turistas de alto poder aquisitivo com consciência ecológica. Nesse setor, informou que as ações buscam mapear o setor de mergulho recreativo e o turismo de mergulho no Brasil, com levantamento da oferta e análise da demanda e elaboração de diretrizes para o desenvolvimento sustentável do setor.

A convidada mencionou o Projeto Orla, parceria do MTur com a Secretaria de Patrimônio da União e o MMA, que busca harmonizar as políticas ambiental, urbana, patrimonial e do turismo no cuidado com os espaços litorâneos, para que cumpram a sua função socioambiental e econômica. Relatou que há grande preocupação, sobretudo na alta temporada, com a forma desordenada pela qual é trabalhado o turismo no litoral no Brasil, defendendo ações de educação ambiental, buscando evitar impactos negativos de determinados comportamentos dos turistas.

Relatou a intenção de se trabalhar Planos de Gestão Integrada (PGI) da Orla, buscando o ordenamento do desenvolvimento do litoral. Mencionou o exemplo de Morro de São Paulo, na Bahia, onde há construções desordenadas e grande fluxo de turistas. Observou que muitas vezes os turistas visitam o local sem pernoitar e sem efetuar gastos efetivos, o que não gera benefícios para a comunidade local, caracterizando turismo predatório. O desafio, portanto, é organizar o desenvolvimento do turismo nesses locais. Para tanto, a convidada mencionou um Termo de Execução Descentralizada celebrado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte para o desenvolvimento de dez PGIs de Orla.

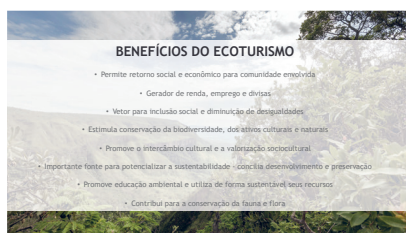
A expositora mencionou o programa Bandeira Azul, que reconhece praias que tenham relevância em aspectos como qualidade da água, educação ambiental, gestão ambiental e segurança. Informou que, na temporada 2021/2022, foram reconhecidas 22 praias com o selo.

Relatou ações do governo federal para atração de investimentos, parcerias e concessões e que o MTur tem apoiado estudos de viabilidade e de modelagem para delegação de serviços turísticos de uso público em parques

nacionais, especialmente nos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, dos Lençóis Maranhenses, de Jericoacoara e da Serra da Bodoquena. Informou que o MTur disponibilizou em seu site um mapa com informações sobre potencialidades de investimento.

No que se refere a ações na área de inteligência mercadológica, mencionou a elaboração de estudos, como o Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo, voltado para os parques nacionais, lançado em setembro de 2020, e o Boletim de Inteligência Mercadológica do Turismo Náutico, lançado em julho de 2021. Também apresentou a publicação “Turismo e Sustentabilidade”, com orientações para os prestadores de serviços turísticos. Por fim, sugeriu visitas ao site do MTur, onde são disponibilizadas outras informações sobre os projetos em andamento.

Nicole Ferreira Facuri - MTur



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

THE GLOBAL GOALS

TURISMO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030

ODS 8 - Trabalho digno e crescimento
Políticas para promover o turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais

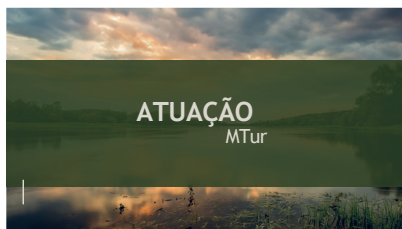
ODS 12 - Consumo sustentável
Ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

ODS 14 - Proteger a Vida Marinha
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

ODS 15 - Proteger a vida silvestre
Têm papel fundamental na conservação da biodiversidade e no respeito aos ecossistemas terrestres

RANKING DE COMPETITIVIDADE TURÍSTICA MUNDIAL

Como está o posicionamento do Brasil?



TURISMO SUSTENTÁVEL

PLANO NACIONAL DO TURISMO 2018 - 2022

DIRETRIZ - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE:

A sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação dos bens das reservas naturais, mas de cultura e da integridade das comunidades receptoras.

A promoção da sustentabilidade abrange além de sustentabilidade ambiental, a social, a econômica, a institucional e a política institucional.

TURISMO RESPONSÁVEL

PLANO NACIONAL DO TURISMO 2018 - 2022 (PNT 2018-2022).

EM: SÍNTESE DE ATUAÇÃO - INCENTIVO AO TURISMO RESPONSÁVEL.

Uma abordagem ampla, que acolhe a defesa e o desenvolvimento de temas como ética e responsabilidade social, proteção dos direitos de crianças e adolescentes no turismo, acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, respeito às diferenças de gênero, geração, raça e etnia, respeito ao meio ambiente e a manutenção e valorização das culturas locais, além de maior participação das comunidades receptoras na definição das políticas de desenvolvimento do turismo e no acesso a esse mercado.

#PRODUTOSTURÍSTICOSCOMPETITIVOS

Fomento de NOVOS PRODUTOS

VISITE OS PARQUES NACIONAIS

Implementar uma estratégia de desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação (UCs) Federais, em consonância com o estabelecido pelo Acordo de Cooperação Técnica MTur/MMA/ICMBio/EMBRATUR/Nº 02/2017.



VISITAÇÃO E TURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

15 milhões de visitas em 2019 - de 20,4% em relação a 2018

90 mil empregos diretos e cerca de R\$ 2,7 bilhões em renda

Cada 1 real investido em UCs = 15 reais em benefícios econômicos para a economia local.

R\$ 2,4 bilhões foram gastos pelos visitantes nos municípios do entorno das UCs.

Fonte: Cidades 2019

Fomento de NOVOS PRODUTOS

#REDETRILHAS DE LONGO CURSO

Parceria estabelecida entre o MTur, MMA e ICMBio para reconhecimento de trilhas de longo curso já existentes no Brasil e cadastramento destas junto à RedeTrilhas. Desta forma, avalia-se se estas seguem padrões de mapeamento, sinalização e segurança, com vistas a ofertar aos turistas trilhas sinalizadas e com a indicação de pontos de interesse turístico, locais para pernoite, alimentação e outros serviços de apoio.





Fomento de NOVOS PRODUTOS

GEOPARQUES DO BRASIL

Manual de Desenvolvimento de Projetos Turísticos de Geoparques, por meio de uma ferramenta metodológica aplicável aos projetos existentes no Brasil em seus diferentes estágios, de modo a contribuir com a estruturação e o fomento do turismo no processo de candidatura à Rede Global de Geoparques da UNESCO, atendendo aos requisitos estabelecidos pela entidade internacional.



GEOPARQUES DO BRASIL

- Aumentar a competitividade e visibilidade do Brasil no geoturismo
- Direcionar as políticas públicas e melhor orientar as ações de investimento, de marketing e de promoção para este nicho de mercado
- Ampliar a oportunidade de geração de emprego e renda em comunidades locais.

Geoparque Araripe-CE: 1º parque geológico das Américas - Unesco.
Geoparques aspirantes: Caminhos dos Cânions do Sul e Seridó, etc.



Fomento de NOVOS PRODUTOS

MERGULHO

- Mapear o setor de mergulho recreativo e o turismo de mergulho no Brasil
- Levantamento da oferta e análise da demanda
- Elaboração de diretrizes para o desenvolvimento sustentável do setor

A REDE prevê, inicialmente, cinco grandes corredores:

1. Corredor Litorâneo, que ligará o Rio de Janeiro ao Rio de Janeiro;
2. Caminho dos Geoparques, que ligará a cidade de Goiás Velho até a Chapada dos Veadeiros;
3. Caminhos do Pantanal, que ligará o Parque Nacional do Iguaçu ao litoral paranaense;
4. Caminhos Coloniais, atualmente percorrida por carros e bicicletas, girará também um percurso para os caminhantes;
5. Trilha Velha Chico, conectando a nascente do Rio São Francisco no Parque Nacional da Serra da Capatzen à sua foz na 48ª de Piauí.



Percurso a pé, de
Bike ou veículos não
motorizados



LISTAGEM DAS TRILHAS		
Nome	Estado	Coordenadas
1. Caminho dos Geoparques	Goiás	15° 45' S, 49° 15' W
2. Caminhos do Pantanal	Paraná	25° 30' S, 54° 30' W
3. Caminhos Coloniais	Paraná	25° 30' S, 54° 30' W
4. Caminhos do Rio São Francisco	Minas Gerais	15° 45' S, 49° 15' W
5. Trilha Velha Chico	Piauí	5° 15' S, 48° 15' W
6. Caminho dos Cânions do Sul	Sul de Minas	15° 45' S, 49° 15' W
7. Caminho dos Cânions do Seridó	Rio Grande do Norte	5° 15' S, 35° 15' W
8. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Alagoas	9° 15' S, 35° 15' W
9. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
10. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
11. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
12. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
13. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
14. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
15. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
16. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
17. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
18. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
19. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
20. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
21. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
22. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
23. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
24. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
25. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
26. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
27. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
28. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
29. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
30. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
31. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
32. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
33. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
34. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
35. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
36. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
37. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
38. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
39. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
40. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
41. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
42. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
43. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
44. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
45. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
46. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
47. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W
48. Caminho dos Cânions do Rio São Francisco	Pernambuco	8° 15' S, 35° 15' W



Fomento de NOVOS PRODUTOS

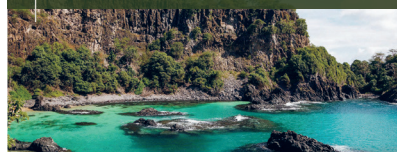
CICLOTURISMO

Mapeamento do setor, análise de oferta e demanda, seu mercado e ecossistema, além de diretores para subsidiar ações de investimento, marketing e promoção.

Aumentar a competitividade do Brasil como destino de natureza propício às atividades ao ar livre, e seu devido posicionamento no mercado voltado às ciclovagens, bike-tours e trilhas de bicicleta.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO NA ORLA BRASILEIRA



PROJETO ORLA

COORDENADOR NACIONAL
MCTur / MCTI / MMA

Busca harmonizar as políticas ambiental, urbano, patrimonial e do turismo no litoral com os espaços litorâneos, que pertencem ao povo brasileiro, para que cumpram a sua função socioambiental e econômica.

Plano de Gestão Integrada - PGI

Benefícios:
Qualificação urbana e ambiental das praias
Ordenamento da orla e Gestão Compartilhada
Qualificação e priorização dos investimentos

BRASIL, ESSA É A NOSSA PRAIA!

TED nº 02/2019 - MCTur / UFRN

Objeto: Prestar assessoria técnica na elaboração de Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI municipal e realizar ações de sensibilização quanto a aplicação de práticas sustentáveis junto a gestores, turistas e trade.

O Programa Bandeira Azul promove o desenvolvimento sustentável em áreas de água doce e marinhas. O Programa destaca as autoridades locais e os gestores de praia a alcançarem altos padrões de qualidade em quatro temas:

QUALIDADE DA ÁGUA
GESTÃO AMBIENTAL
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
SEGURANÇA

Praias Reconhecidas na Temporada 2021/2022:

1. Praia do Pêloco, Porto de Pedras - AL
2. Praia da Ponta da Nossa Senhora do Guadalupe, Salvador - BA
3. Praia de Guarajuba, Camaçari - BA
4. Praia de Itacuripe, Camaçari - BA
5. Praia da Sereia, Vila Velha - ES
6. Praia do Saco, Ilhéus - RJ
7. Praia da Roca, Rio de Janeiro - RJ
8. Praia do Batim, Rio de Janeiro - RJ
9. Praia do Peru, Cabo Frio - RJ
10. Praia Grande, Governador Valadares - MG
11. Praia do Estaleiro, Balneário Camboriú - SC
12. Praia do Itaipava, Balneário Camboriú - SC
13. Praia da Pôrta, Balneário Camboriú - SC
14. Praia da Quilombo, Balneário Camboriú - SC
15. Praia da Ilha, Balneário Camboriú - SC
16. Praia da Condição, Balneário Camboriú - SC
17. Praia da São Francisco do Sul - SC
18. Praia da Ponta da Ilha, SC
19. Praia da Baía de Itaipava, SC
20. Praia da Baía de Itaipava, SC
21. Praia da Saudade, Ponta - SC
22. Praia do Tempo, Guarujá - SP

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, PARCERIAS E CONCESSÕES

Estudos de modelagem para delegação de serviços turísticos nas áreas de uso público de parques nacionais, nos seguintes Parques:

PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES
PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES
PARQUE NACIONAL DE BRICÓCIMA
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA

Portal de Investimentos

Ministério do Turismo

PUBLICAÇÕES E BOLETINS

Ministério do Turismo

Parques do Brasil
NÁUTICO
Turismo
Turismo

Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo - SNDTur
Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitividade do Turismo - DIMEC

Ministério do Turismo
Rua Venâncio 2000 - Anexo
Comercial Sul II, 5 - Anápolis, Brasília - DF

+55 61 3033 8030
dimec@turismo.gov.br
gov.br/turismo

INVESTIMENTO
BRASIL
SELO
BRASIL
SELO
BRASIL

Vinicius Viegas, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta)

O convidado informou que a Abeta, que completou 17 anos em 2021, representa os interesses dos setores de ecoturismo e de turismo de aventura no Brasil e faz parte do Conselho Nacional de Turismo, de alguns conselhos estaduais, do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio e da diretoria da Rede de Trilhas de Longo Curso. Também participa do Programa Aventura Segura, em parceria com o MTur e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), há 10 anos.

Explicou que o turismo de natureza tem como segmentos o ecoturismo e o turismo de aventura. O ecoturismo utiliza o contato com a natureza para promover a educação e a conservação ambiental, utilizando de forma sustentável o patrimônio natural e cultural. Já o turismo de aventura é um segmento que compreende a movimentação de turistas cujo atrativo principal é a prática das atividades de aventura em si, sempre de caráter recreativo, podendo ocorrer tanto num espaço natural quanto constituído, rural ou urbano, estabelecido como área protegida ou não. As atividades de aventura são experiências físicas e sensoriais, recreativas, que envolvem desafios, sempre com riscos avaliados, controlados e assumidos pelo consumidor.

Informou que no Brasil existem 42 normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para cada um dos segmentos do turismo de natureza. Ressaltou que algumas dessas normas se tornaram normas internacionais da *International Organization for Standardization* (ISO), como as normas de gestão de segurança e de sustentabilidade, o que, em sua visão, demonstra que o Brasil está na vanguarda do turismo de natureza. Observou que países como Nova Zelândia e Austrália se valem de normas sobre turismo de aventura desenvolvidas no Brasil, o que significa que consideram seguras as operações brasileiras.

Destacou que o Brasil é um grande destino para viagens de natureza e atividades da vida ao ar livre. Observou que a maioria das empresas teve muita dificuldade durante a pandemia, mas enfatizou que o setor conseguiu

se manter ativo, enfatizando a capacidade de adaptação do segmento, especialmente do de aventura. Registrou a expectativa de que a partir de 2022 seja possível retomar os números de 2019, com a superação do momento crítico da pandemia, acreditando que será fácil extrapolar o crescimento médio anual dos últimos dez anos, que girava em torno de 15% a 25% ao ano. Afirmou que isso deve ocorrer com o fomento dos destinos e das atividades ao ar livre, com educação ambiental e com o gasto do viajante brasileiro no Brasil.

O expositor observou que tem sido registrado aumento da procura por atividades em ambiente natural, o que causa preocupações para a Abeta e para os empresários, tendo em vista que são necessárias instalações e unidades de conservação seguras, sustentáveis e adaptadas ao turismo. A entidade defende a definição de uma pauta mínima para a reforma tributária em agenda comum para a economia verde, na qual se incluem o ecoturismo e o turismo de aventura.

Entende que produtos e serviços de turismo de natureza merecem tratamento diferenciado do poder público, com linhas de crédito, regulamentação favorável, incentivos fiscais e tributários e outras medidas. Argumentou que o turismo de natureza é um serviço ambiental que promove o contato com a natureza, estando ligado à saúde mental, espiritual e física da população, o que contribui para reduzir a ocupação do Sistema Único de Saúde. Como serviços ambientais, podem e devem ser remunerados, ou seja, provedores de serviços ambientais devem receber benefícios pelos serviços que prestam.

A Abeta defende a evolução do modelo de turismo promovido no Brasil, entendendo haver pouco incentivo para pequenas empresas que, muitas vezes, são penalizadas pela legislação. Considera que o modelo de negócios do ecoturismo e do turismo de aventura é completamente diferente do turismo de massa. Mencionou o exemplo de pequenas empresas de turismo de natureza que não conseguem ter veículo próprio para levar visitantes para parques estaduais ou intermunicipais, o que inviabiliza ou

torna irregulares muitas operações e vai na contramão do turismo legal, sustentável e de qualidade.

Destacou que a Abeta acredita e trabalha para que o turismo de natureza se torne um dos principais produtos brasileiros, considerando que, quando o turismo de natureza é feito com qualidade, segurança e sustentabilidade, toda a região se desenvolve economicamente. Ressaltou que o turismo movimenta e desenvolve uma cadeia produtiva, apresentando grande poder de mudança para qualquer destino, com capacidade de gerar emprego e fomentar a economia local de forma muito rápida.

Assegurou que a Abeta preza por boas práticas ambientais, sociais e de segurança, mencionando exemplos de associados à entidade que possuem empreendimentos sustentáveis, trabalhando com pessoas portadoras de deficiência e se tornando referência no exterior, tais como o Grupo Rio da Prata, no Mato Grosso do Sul; a Rede dos Sonhos, em São Paulo; e a Comuna do Ibitipoca.

André Pitaguari Germanos, secretário da Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O convidado destacou ações do governo federal em prol do turismo, especialmente em favor do turismo de natureza. Afirmou que o MMA tem tratado o turismo de natureza como prioridade, desenvolvendo diversos programas relacionados ao segmento.

Mencionou a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso, que definiu como uma ação que movimenta a cadeia do turismo de forma capilar. Avaliou que trilhas de longo curso estabelecidas geram proteção ambiental, conhecimento, educação ambiental, emprego e renda. A capilaridade ocorre porque nos locais por onde passa uma trilha é possível desenvolver, no mínimo, alguns pequenos negócios, como o acolhimento de andarilhos, a oferta de água, de frutas e de sanduíches. Disse haver diversos exemplos de trilhas de longo curso bem implementadas que fomentam o turismo, o emprego e a renda.

Citou o programa Conecta Parques, do MMA, que objetiva levar redes sem fio e internet sem fio aos parques nacionais, provendo mais segurança, conectividade e conforto para os visitantes. No que se refere à acessibilidade, mencionou iniciativas como a aquisição de 30 cadeiras de rodas Julietti, adaptadas para que pessoas com dificuldade de locomoção possam fazer trilhas. Esses equipamentos foram distribuídos para parques de todas as regiões do Brasil.

O expositor mencionou o programa de concessões do MMA, avaliando que se trata do instrumento mais poderoso para gerar proteção ao meio ambiente e desenvolvimento para o Brasil e ampliar a visitação aos parques nacionais. Para comparação, observou que, enquanto o Brasil alcançou um recorde de visitação dos 334 parques nacionais em 2019, com 15 milhões de visitantes, os parques nacionais dos Estados Unidos recebem anualmente cerca de 370 milhões de visitantes. Creditou esse número ao fato de os parques estadunidenses serem estruturados para o turismo. Defendeu que a visitação ordenada pode ser sustentável e ecológica, já que o turista, enquanto visita a unidade de conservação, desenvolve sua educação ambiental e sua consciência ecológica, o que traz mais proteção ao meio ambiente.

André Germanos avaliou que existe grande potencial no Brasil que espera ser desenvolvido a partir das concessões dos parques nacionais. Destacou que a primeira concessão de parque nacional ocorreu há 22 anos, no caso do Parque Nacional do Iguaçu, um dos mais visitados do Brasil, sendo que desde então apenas outros sete parques foram concedidos. Informou que o MMA iniciou um programa para fomentar as concessões, sendo que 20 unidades de conservação foram incluídas no programa de concessões do governo federal. Classificou como bem-sucedidos os leilões de concessão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula. Aludiu ao processo de renovação do Parque Nacional do Iguaçu e às futuras concessões dos Parques da Serra da Bodoquena, de Jericoacoara, dos Lençóis Maranhenses, da Chapada dos Guimarães, da Floresta Nacional de Brasília,

da Serra da Bocaina, da Floresta de Ipanema, da Serra da Canastra, da Serra do Cipó e da Serra do Caparaó.

Na avaliação do convidado, o Estado brasileiro nunca teve nem nunca terá recursos suficientes para investimentos nessas unidades de conservação, sendo necessária a participação da iniciativa privada em todos os níveis, porque serão capazes de destinar investimentos robustos aos parques nacionais. A título de exemplo, informou que a modelagem da concessão do Parque Nacional do Iguaçu prevê investimentos obrigatórios de R\$ 500 milhões. Assegurou que o governo não teria capacidade de efetuar tais investimentos, nem dispõe do conhecimento necessário para a sua realização. Asseverou que o programa de concessões deve trazer desenvolvimento socioeconômico para regiões brasileiras que não dispõem de alternativas de desenvolvimento que não sejam o turismo de natureza.

O convidado registrou que, além das concessões, o ICMBio desenvolve ações pontuais dentro de parques nacionais que ainda não têm maturidade para uma concessão estruturada, tais como autorizações de uso para venda de alimentos e realização de atividades turísticas, o que contempla pequenos operadores.

11ª Mesa, realizada em 8/11/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 11ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre Turismo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O Senador Fernando Collor iniciou reafirmando o objetivo da Comissão e do Senado Federal de contribuir para a plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia. A seguir, ele anunciou o tema da audiência: “Selo Destino Seguro – a importância da biossegurança no turismo pós-pandemia”.

Segundo o Senador, a preservação da saúde é prioridade absoluta a orientar o setor do novo normal que se descortinava em novembro de 2021. Após longo período de dificuldades históricas, testemunhava-se rápida e sólida recuperação da indústria turística. A gradual estabilização sanitária, combinada à reabertura das fronteiras, permite às pessoas e às empresas darem vazão aos planos de viagens e lazer represados durante a pandemia. No Brasil, tal perspectiva ganhava contornos ainda mais claros, graças ao êxito da campanha de vacinação e à melhora gradual da infraestrutura nacional, além do câmbio favorável àqueles que visitam o país.

Estudo do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) verificou o crescimento de 47% no faturamento da atividade turística em junho de 2021, na comparação com o mesmo período de 2020. As reservas em hotéis voltaram a registrar níveis próximos ao período pré-pandemia. A taxa de ocupação das aeronaves confirmava a trajetória ascendente.

Entretanto, o Senador Fernando Collor ponderou que, nas decisões de viagens, há um novo elemento a considerar: sem contar o apelo tradicional de belezas naturais, de cultura diversa, de culinária e tradições regionais e da rica história local, é preciso que o Brasil se assegure mais assertivamente das condições de segurança sanitária nos destinos planejados.

O selo Destino Seguro é uma das inovações formuladas para atender à demanda desse novo normal. A certificação é concedida pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), entidade internacional que reúne representantes da indústria do turismo em âmbito global. A intenção subjacente ao lançamento do selo foi justamente garantir a adoção de rigorosos protocolos sanitários padronizados em empresas e destinos turísticos, em plena conformidade com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS). O selo considera também as determinações dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos. Para garantir o alinhamento de todo o setor do turismo no mundo, conta com a colaboração de importantes entidades supranacionais, como a Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA); o Conselho Internacional de Aeroportos (ACI); e a Associação Internacional de Cruzeiros Marítimos (CLIA). Centenas de organizações já possuem o selo ao redor do planeta.

O Brasil, felizmente, se inscreve entre os primeiros países do mundo a estabelecer iniciativas nacionais similares. Ainda em 2020, o Ministério do Turismo estabeleceu o selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro após a definição de minuciosos protocolos de biossegurança e higiene, chancelados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nessa linha, foi criado um amplo Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos, que já se encontra plenamente operacional. O Cadastur, como foi denominado, foi a primeira etapa do plano de retomada do turismo brasileiro. De acordo com dados oficiais do ministério, mais de 30 mil selos já foram emitidos para cerca de 15 segmentos de mercado, como agências de turismo, meios de hospedagem, guias de turismo, transportadoras turísticas, cafés, bares e restaurantes, prestadores de serviço especializados em turismo, organizadores de eventos, locadoras de veículos, parques temáticos, casas de espetáculos, entre outros. A emissão do selo Turismo Responsável é totalmente gratuita.

Mais uma vez, o Brasil demonstra o quanto o setor turístico está atento e em sintonia com as tendências globais. As alternativas de certificação em biossegurança estão disponíveis. É importante que se consolidem e se ampliem para todo o país.

Feita a contextualização do tema, objeto de discussão, o Senador Fernando Collor apresentou os palestrantes: Sra. Rafaela Levay Lehmann, Coordenadora-Geral de Turismo Responsável do Departamento de Inteligência

Mercadológica e Competitiva do Turismo da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo; Sra. Carolina Negri, Presidente-Executiva do Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (Sindepat); Sr. Edmilson Rodrigues Romão, Vice-Presidente Financeiro da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV Nacional); Dr. Fernando Sérgio Lira, Prefeito da cidade de Maragogi, no estado de Alagoas; e Sr. Fabrício Borges do Amaral, atual Vice-Presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), Presidente da Goiás Turismo.

I – Identificação

11ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Selo Destino Seguro, a importância da biossegurança no turismo pós-pandemia”.

II – Participantes

1. **Rafaela Levay Lehmann**, coordenadora-geral de Turismo Responsável do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Carolina Negri**, presidente executiva do Sistema Integrado de Parques e Atração Turística (Sindepat);
3. **Fernando Sérgio Lira**, prefeito de Maragogi-AL;
4. **Fabrício Borges do Amaral**, vice-presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e presidente da Goiás Turismo.

III – Relato da exposição dos convidados

Rafaela Levay Lehmann, coordenadora-geral de Turismo Responsável do Departamento de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Turismo da Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Ministério do Turismo (MTur)

A convidada ressaltou que o Brasil foi um dos primeiros países a desenvolver protocolos de biossegurança para auxiliar a retomada do turismo, posicionando-se como um destino seguro e incentivando a reabertura das atividades assim que possível. Explicou que o selo Turismo Responsável é uma ação do MTur e foi concebido no início da pandemia. Trata-se de um programa de boas práticas de higienização, seguindo os protocolos oficiais das entidades de saúde brasileiras. Foi construído junto ao que ela chamou de *trade*, com quem foram realizadas diversas reuniões, e com o próprio Fornatur. As entidades do *trade*, esclareceu, são os parceiros que representam cada uma das atividades instituídas pela Lei Geral do Turismo e os órgãos oficiais de saúde. Segundo a expositora, a Anvisa chancela os protocolos do selo Turismo Responsável, o qual foi lançado oficialmente em 4 de junho de 2020.

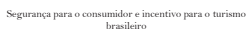
Explicou que, por meio do portal turismo.gov.br/seloresponsavel, os prestadores de serviço turístico podem observar os protocolos sanitários voltados para sua atividade e podem aderir a uma autodeclaração de que estão cientes desses protocolos e que os cumprem. Nesse momento, o selo já pode ser emitido e é gerado um *QR Code* personalizado, com o enxoval de materiais que o prestador pode colocar no seu empreendimento para poder indicar ao turista que os referidos protocolos são seguidos.

Mencionou que existe um painel de adesões atualizado a cada hora e que, naquela ocasião, já havia mais de 30 mil adesões registradas. Ressaltou tratar-se de um selo gratuito, cujo único pré-requisito é que o prestador seja cadastrado no Cadastur. Ressaltou que foram feitas mais de 300 matérias para divulgação do programa, incentivando a adesão dos prestadores de serviço turístico.

A convidada relatou que também foi realizado curso em parceria com o Sebrae sobre os protocolos e foi produzido conteúdo audiovisual para que o prestador e todos os profissionais possam compreender como cumprir os referidos protocolos.

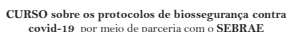
[illegible]

-



Incentivo para que os **consumidores** se sintam **seguros ao viajar** e **frequentar locais que cumpram protocolos** específicos para a prevenção da Covid-19, posicionando o **Brasil** como um destino protegido e responsável.

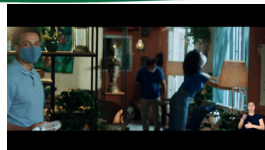




Certificação dos profissionais









323 notícias publicadas
2.379 informações de



DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA MERCADOLÓGICA E COMPETITIVA DO TURISMO
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE DO TURISMO

Carolina Negri, presidente executiva do Sistema Integrado de Parques e Atração Turística (Sindepap)

A convidada iniciou sua participação explicando que o Sindepap é uma associação que reúne os parques temáticos e atrações turísticas brasileiras. Ressaltou que os parques e atrações turísticas são os principais indutores do fluxo de turistas em diversos destinos brasileiros. Assim, o fechamento desses empreendimentos, ocorrido ao longo de 2020, implicou a paralisação das atividades econômicas nos destinos em que estão implantados. A comunidade ficou sem receita, por depender prioritariamente do turismo.

A expositora comentou que, diante dessa situação, surgiu a necessidade urgente de elaboração de protocolos de biossegurança que possibilitassem, em algum momento, a reabertura das operações – cada autoridade regional fez sua própria avaliação em função das variações com que a pandemia foi se desenrolando no país.

Explicou que o Sindepap, em conjunto com a Associação das Empresas de Parques de Diversões do Brasil (ADIBRA), e baseado nos parâmetros da Associação Internacional de Parques e Atrações de Diversões (IAAPA) –, formou grupos de trabalhos específicos e setoriais dentro do nicho de parques para elaborar material com foco nos procedimentos de segurança e higiene. Destacou, ademais, que este já é um setor pautado por *checklists* diários de segurança em suas operações.

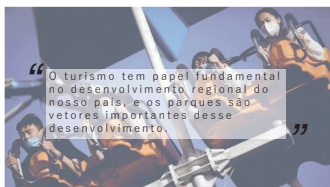
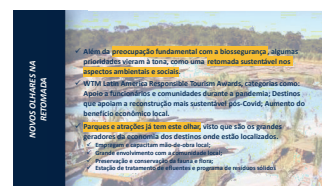
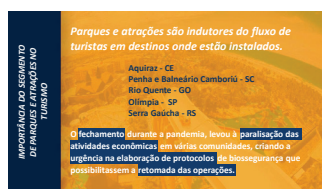
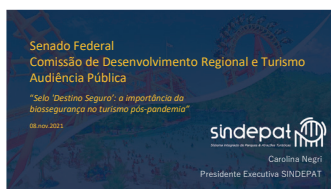
De acordo com a oradora, tais protocolos serviram de parâmetro para o Ministério do Turismo na elaboração do selo Turismo Responsável, no tocante ao segmento de parques temáticos. Um ano após o lançamento do selo, mais de dois terços dos associados do Sindepap já tinham aderido a ele e, naquele momento, todos os associados o possuíam. Ademais, no início de 2021, o Sindepap, entendendo a necessidade de divulgar a importância da aplicação dos protocolos e de mostrar aos visitantes internacionais que os parques e as atrações brasileiras estavam preocupados com todos os procedimentos que já vinham sendo aplicados no mercado internacional, aderiu ao selo *Safe Travels*, do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel & Tourism Council* – WTTC), promovendo a sua disseminação entre os associados. Também citou a existência de selos regionais, municipais e estaduais.

Para a retomada das atividades, a convidada ressaltou que, além da preocupação com a biossegurança, é importante coordenar a aplicabilidade

dos protocolos de maneira correta, com as devidas flexibilizações, na medida do possível. Os turistas também devem se atentar a como está a pandemia e como está a vacinação na região de seu interesse, pois a maioria dos atrativos vem pedindo a apresentação do comprovante de imunização.

A palestrante citou, ademais, a preocupação crescente do turismo em relação à sustentabilidade ambiental e social, diante do baque sofrido em 2020. Daí a necessidade de se buscarem medidas de prevenção, e não somente contenção da crise.

Carolina Negri - SINDEPAT



Fernando Sérgio Lira, prefeito de Maragogi-AL

O convidado ressaltou que o Município de Maragogi – AL sofreu muito com a pandemia, mas está vivenciando a retomada da economia, estando com os estabelecimentos todos lotados até o carnaval de 2022. Ressaltou que esse retorno está sendo feito de forma responsável, com monitoramento das curvas por simulação feita pela Universidade Federal de Alagoas.

Ademais, ressaltou que a cidade integra a segunda maior área de preservação ambiental (APA) do país, possui 33 mil habitantes, ampla rede hoteleira, e recebe investimentos para o fortalecimento do *trade*, com construções de *resorts* e pousada de charme. Disse, ainda, que Maragogi é o município sem aeroporto mais procurado do país; possui a melhor pousada de charme do mundo, a Anttunina, e o segundo *resort* de procura familiar, o Salinas Maragogi.

Fabício Borges do Amaral, vice-presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e presidente da Goiás Turismo.

O convidado frisou que, nos últimos 18 meses, sofreram muito do ponto de vista econômico e social. Disse ter participado ativamente da aprovação das Medidas Provisórias 936 e 948, que ajudaram muito o turismo nacional.

Em seguida, apontou algumas questões que o preocupam quanto à efetividade das ações do Ministério em parceria com o privado. O primeiro ponto é a continuidade. No seu entender, não se pode esmorecer no cumprimento dos protocolos, do uso de máscaras e de álcool 70%, de distanciamento social e das ações de sanitização. Os municípios não têm capacidade de fiscalização, sendo necessário que o setor privado não perca as lições aprendidas e continue exigindo o cumprimento das medidas sanitárias.

O segundo ponto mencionado pelo participante é a necessidade de maior apoio institucional para as pequenas empresas de turismo – que são a maioria no Brasil – aderirem ao selo. Ressaltou que os pequenos precisam de orientação e de estímulo.

12ª Mesa, realizada em 22/11/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 12ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre Turismo na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado da República.

O Senador Fernando Collor iniciou sua fala apresentando o tema da audiência: “Turismo histórico, cívico e cultural: desafios do retorno pós-pandemia”.

Para ele, o assunto se reveste de importância singular e interesse crescente no Brasil. A Organização Mundial do Turismo entende que, nesse segmento, a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experimentar e consumir atrações ou produtos culturais e artísticos tangíveis e intangíveis. Por sua vez, as atrações e os produtos se relacionam a um conjunto de aspectos materiais, intelectuais, espirituais e emocionais que distinguem e dão identidade a uma sociedade. São as manifestações artísticas, incluindo a arquitetura, as heranças culturais e históricas, além dos sistemas de valores, crenças e tradições.

Nessa perspectiva, a diversidade do povo e a riqueza da história brasileiras nos habilitam, naturalmente, a um turismo cultural vibrante e robusto. De fato, antes da crise sanitária, o segmento vinha apresentando sinais auspiciosos de desenvolvimento. Segundo a última edição do Índice de Competitividade em Viagens e Turismo, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e divulgado em 2019, o Brasil ocupava a 9ª posição no *ranking* de recursos culturais e viagens de negócios, sendo o país das Américas mais bem posicionado na listagem.

O Brasil registrou crescimento no número de locais com o título de Patrimônio da Humanidade, qualificação conferida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a Unesco. Trata-se de uma concorrida certificação que reconhece sítios históricos

e naturais como bens de relevância singular para a humanidade e confere maior competitividade para o turismo nacional.

Ao todo, são 23 os patrimônios mundiais no Brasil. Dois exemplos icônicos de especial importância para a atividade turística no país são Brasília, a Capital da República, e a cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Na Capital, o turismo de caráter histórico e cultural se associa ao chamado turismo cívico. Além de ser considerada um marco da arquitetura e do urbanismo modernos, Brasília concentra grande número de eventos cívicos, sedia os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e tem sua história vinculada aos mais relevantes acontecimentos políticos brasileiros das últimas décadas.

Paraty, por sua vez, por suas belezas arquitetônicas e naturais, se tornou referência também para a celebração da cultura. Anualmente escritores renomados e expoentes do setor produtivo ligados à literatura mundial atraem milhares de visitantes à cidade. A Festa Literária Internacional de Paraty (a Flip) é um evento cultural consolidado no país, cujo reconhecido sucesso tem inspirado outros eventos similares Brasil. Seu êxito e seu modelo de organização contribuem para a diversificação e o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Com o avanço da imunização no país, aumentaram os sinais de retomada, tanto do setor cultural quanto do turismo. O momento, portanto, era oportuno para refletir sobre os desafios e enfrentar a ampliação do turismo cultural no país. O segmento guarda imenso potencial inexplorado à espera de iniciativas que deem concretude à riqueza e à diversidade social do Brasil. Turismo, arte e cultura são uma excelente combinação, que convoca a todos a uma reflexão cuidadosa, destemida e criativa.

Feita a contextualização, o Senador Fernando Collor apresentou os palestrantes convidados: Sra. Bárbara Blaudt Rangel, Coordenadora de Destinos Inteligentes e Criativos do Ministério do Turismo; Sra. Vanessa Mendonça, Secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal; Sra. Melissa Mota Alcides, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan – Alagoas); Sra. Carla Janne Farias Cruz, Chefe do Núcleo de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus (o Ibram); e Sr. Mauro Munhoz, diretor artístico da Festa Literária Internacional de Paraty, a Flip.

I – Identificação

12ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Turismo histórico, cívico e cultural: desafios do retorno pós-pandemia”

II – Participantes

1. **Bárbara Blaudt Rangel**, coordenadora de Destinos Inteligentes e Criativos do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Vanessa Mendonça**, secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal;
3. **Melissa Mota Alcides**, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas (Iphan – Alagoas);
4. **Carla Janne Farias Cruz**, chefe do Núcleo de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);
5. **Mauro Munhoz**, diretor artístico da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip).

III – Relato da exposição dos convidados

Bárbara Blaudt Rangel, coordenadora de Destinos Inteligentes e Criativos do Ministério do Turismo (MTur)

A convidada discorreu sobre o que o Ministério do Turismo está fazendo com relação ao turismo histórico, cívico e cultural.

Primeiramente, sublinhou que, desde março de 2020, os turistas passaram a priorizar a biossegurança, a higienização e a limpeza de ambientes, bem como viagens de carro para destinos mais próximos ou experiências na própria cidade (as chamadas *staycations*). Além disso, com o trabalho remoto, algu-

mas pessoas alugaram casas em destinos isolados em meio à natureza para trabalhar. Outras tendências que surgiram foram as viagens em família, os *tours* virtuais e a busca por locais sustentáveis e com impacto social positivo. Tanto a flexibilidade, quanto a procura por viagens de última hora passaram a ser importantes, o que retomou o interesse por agentes de viagens. Outra novidade foi a exigência de vacinação e testes em alguns destinos.

Esse novo cenário motivou o Ministério do Turismo a se empenhar no programa de retomada do turismo para mitigar os efeitos negativos da pandemia. Assim, com o auxílio do parlamento, foram criadas leis de incentivo aos empresários e consumidores do setor. Como exemplo, citou o selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro, para os estabelecimentos que seguem as normas e os protocolos de segurança sanitária.

A convidada destacou a importância de se incentivar o turismo doméstico e fortalecer o diferencial competitivo do Brasil frente a outros destinos internacionais. Informou que o país está no 32º lugar no *ranking* de competitividade mundial em turismo, sendo o 2º em recursos naturais e o 9º em recursos culturais, segundo o índice de competitividade mundial de 2019, que engloba 140 países. O Brasil conta com 14 patrimônios culturais mundiais, 12 cidades criativas da Unesco e está na 12ª posição no *ranking* de países com o maior número de bens inscritos na Unesco. Além disso, mais de 10% dos turistas internacionais que vêm para o Brasil têm como foco a cultura em suas viagens de lazer.

Definiu turismo cultural como todas as atividades relacionadas à vivência, ao conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural, bem como os eventos culturais. Promovem tanto os bens materiais quanto os imateriais da cultura nacional. O turismo cultural pode ser classificado em cívico; religioso, místico e exotérico; étnico; cinematográfico; arqueológico; gastronômico e enoturismo; ferroviário; e criativo. O Brasil se destaca mundialmente neste último, que consiste naquele realizado por pessoas que querem viver experiências em campos criativos, como música, gastronomia, *design*, artesanato, artes folclóricas e artes populares. Trata-se de uma abordagem tipológica recente, criada a partir de seu crescimento nos últimos anos.

Ressaltou que o turismo cultural, além de ser instrumento de promoção do patrimônio cultural brasileiro, possui um papel educativo, principalmente quando se trata do turismo cívico. Trata-se de uma forma de incrementar a visibilidade da história e da diversidade do país, além de legitimar políticas públicas de conservação do patrimônio. Sendo assim, o Ministério do Turismo tem trabalhado produtos turísticos competitivos tanto no mercado nacional quanto no internacional, como parques nacionais, trilhas de longo curso, cicloturismo, turismo em águas (que inclui não apenas o turismo náutico, mas também mergulho, pesca), geoparques, cidades criativas, patrimônios mundiais, turismo rural, turismo gastronômico e turismo de experiência.

Para ilustrar, citou o Caminho dos Jesuítas, que deve promover a integração regional entre cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2021, o Ministério autorizou um repasse de recursos para estruturar a integração viária entre os atrativos da Região Sul do Brasil com outros países, o que já está contribuindo para o aumento de turistas na região. Sublinhou que o Caminho dos Jesuítas apareceu na feira da Associação Brasileira de Agências de Viagem (Abav) em 2021, promovendo um desafio chamado *Smart Challenge*, realizado junto a autoridades de outros países e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o apoio da Organização Mundial do Turismo, para acelerar a integração turística dos territórios envolvidos. O projeto conseguiu se desenvolver durante a pandemia, criando um *tour* virtual acessível pelo site www.eravirtual.org.

Citou ainda o acordo de cooperação técnica do Ministério do Turismo com a Secretaria de Turismo do Distrito Federal em prol da consolidação do turismo cívico na capital, promovendo educação patrimonial por meio da preservação do contexto histórico, cultural, ambiental e turístico de Brasília. De acordo com a Sra. Bárbara Rangel, a ação já começou a estimular a economia local. Informou que a Secretaria de Turismo do Distrito Federal criou a Rota Cívica, que conta com um *tour* virtual. Lembrou que a cidade faz parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco e é a oitava cidade mais "instagramável" do mundo.

Outro programa desenvolvido pelo Ministério é o Programa Nacional de Turismo Gastronômico, que visa posicionar o Brasil como um destino de excelência de gastronomia. No âmbito do programa estão sendo oferecidos cursos

e realizadas participações em feiras de turismo no Brasil e no exterior. Conforme informou, as cidades de Belo Horizonte, Belém, Paraty e Florianópolis fazem parte da lista de destinos criativos da gastronomia na Rede Unesco.

Por fim, mencionou que o Ministério do Turismo está trabalhando na formação de uma rede brasileira de cidades criativas, que deve ser lançada entre março e abril de 2022. O objetivo é estimular o turismo criativo, fortalecendo a produção criativa das cidades e melhorando ainda mais o bom posicionamento do Brasil no *ranking* de destinos mais criativos do mundo. Nesse contexto, está sendo produzida uma websérie chamada Rotas Criativas do Brasil, para divulgar a oferta de experiências criativas nos destinos brasileiros.

Em conclusão, disse acreditar que, com essas ações, o Ministério tem conseguido mitigar os efeitos da pandemia no setor, pois o número de turismo interno já aumentou muito desde então.

Bárbara Blaudt Rangel - MTur



CENÁRIO DO TURISMO 2021



RANKING DE COMPETITIVIDADE TURÍSTICA

Como está o posicionamento do Brasil?



DIFERENCIAL COMPETITIVO Cultural

- 9º país em atrativos culturais no ranking de competitividade
- 14 Patrimônios Culturais Mundiais no Brasil
- 12 Cidades Criativas UNESCO
- 12ª posição no ranking de países com maior número de bens inscritos na UNESCO
- 13,4% dos turistas internacionais têm como motivação das viagens a lazer a Cultura

Turismo CULTURAL

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação.

Fonte: Turismo Cultural, Ministério do Turismo, 2016, p. 22



Tipos de TURISMO CULTURAL

Turismo Cívico
Turismo Religioso
Turismo Místico e Espiritual
Turismo Étnico
Turismo Cinematográfico
Turismo Arqueológico
Turismo Gastronômico
Enoturismo
Turismo Ferroviário
Turismo Criativo



IMPORTÂNCIA do Turismo Cultural

Instrumento de promoção do patrimônio cultural brasileiro

Papel educativo do turismo

Atividade legitimadora das políticas públicas de patrimônio

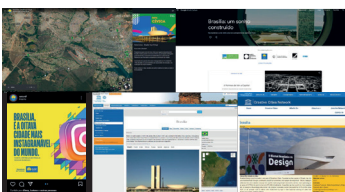
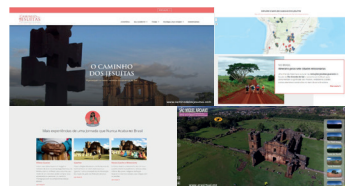
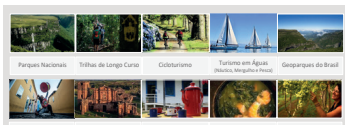
Visibilidade da história e da diversidade

Contribuição como atividade econômica

Fonte: Ministério do Turismo, 2016, p. 22



#PRODUTOS TURÍSTICOS COMPETITIVOS



Turismo Cultural em Ação #REDE BRASILEIRA DE CIDADES CRIATIVAS

Criação de uma rede nacional de cidades criativas para estimular o turismo criativo e fortalecer a produção criativa das cidades brasileiras como estratégia de posicionamento competitivo do Brasil no ranking de destinos mais criativos do mundo.

Criação da website "Rede Brasileira de Cidades Criativas", com o objetivo de posicionar o Brasil no segmento do turismo criativo, além de divulgar a oferta de experiências das Cidades Criativas do Brasil.



Turismo Cultural em Ação CAMINHO DOS JESUÍTAS

Promover a integração regional entre 5 países sul-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), por meio do fortalecimento do desenvolvimento turístico do Caminho Jesuítas.

Em 2021, o MTur autorizou repasse para estruturar a integração via aérea entre os aeroportos da região, apoiar a presença do projeto na Abil 2021 e promover o Smart Challenge, junto a autoridades dos outros países e ao BIO, com apoio da OMT, para aceleração da integração turística.



Turismo Cultural em Ação TURISMO CÍVICO

ACT MTur-SETUR/DF

Consolidar o turismo cívico na Capital Federal e promover a Educação Patrimonial, por meio da preservação do contexto histórico, cultural, ambiental e turístico de Brasília, posicionando a cidade como modelo de destino de Turismo Cívico de excelência no Brasil e estimulando a economia local pelo setor de turismo.



Turismo Cultural em Ação #Programa Nacional de TURISMO GASTRONÔMICO

Programa constituído por um conjunto de ações para a estruturação e promoção do turismo gastronômico, de modo a posicionar o Brasil como destino de excelência em gastronomia.



Vanessa Mendonça, secretária de Estado de Turismo do Distrito Federal

A convidada relatou que a Secretaria de Turismo do Distrito Federal tem buscado ressignificar o turismo na cidade e oferecer ao mundo uma capital mais atraente e com alternativas que contemplem todo tipo de viajante. Pontuou que Brasília é polo para desenvolvimento da economia criativa no Brasil, Patrimônio Cultural Mundial e Cidade Criativa do *Design*, com ênfase no artesanato, no cinema, no *design*, na gastronomia.

Como exemplo de sucesso, mencionou a ressignificação da cerimônia de troca da bandeira, que começou na primeira semana de 2019. Além disso, foram assinados acordos de cooperação técnica com diversas cidades brasileiras cujo objetivo é levar jovens de todo o país para conhecer a capital, por meio de uma parceria com o Vibrar e com o apoio da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, dos Correios, da Defensoria Pública da União, do Banco Central do Brasil, da Imprensa Nacional, do Ministério Público Federal, do Ministério das Relações Exteriores, da Presidência da República, do Superior Tribunal Militar, do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. Segundo ela, cada uma das instituições está realizando um programa, inicialmente voltado para a rede pública do Distrito Federal, que, além de levar o tema para as escolas, leva os alunos para conhecerem a Praça dos Três Poderes. Ressaltou que mais de 90% dos jovens participantes relataram ter ido à Praça pela primeira vez por meio do programa, que conta com o apoio do Ministério do Turismo e da Embratur e tem parceria com a Gol, que oferece tarifas reduzidas para escolas do Brasil inteiro, em viagens organizadas por meio da operadora de turismo Forma.

No âmbito do turismo criativo, há dois acordos celebrados com a Unesco e foram lançadas as rotas turísticas, experiências pelo *Google Earth* disponíveis no *site* da Secretaria de Turismo. Até o momento, estavam disponíveis: Rota da Cultura, Rota da Diversão, Rota do Cerrado, Rota Cívica, Rota Arquitetônica, Rota Náutica, Rota da Paz, Rota do Enoturismo, Rota Rural, Rota dos Ipês, Rota Brasília Capital do Rock e Rota do Cavalo. Destacou que a Rota Brasília Capital do Rock, após ser divulgada pela CNN,

entrou no circuito internacional do rock e foi reconhecida pela Embratur como um exemplo de turismo criativo.

Ademais, relatou que Brasília assumiu uma cadeira na Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) para ser a primeira capital das cidades históricas e realizar um projeto de *Matchfunding* do BNDES+ (um programa de financiamento a projetos culturais). A partir dessa iniciativa, foi produzida a primeira série de realidade virtual da OCBPM, que seria apresentada no dia 8 de dezembro de 2021, em São Luís, no encontro da Organização. Na ocasião, outras cidades seriam convidadas a fazer o mesmo.

Relatou ainda que recentemente foi assinado um acordo com o governo do estado do Rio de Janeiro, com a cidade de Belo Horizonte e com o estado de Goiás para promover as cidades históricas e os patrimônios mundiais culturais ao longo da BR-040. Destacou que, em reunião no Ministério de Infraestrutura, sugeriu que as concessões de rodovias incluíssem a sinalização turística dos trechos. Disse contar com o apoio do Senado Federal para dar andamento à ideia. Segundo ela, há 300 municípios envolvidos em um trajeto de 1.179 quilômetros de rodovias, com o maior número de patrimônio histórico concentrado ao longo da BR-040.

Voltando especificamente a Brasília, informou que estava em andamento um projeto de ressignificação da via W3 Sul. O corredor Circuito Turístico Cultural, com inspiração no bairro de Wynwood, em Miami, estava para ser inaugurando em dezembro de 2021. A fachada do principal prédio, na 507 Sul, foi grafitada com os rostos dos criadores de Brasília: Lúcio Costa, Burle Marx, Niemeyer, Athos Bulcão, Marianne Peretti e Juscelino Kubitschek, para que esses sejam conhecidos pelas gerações que pouco conhecem a história da capital.

Ainda no âmbito do turismo histórico, destacou parcerias com municípios históricos na elaboração de rotas, como a Brasília-Vassouras-Brasília. Segundo ela, estava sendo criado um polo de desenvolvimento para que os produtores de café de ambas as cidades pudessem buscar as melhores tecnologias e para que fosse oferecida ao público uma experiência turística em torno do café, aproveitando o nicho do turismo rural, que teve um crescimento de mais de 60% em Brasília durante a pandemia. Além das rotas, tem sido

realizado o trabalho de levar o Fundo Geral do Turismo (Fungetur) – a linha de crédito voltada a empresas do setor do turismo – ao produtor, sem esperar que ele busque o banco, iniciativa que tem tido muito sucesso. Ademais, até a data da audiência, já tinham sido instalados Centros de Atendimento ao Turista em 11 das 33 cidades das regiões administrativas do DF. Com isso, o turismo religioso em Brazlândia, que possui a maior basílica da América Latina, estava sendo reconhecido, bem como a Pedra Fundamental, em Planaltina. E tudo isso gerando emprego e renda para a população local.

Concluindo, ressaltou que Brasília foi indicada pelo Ministério do Turismo como terceiro destino tendência em 2021 e que, desde o início de sua gestão, tem havido uma parceria muito grande com as embaixadas instaladas na cidade, ampliando a promoção da capital mundo afora.

Melissa Mota Alcides, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas (Iphan – Alagoas)

Em sua apresentação, a convidada falou sobre o Programa de Ação Turística no Complexo Arqueológico Nova Esperança, no Município de Olho D'água do Casado, no semiárido alagoano, desenvolvido pelo Iphan, com apoio do Ministério do Turismo.

Conforme informou, o programa promoveu a atividade turística aliada à preservação de sítios arqueológicos, a partir da execução de um projeto científico e social colaborativo que contou com o envolvimento da comunidade local. A iniciativa contribuiu para a redução de desigualdade em uma região de IDH muito baixo e com grandes dificuldades de geração de emprego e renda. As ações desenvolvidas incluem: conservação e preservação dos sítios arqueológicos, educação patrimonial, desenvolvimento de projeto executivo de fomento à economia criativa, programa executivo para a gestão turística do patrimônio arqueológico e conservação do complexo natural.

Explicou que, quando começaram a fazer um levantamento da região, havia registro de 13 sítios arqueológicos no local. Contudo, a partir de estudos e conversas sobre educação patrimonial com a comunidade,

foram localizados novos sítios. Com o aumento do fluxo de visitação nos complexos arqueológicos em função das políticas de fomento e valorização turística da região alagoana, o Iphan adotou ordenamentos para mitigar possíveis impactos que pudessem comprometer a preservação. Considerando as dificuldades socioeconômicas da população local e a necessidade de envolvimento da comunidade que vive dentro do complexo no desenvolvimento turístico, buscaram ações de sustentabilidade que envolvessem essas famílias. Assim, foram implantados: infraestrutura para visitação aos sítios arqueológicos, com um receptivo turístico, onde deverão ser expostos os produtos desenvolvidos no local pela própria comunidade; programa de educação patrimonial para a comunidade, com curso de formação para os professores da escola municipal (para que o sentimento de valorização local se inicie ainda na infância e seja repassado a toda a comunidade); e mapeamento e identificação das potencialidades de toda a comunidade por meio de um programa executivo de fomento à economia criativa.

Destacou que o envolvimento com a comunidade, em uma ação continuada, permitiu que os próprios moradores desenvolvessem produtos ligados à temática arqueológica, a partir de sugestões do Iphan, dentro de uma consultoria de *design*. Isso se reverte em renda para essa população, que inclusive já se organizou na Associação Pegadas na Caatinga. Além de produzir diversos produtos, que podem ser adquiridos pelos turistas, convidam comunidades vizinhas para apresentar sua produção.

Melissa Mota Alcides - Iphan





IPHAN



**COMPLEXO
SANTO ANTÔNIO
DE PÁDUA
E DO SANTÍSSIMO
SACRAMENTO**
Localizado no município de São Francisco, região
central do Estado de Minas Gerais.

Trata-se de uma área onde coexistem, aproximadamente, 500
habitações, cuja principal atividade produtiva é a agricultura
familiar.



**COMPLEXO
SANTO ANTÔNIO
DE PÁDUA
E DO SANTÍSSIMO
SACRAMENTO**
Com a política de Resgate e Valorização
cultural das regiões interiores, do São Francisco –
assim como do Estado de Minas Gerais.

Esta área compreende parte da paisagem das
paisagens culturais que refletem as tradições, as
práticas, as técnicas, as tecnologias, as
estruturas, as organizações.

A paisagem cultural é a paisagem resultante
da interação entre o homem e o ambiente,
e a paisagem cultural é a paisagem resultante
da interação entre o homem e o ambiente.



IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA A
INSTALAÇÃO DAS UNIDADES



**CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO**

Conservação e preservação do patrimônio
arquitetônico, cultural, ambiental, paisagístico,
histórico, artístico, científico, tecnológico,
científico, artístico, científico, tecnológico,
científico, artístico, científico, tecnológico.

IPHAN

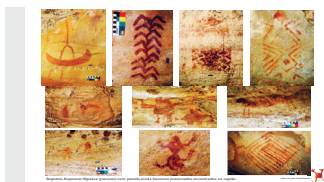


ECONOMIA CRIATIVA

Aplicação da tecnologia artesanal na economia
de produtos, serviços, culturais, paisagísticos, ambientais.



IPHAN



SUSTENTABILIDADE

Comunidade: importância das bens e técnicas
de construção, no qual as famílias geradoras
de bens e técnicas mantêm-se ativas e
conscientemente envolvidas com o projeto.

**1. Implantação da infraestrutura para a visitação
ao Sítio Arqueológico** – projeto de infraestrutura
para a visitação ao Sítio Arqueológico.

**2. Programa de Educação Patrimonial para a
comunidade** – projeto de educação patrimonial
para a comunidade.

**3. Manutenção e identificação das possibilidades
de Resgate e Valorização** – projeto de resgate e
valorização.



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL**



SUSTENTABILIDADE

Desenvolvimento dos produtos típicos e técnicas
artesanalmente, com alto nível sustentável.

Desenvolvimento dos produtos típicos e técnicas
artesanalmente, com alto nível sustentável.



IPHAN



Carla Janne Farias Cruz, chefe do Núcleo de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

Representando o Presidente do Ibram, Sr. Pedro Mastrobuono, a Sra. Carla Janne Cruz iniciou sua fala pontuando que o que diferencia os museus das outras atrações turísticas mencionadas é o fato de aqueles serem edificações fechadas. Sendo assim, os museus passaram a reabrir gradualmente apenas em outubro de 2021, seguindo todos os protocolos de segurança. No entanto, apesar de fechados, estavam trabalhando internamente, inclusive na criação de exposições virtuais.

Explicou que um museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. O museu adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do meio envolvente, com fins de educação, estudo e fruição.

Relatou que o Ibram tem estado próximo do Ministério do Turismo, discutindo estratégias para o período pós-pandêmico, visando à inserção dos museus nos roteiros turísticos culturais. Há um esforço para se modernizar os museus e mantê-los abertos, cumprindo sua função. Do seu ponto de vista, tanto o setor turístico quanto o museal comungam de um objetivo comum: o fluxo de pessoas.

Segundo ela, o turismo cultural representa quase 40% das receitas do turismo mundial, com sítios do patrimônio mundial e museus muitas vezes servindo como pontos de atração para os visitantes. Conforme dados ratificados pelo Conselho Internacional de Museus, no auge do confinamento

mundial por conta da pandemia (em março e abril de 2020), 95% dos museus permaneceram fechados, dos quais até 13% podem não voltar a reabrir, gerando impacto econômico, com perdas de emprego e renda. Práticas culturais intangíveis também foram interrompidas, atingindo a vida cultural das comunidades e de quem trabalha em setores como teatro, artesanato tradicional, restaurantes. No contexto pandêmico, a adoção de protocolos de segurança – álcool 70%, uso de máscaras, reforço na higienização de rotina, prioridade ao processamento digital de serviços, distanciamento social, restrição da capacidade dos espaços, preferência por eventos em espaços abertos – visam a mitigar os efeitos negativos no setor.

Explicou que o Ibram é uma autarquia federal de personalidade jurídica de direito público vinculada à Secretaria Especial da Cultura, do Ministério do Turismo, criado em 2009 e com sede em Brasília. Desde sua criação, tem administrado diretamente 30 museus distribuídos pelo território nacional, com uma concentração maior na região sudeste, especialmente no Rio de Janeiro. Esses 30 museus preservam mais de 290 bens culturais, empregam mais de 1,333 mil profissionais e receberam 1,5 milhão de visitantes em 2019. Grande parte das edificações onde se localizam os museus são patrimônios tombados pelo Iphan. Já o campo museal brasileiro como um todo é composto por 3.879 museus (segundo um cadastro de museus, mas o número pode ser ainda maior), que preservam mais de 70 milhões de bens culturais, empregam mais de 29 mil profissionais e receberam mais de 32 milhões de visitantes em 2019. A maioria se encontra nas capitais e na região litorânea, havendo grande potencial de desenvolvimento de museus no interior. Há pelo menos 1.389 municípios dos 5.570 municípios brasileiros com ao menos um museu. Do total de museus, 459 são museus federais, administrados diretamente pelos ministérios, principalmente o Ministério da Educação.

Em sua opinião, nos territórios de baixa densidade populacional, onde há menos equipamentos instalados, há um grande potencial turístico a ser desenvolvido, o que pode incluir, entre os atrativos, diversos tipos de museus: de arte, de história, de cultura militar, de ciência e tecnologia, etnográfica.

ficos, arqueológicos, comunitários, ecomuseus, da imagem e do som, além dos arquivos e bibliotecas de museus. Defendeu que deve ser fomentado o turismo enquanto estímulo à economia local, ao mesmo tempo em que é preciso fortalecer as instituições museais brasileiras, que sofrem com a falta de previsibilidade orçamentária e de um número mínimo de profissionais que a área demanda. Além dos profissionais visíveis em uma visita, há aqueles que atuam nos bastidores, como os profissionais que fazem conservação, restauração, inventários.

Sendo assim, no cenário pós-pandemia, é preciso pensar em estratégias que conciliem os interesses tanto do turismo, quanto dos museus. Destacou que a posição do Ibram é de que estreitar o laço entre os dois setores deve ser favorável para ambos. Apesar de os museólogos defenderem que os museus não podem ter o turismo como razão de sua existência, sabe-se que os museus atuam como agentes catalizadores do turismo, além de promoverem capacitação, treinamento e empoderamento das populações.

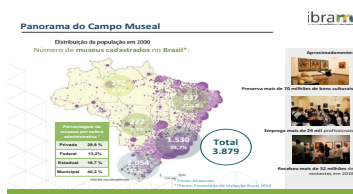
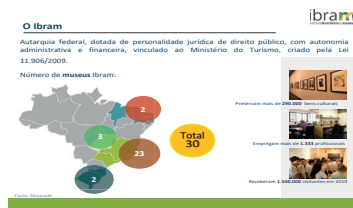
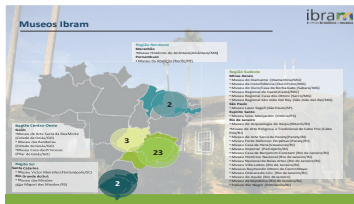
Dito isso, apresentou alguns exemplos de estímulo à economia local em regimes de sustentabilidade e desenvolvimento realizados pelo Ibram, como oficinas conjuntas entre secretarias regionais de turismo, Sebrae e Ibram para o desenvolvimento de produtos artesanais relacionados aos acervos dos museus, para serem vendidos como *souvenir*.

Informou também que há iniciativas implementadas para aumentar o fluxo de visitantes. Contudo, pontuou que nem sempre uma maior bilheteria significa uma maior arrecadação, pois os recursos arrecadados pelos museus públicos não retornam proporcionalmente à instituição, mas vão para a Conta Única da União. Assim, solicitou que fosse analisada a possibilidade de desvincular essa arrecadação para que ela retornasse diretamente aos museus, que poderiam utilizar esses recursos para aprimorar a experiência de visita.

Do seu ponto de vista, qualquer estratégia referente à relação entre museus e turismo deve levar à conclusão de que o turismo é muito importante para os museus e vice-versa. Porém, é preciso focar em um turismo sustentável, que respeite a cultura local e que envolva os habitantes na re-

cepção dos visitantes, sem perder de vista a missão social dos museus. É preciso se preparar para um aumento das viagens turísticas, que deve chegar a 1,8 bilhão em 2030, de acordo com a Organização Mundial do Turismo. Em sua opinião, no pós-pandemia, os desafios serão os mesmos de antes, mas agravados pelos cenários econômicos de onde se encontram os museus. Concluindo, ratificou que o Ibram está disponível como parceiro para a promoção conjunta com o setor de turismo.

Carla Janne Farias Cruz



Mauro Munhoz, diretor artístico da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip)

O Sr. Mauro Munhoz iniciou sua apresentação concordando com a Sra. Clara Cruz sobre ser fundamental pensar em sustentabilidade quando se trata de turismo. Destinos se tornam atrativos por determinados valores que possuem. Se não é feita uma articulação entre organizações governamentais e não-governamentais com a população local, há o risco de o turismo acabar por erodir justamente os fatores de interesse pela região.

Sua apresentação enfocou justamente a forma como a Flip articulou essas dimensões. Segundo ele, a Flip inovou ao ser uma manifestação cultural em torno da literatura e das artes, e não do livro e dos produtos culturais. Defendeu que para ter os produtos culturais – que têm valor – é preciso cuidar das manifestações culturais. A festa surgiu em um ambiente singular, onde as manifestações culturais foram preservadas ao acaso, pois Paraty, após passar 150 anos isolada das rotas econômicas e de acesso, surgiu, no final do século XX, início do século XXI, como um lugar com valores especiais do ponto de vista da natureza, da cultura pedra e cal, dos bens materiais e do patrimônio imaterial. Nos anos 1980, a cidade atraiu pessoas que agregaram qualidades interessantes à cidade, como artistas, o que fomentou o interesse turístico. Porém, antes mesmo da inauguração da BR-101, principal via de acesso dos turistas, Paraty teve sorte de ter sido tombada pelo Iphan. Assim, pôde preservar parte de seus atrativos mesmo com a visitação em massa.

Contou que, no ano 2000, a cidade já apresentava consequências do crescimento rápido, com perda da relação com a água dos rios, do mar, da sua cultura, do seu modo de vida. Nesse cenário, ainda não havia a Flip, mas já havia um projeto de qualificação dos espaços públicos dentro da área do urbanismo. A conclusão foi que não haveria condições institucionais de a proteção liderada pelo Iphan continuar e que seria importante criar uma experiência – tanto para os moradores de Paraty, quanto para os visitantes – em que o centro histórico da cidade fosse ocupado, mas de forma que a cultura e as artes estivessem no seu devido lugar, sensibilizando as pessoas para o equilíbrio na relação entre produto cultural e manifestação cultural. Assim, a Flip foi concebida em cima dessa leitura mais técnica do território, em conjunto com uma escuta direta e

colaborativa da população, inspirada em outras experiências mundiais focadas na literatura, e não apenas no mercado do livro.

Assim, em cerca de sete anos, conseguiram realizar essa festa para a qual trabalham o ano todo. Há trabalhos de colaboração com instituições da cidade, foi criada uma biblioteca comunitária permanente em Paraty, a partir da qual foi criada uma rede de bibliotecas comunitárias, e tudo culmina nos dias do evento, que faz uma articulação entre o universo literário com a realidade local.

Informou que, em 2018, foi feita uma pesquisa do impacto da Flip, em parceria com o Ministério da Cultura e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Conclui-se que, com um custo de R\$ 6 a 7 milhões (sendo cerca da metade decorrente de renúncia fiscal da Lei Rouanet), a Flip gera um impacto da ordem de R\$ 47 milhões no Município, envolvendo 26 mil pessoas, com uma taxa de ocupação praticamente total de todos os meios de hospedagem. São gerados R\$ 1,6 milhão de ISS e R\$ 4,7 milhões de tributos totais. Sendo assim, o Estado ganha mais do que a renúncia fiscal destinada ao evento.

Por outro lado, disse considerar ainda mais relevantes os impactos indiretos da festa. Como exemplo, citou o programa educativo da Flip, que começou com crianças de cinco anos que hoje são produtores culturais na cidade. Conforme apresentou, foram diversos projetos que culminaram na Flip, em 2003: a escola de saberes e fazeres ligados ao mar, de 1993; o restauro da Igreja do Paraty-Mirim, em 1994; o calçamento e drenagem do Centro Histórico de Paraty, em 1997; a construção de habitações de interesse social, em 1998. Já depois da criação da Flip, surgiram: as bibliotecas comunitárias, em 2005; o Plano Mar de Cultura (a partir de um convite do Ministério do Turismo para que Paraty fosse uma cidade referência em turismo cultural), em 2007; o sistema de cais integrados, em 2010; a calçada da Patitiba e a requalificação da Praça da Matriz, em 2011; a criação do Museu do Território, em 2013; o projeto das bibliotecas-parque, feito em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro, em 2015; e os festivais internacionais, em 2019.

Explicou que a Flip começou como um trabalho de arquitetura e urbanismo, dentro da filosofia de que o mais importante no espaço público é o habitar. Para o evento, por exemplo, os auditórios da Matriz (onde ocorrem as mesas literárias) e da Praça (em que as pessoas acompanham por um telão) são sempre montados e desmontados nos mesmos espaços, para

que as pessoas envolvidas possam compreender essa forma diferenciada de habitar que transforma o território, criando uma ponte entre o dia a dia dos moradores e visitantes e instituições. Segundo seu relato, o evento reverbera na praça, onde as pessoas acompanham livremente, sem ingresso, a programação da festa. Com o passar do tempo, foi criada uma extensão da praça do outro lado do rio, numa forma de urbanismo em que a população tem um papel mais participativo.

Por fim, salientou que, apesar de as ruas ficarem lotadas durante a festa, não há nenhuma coisa material sendo vendida, pois o que atrai as pessoas é a própria cultura. Assim, o público atraído pelo evento é um público mais sensível às qualidades que tornam possível um plano estratégico de turismo sustentável. Desse modo, ao invés de erodir ou desqualificar o território, esses turistas agregam novas qualidades à região, sem sobrecarregá-la.

Mauro Munhoz - FLIP

Comitê de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDRT)

debate sobre o tema "Turismo Histórico, Clássico e Cultural: desafios do retorno pós-pandemia"

eng. Mauro Munhoz - Diretor Artístico da FUP Festa Literária Internacional de Paraty

22 novembro 2021

Flip em linhas gerais

- a. o que é - festa, reconfiguração cultural e produto cultural, evento - Flip como projeto de turismo sustentável
- b. onde acontece - paraty
- c. continuidade entre o trabalho de arquitetura/urbanismo e Flip
- d. a importância de futuro do território
- e. mediação no tempo, não tem o movimento da Flip
- f. casas paratenses - todas em função de conteúdos e não de vendas
- g. inspirando outras cidades - ex. Flip em
- h. geramidade no território - exemplo: projeto de praça da matriz, programa educativo
- i. importância da rede de pessoas conectadas com a mesma vontade no território
- j. número, impacto mensurável - pesquisa flip
- k. sendo agosto flip 2021
- l. nova configuração: colaboração e competência
 - cidade criativa de gerenciamento
 - patrimônio mundial imaterial
- m. envolvimento da comunidade, instituições paratenses locais como referência para instituições de fora

sustentabilidade e impacto

mensurável, impacto direto - Flip pesquisa flip 2018

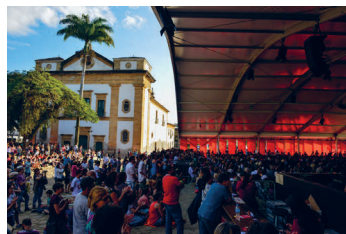
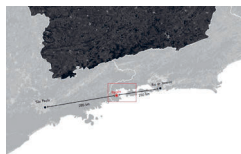
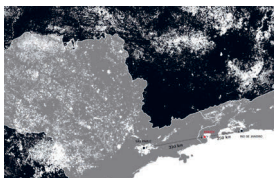
total: chamado impacto global R\$ 46,3 mil

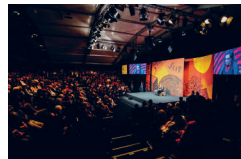
- 26.400 pessoas
- 14.863 turistas
- 92% taxa de ocupação
- 1 dia de permanência média e 6 dias estrangeiros
- gasto médio R\$ 309,05/dia/turista
- gasto médio R\$ 432,05/dia estrangeiros
- R\$ 5 milhões de reais impacto do turismo
- 1.349 postos de trabalho
- R\$ 4,7 milhões tributos totais
- R\$ 1,6 milhões lei
- 1.349 postos de trabalho

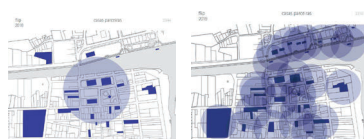
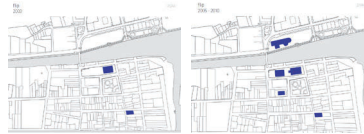
não mensurável: impacto a longo prazo não somente monetário, pesquisa de 19 anos da Flip mais 10 anos que a paratenses.

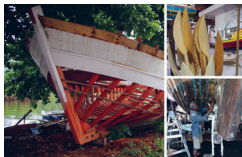
- crianças e adolescentes que tiveram sua trajetória mudada pela Flip e que agora são adultos que estão agindo no território de modo transformador
- participação dos habitantes locais
- qualificação do cenário de patrimônio natural e cultural
- produzir boas práticas de respeito e salvaguarda dos ritos, da comunidade e sua herança cultural - conscientizar
- estimular a conexão emocional e intelectual do visitante ao patrimônio
- fomentar a cadeia produtiva local
- proporcionar a aproximação entre os valores locais, a preservação local e os visitantes

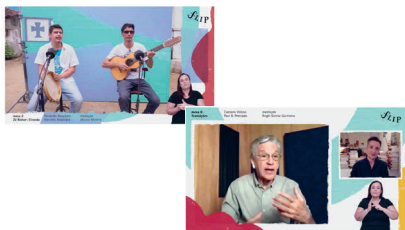
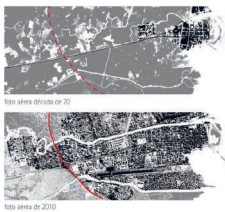
a. onde acontece – apresentação de paraty e dos espaços da flip na cidade











13ª Mesa, realizada em 29/11/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta 13ª Reunião do Ciclo de Audiências Públicas sobre Turismo na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Como em outras oportunidades, o Senador Fernando Collor destacou que o objetivo dos debates, conduzidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, é contribuir para a plena retomada do setor turístico e também reduzir os duros impactos da pandemia. A seguir, o Senador anunciou o tema da audiência: “Conta Satélite do Turismo: os instrumentos de mensuração da atividade turística e sua importância para o desenvolvimento do setor”, ressaltando que se trata de um assunto ao mesmo tempo desafiador e essencial para a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor turístico.

A Conta Satélite do Turismo pode ser definida como um conjunto de medidas, de dados, de informações, que ajudam a dar uma ideia mais clara da contribuição do turismo para o conjunto da economia nacional.

O turismo é uma experiência transversal, contida em inúmeras outras atividades. Algumas delas são diretamente associadas a ele, como é o caso dos serviços de alojamento, guias turísticos, atrações turísticas, entre outros. Outras são atividades apenas conexas ao turismo, como táxis ou transportes por aplicativo, restaurantes e lojas de artesanato. O consumo dos visitantes é diversificado e muitas vezes se confunde com o consumo dos próprios moradores locais. Como, então, calcular, em um Estado turístico, qual a parcela de serviços de alimentação consumidos por turistas e por não turistas? Como saber a porcentagem de serviços culturais consumidos especificamente por turistas e por moradores é um desafio. O turismo apresenta interfaces complexas de interação com diversos outros setores da economia. Assim sendo, a mensuração precisa e objetiva de sua contribuição para a economia envolve dificuldades significativas.

A Conta Satélite de Turismo busca exatamente enfrentar esse desafio. Há anos organizações internacionais se debruçam sobre o desenvolvimento da metodologia de cálculo e da participação do setor turístico na matriz econômica. Esse esforço é dos mais importantes. Ao ofertar modelos padronizados de mensuração das Contas Satélites de Turismo de cada país, a Organização Mundial do Turismo possibilita uma base de comparação internacional de informações do setor.

O Ministério do Turismo, juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, tem tido papel de destaque para definir toda a sistemática de cálculo da Conta Satélite do Turismo para o Brasil. O IBGE já coleta dados de turismo em outras consultas, como a Pesquisa Mensal de Serviços, a PMS; a Pesquisa de Serviços de Hospedagem e o módulo Turismo 2019, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNAD Contínua. No entanto, até o momento essas estatísticas não permitiram implantar uma Conta Satélite de Turismo no país. Esse trabalho se mantém e é de suma importância que chegue a bom termo o mais brevemente possível.

A Conta Satélite permitirá conhecer melhor o setor de turismo, em todos os seus aspectos, no Brasil, sendo subsídio essencial aos gestores públicos na identificação precisa de gargalos e nas tomadas de decisão sobre soluções pertinentes em todas as esferas de governo.

Os cálculos da nossa Conta Satélite nos permitirão igualmente realizar comparativos com os dados de outras nações, servindo como ferramenta de grande utilidade para o conhecimento do turismo no Brasil e para o planejamento de iniciativas que possam nortear o desenvolvimento desse importante setor no país.

Feita a contextualização da discussão, o Senador Fernando Collor apresentou os convidados: Sr. Elton Gomes de Medeiros, Coordenador-Geral de Dados e Informações do Ministério do Turismo; Sr. Cimar Azeredo Pereira, Diretor de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. Ronaldo Lopes, Prefeito de Penedo, Alagoas; Sr. Fabio Montanheiro Alves do Nascimento, Consultor de Turismo InvestSP, da Secretaria

de Turismo do estado de São Paulo – Setur SP, responsável pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo.

I – Identificação

13ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Conta Satélite do Turismo: os instrumentos de mensuração da atividade turística e sua importância para o desenvolvimento do setor”.

II – Participantes

1. **Elton Gomes de Medeiros**, coordenador-geral de Dados e Informações do Ministério do Turismo (CGDI);
2. **Cimar Azeredo Pereira**, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
3. **Ronaldo Lopes**, prefeito de Penedo, Alagoas; e
4. **Fabio Montanheiro Alves do Nascimento**, consultor de Turismo InvestSP, da Secretaria de Turismo do estado de São Paulo (Setur/SP), responsável pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET).

III – Relato da exposição dos convidados

Elton Gomes de Medeiros, coordenador-geral de Dados e Informações do Ministério do Turismo (CGDI)

O convidado iniciou sua exposição esclarecendo que a Conta Satélite de Turismo é um instrumento voltado para medir o impacto da atividade turística na economia de um país. Informou que o desafio brasileiro para

a implantação da Conta Satélite foi objeto de um webinar realizado recentemente com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual discutiram exemplos de outros países e quais desafios o Brasil precisa superar para que, de fato, seja possível a implantação de uma conta satélite.

Além da discussão sobre Conta Satélite, a CGDI trata e compila dados produzidos por ela e por outras instituições, elaborando novos produtos, tais como os boletins – a partir da perspectiva dos empresários do setor; a produção de estudos pontuais; além de publicações no site Portal Dados e Fatos, na Revista *Dados & Informações* e no Anuário Estatístico.

Em seguida, o expositor tratou dos principais estudos e pesquisas do órgão. Tendo em consideração a perspectiva do empresário, apresentou duas sondagens semestrais, uma direcionada ao setor de meios de hospedagem, outra para empresários das agências de viagens e operadoras. As sondagens são realizadas pelo corpo técnico do órgão, por meio de envio de milhares de questionários. A partir desses dados são produzidos boletins, que trazem panoramas nacional, regional e estadual, para que os chefes de poder de todas as esferas da Federação possam ter acesso às informações. Exemplificou, como indicadores produzidos, o desempenho da empresa e do destino, a perspectiva do empresariado para os próximos seis meses, a intenção de investimentos naquele empreendimento e a composição do grupo de viagem, bem como os principais segmentos demandados pelos clientes, a partir da faixa de renda.

Em busca de aprimorar o setor, o coordenador-geral citou a realização da pesquisa de demanda doméstica, mais uma vez realizada em parceria com o IBGE. Em 2022, serão publicados dados referentes ao exercício de 2020-2021, que possibilitará a realização de uma série histórica robusta e que poderá servir para a formulação de políticas públicas para a tomada de decisão e para a formulação de novas políticas em nível estadual e municipal. O estudo da demanda turística doméstica permite

quantificar os fluxos de turistas entre as diferentes regiões do país, bem como cruzar esses dados com os dados de renda que são observados também na Pnad Contínua. Foram analisadas 21 milhões de viagens, dentre as quais 31% foram motivadas pelo lazer, para destinos no litoral do país. 96% das viagens foram realizadas para dentro do país, e, dessas, 86% tiveram como motivo o pessoal e 13,5% foram por motivo profissional. Os dados demonstram, segundo o convidado, que há uma retomada das atividades do setor.

No que diz respeito à demanda turística doméstica, o expositor falou sobre pesquisas realizadas em domicílios brasileiros. Os resultados do trabalho mostraram que a motivação de viagem pessoal varia de acordo com a renda: 36% das pessoas que ganham menos de um salário mínimo viajam a lazer, enquanto o índice sobe para 49% quando a renda alcança e ultrapassa dois salários mínimos. Em 95% dos domicílios estudados ocorreram até três viagens, prevalecendo a ocorrência de uma viagem em 75% deles. Os principais destinos são o litoral brasileiro, seguido de turismo cultural, de natureza, ecoturismo ou de aventura – o chamado turismo de isolamento. A preferência de hospedagem foi casa de amigos e familiares, correspondendo a 52% dos casos, seguida de *resorts* e imóveis alugados por temporada ou pela plataforma Airbnb. O meio de transporte mais utilizado foi o carro particular ou de empresa (47,6%), seguido de ônibus de linha e avião.

Além da demanda doméstica, o CGDI realizou o Estudo da Demanda Turística Internacional, que é um estudo que visa a conhecer o turista que vem ao Brasil. O convidado informou que a pesquisa é realizada desde 1974 pela Embratur, sendo que em 2009, o Ministério do Turismo assumiu sua realização. Os objetivos do estudo são caracterizar e dimensionar os consumidores desse turismo; fortalecer as bases de dados, que são fundamentais para o objetivo da Conta Satélite; bem como disponibilizar as informações que subsidiam tomada de decisões dos setores público e privado, também

objetivo da Conta Satélite de Turismo. Os dados coletados são: motivo principal da viagem, os meios de hospedagem e de transporte utilizados pelo turista, as localidades visitadas, o tempo de permanência no país, os gastos desse turista no Brasil, as fontes de informação sobre o país, bem como avaliação do principal destino visitado, e o perfil socioeconômico do entrevistado. O estudo foi interrompido com o fechamento das fronteiras em decorrência da pandemia da covid-19, todavia será retomado em breve.

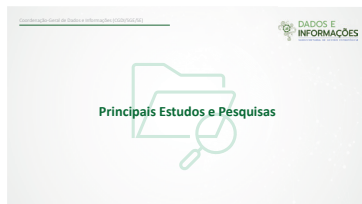
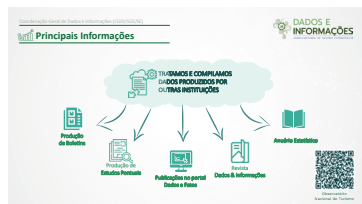
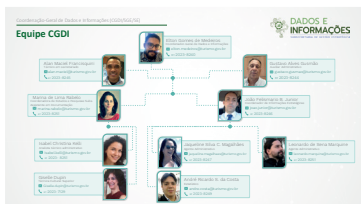
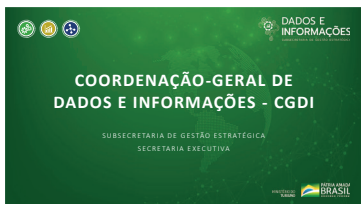
Finalizando sua exposição, o orador apresentou outros dados e estatísticas disponibilizadas pelo CGDI: estimativa de chegada de turistas internacionais, por país; indicadores de faturamento das atividades turísticas a partir de dados da Pesquisa Mensal de Serviços; dados da receita e da despesa turística e da variação percentual a partir de dados do Banco Central do Brasil; ocupações formais a partir dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED); arrecadação federal das atividades características de turismo; e dados de desembarque de passageiros em aeroportos.

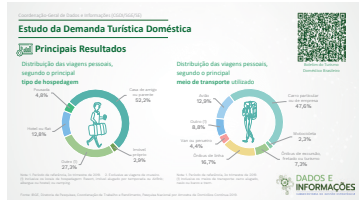
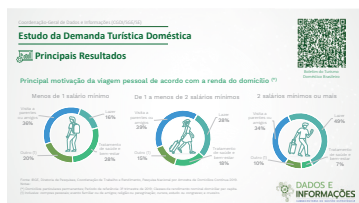
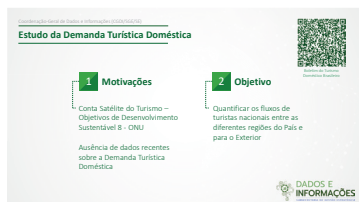
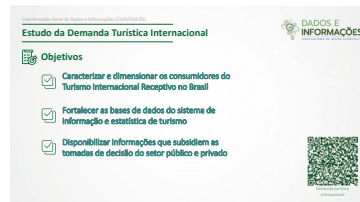
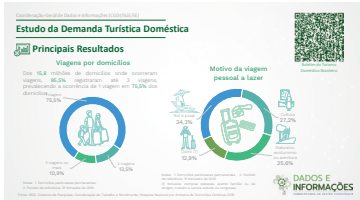
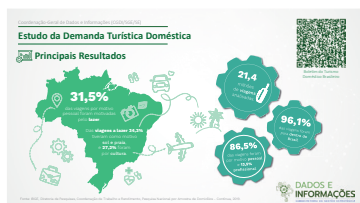
Ainda falou sobre a Revista de Informações, que, segundo o expositor, surgiu da necessidade de se produzir o primeiro relatório de impacto da pandemia no setor de turismo. Diante da necessidade de aperfeiçoar a apresentação desses dados, criaram a *Revista Dados & Informações do Turismo no Brasil*, que, em sua segunda edição, tratou de como a pandemia impactou cada atividade característica de turismo. O objetivo central do relatório de impacto é apoiar a gestão na avaliação e no processo de retomada às atividades e na tomada de decisão.

Finalmente, o convidado falou sobre o Anuário Estatístico de Turismo e o Observatório Nacional de Turismo. Segundo ele, o Anuário é a publicação mais acessada da plataforma, com grande número de dados e estatísticas sobre turismo receptivo, turismo interno e o turismo mundial. Já o Observatório é um painel dinâmico, com linguagem acessível e focado no usuário, no qual são disponibilizadas informações sobre o mercado de trabalho formal no setor de turismo a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). São apresentados dois painéis: ocupações formais e o perfil socioeconômico. Os dados estão disponíveis por macror-

região, por unidade da Federação, por região turística e município. Informou que o recorte da pesquisa também pode ser feito por quantitativo de ocupações formais, remuneração média, em reais, em salários mínimos.

Elton Gomes de Medeiros - MTur





Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Dados e Estatísticas

DADOS E INFORMAÇÕES

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Estimativa de Chegadas de Turistas Internacionais*

Ministério do Turismo

País de Residência Permanente	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Brasil	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	16.000.000
Estados Unidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Europa	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
África	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Ásia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	32.000.000

Dados desagregados por:

- País de Residência Permanente
- Por mês
- Via de acesso
- Meses

Ministério do Turismo

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Principais Informações

Novo CAGED
Ministério da Economia

País de Residência Permanente	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Brasil	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	16.000.000
Estados Unidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Europa	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
África	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Ásia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	32.000.000

Ministério da Economia

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

NOVAS FORMAS DE DIVULGAR DADOS E INFORMAÇÕES

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Relatório de impacto da pandemia de COVID-19: Turismo e Cultura

Compilação de estudos e pesquisas de outros órgãos, agregados aos dados já levantados pelo Ministério do Turismo, para expor um cenário sobre os **efeitos da pandemia de COVID-19 no setor do turismo e cultura no Brasil**, objetivando **apoiar a gestão na avaliação e no processo de retomada** das atividades.

DADOS E INFORMAÇÕES

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Revista Dados & Informações

DADOS E INFORMAÇÕES

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Estimativa de Chegadas de Turistas Internacionais*

Ministério do Turismo

País de Residência Permanente	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Brasil	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	16.000.000
Estados Unidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Europa	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
África	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Ásia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	32.000.000

Dados desagregados por:

- País de Residência Permanente
- Por mês
- Via de acesso
- Meses

Ministério do Turismo

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Principais Informações

Pesquisas Mensais do Serviço-BACEN

País de Residência Permanente	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Brasil	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	16.000.000
Estados Unidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Europa	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
África	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Ásia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	32.000.000

Banco Central do Brasil BACEN

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Principais Informações

Agência Nacional de Aeração Civil

País de Residência Permanente	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Brasil	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	16.000.000
Estados Unidos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Europa	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
África	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
Ásia	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	8.000.000	8.000.000	8.000.000	8.000.000	32.000.000

Agência Nacional de Aeração Civil

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Revista Dados & Informações

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Revista Dados & Informações do turismo no Brasil

Uma nova forma de dar ampla publicidade aos dados estatísticos e informações sobre turismo em uma linguagem acessível e clara.

Fruto do intento da Coordenação-Geral de Dados e Informações de **promover a transparência das atividades realizadas**, além de proporcionar **importante espaço para o debate**.

Ano 1 - 1ª Edição

"Discutir o turismo internacional foi a opção da primeira edição da revista em razão do trabalho realizado pela PPI que fornece insumo fundamental com o perfil do turista internacional no ano de 2019, retrato anterior à declaração da pandemia ao redor do mundo".

DADOS E INFORMAÇÕES

Coordenação-Geral de Dados e Informações (CDGDI/STC)

Revista Dados & Informações do turismo no Brasil

Uma nova forma de dar ampla publicidade aos dados estatísticos e informações sobre turismo em uma linguagem acessível e clara.

Fruto do intento da Coordenação-Geral de Dados e Informações de **promover a transparência das atividades realizadas**, além de proporcionar **importante espaço para o debate**.

Ano 1 - 1ª Edição

"Discutir o turismo internacional foi a opção da primeira edição da revista em razão do trabalho realizado pela PPI que fornece insumo fundamental com o perfil do turista internacional no ano de 2019, retrato anterior à declaração da pandemia ao redor do mundo".

DADOS E INFORMAÇÕES

Revista Dados & Informações do turismo no Brasil

Uma nova forma de dar **ampla publicidade aos dados estatísticos e informações** sobre turismo em uma **linguagem acessível e cidadã**.

Fruto do intento da Coordenação-Geral de Dados e informações, de **promover a transparência das atividades realizadas**, assim de **propiciar importante espaço para o debate**.

Ano 1 - 2ª Edição

“Análise de dados para tocar um panorama dos efeitos da então recente pandemia de COVID-19 sobre os setores de turismo e cultura, a partir de publicações nacionais e internacionais, com projeções sobre o futuro e possíveis modelos de retomada.”

Anuário Estatístico de Turismo

A 2ª edição do 47º volume do **Anuário Estatístico de Turismo 2020** (ano base 2019) traz dados e informações sobre o **desenvolvimento do turismo no Brasil e no mundo**.

São **14 capítulos** que foram organizados em **três seções** de forma a facilitar o entendimento do seu conteúdo.

A estrutura do Anuário é complementada por uma **relação de fontes** das entidades produtoras das informações que o integram e um **glossário** com termos básicos utilizados na publicação.

1ª Seção Turismo nacional
2ª Seção Turismo interno
3ª Seção Turismo mundial

PRESSUPOSTOS

- Linguagem acessível e cidadã.**
- Foco no usuário.**
- Possibilidade de georreferenciamento.**

Painel: Perfil socioeconômico das ocupações do setor de turismo no Brasil

- Painel com informações sobre o mercado de trabalho formal no setor de turismo, com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
- Recorte geográfico por macrorregião, unidade da federação, região turística e município.
- Filtro por Atividade Característica do Turismo (ACT), faixa etária, grau de instrução, raça/cor e tipo de deficiência, no caso do trabalhador que possui algum tipo de deficiência.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO

OBSERVATÓRIO NACIONAL DE TURISMO

Painel: Ocupações formais do setor de turismo no Brasil

- Painel com informações sobre o mercado de trabalho formal no setor de turismo, com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
- Recorte geográfico por macrorregião, unidade da federação, região turística e município, referente ao quantitativo de ocupações formais, remuneração média em reais e em salários-mínimos.
- Filtro por Atividade Característica do Turismo (ACT).

OBRIGADO

Coordenação-Geral de Dados e Informações
Subsecretaria de Gestão Estratégica - SGE
Secretaria Executiva

Cimar Azeredo Pereira, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O convidado discorreu sobre os projetos produzidos no IBGE, destacando o Pnad Contínua, com módulo específico para o turismo, que foi a campo em 2019, tendo os dados referentes à demanda turística doméstica publicados em 2021. Conseguiram continuar o projeto em 2020 e 2021, mas com a pesquisa realizada por telefone, devido à pandemia de covid-19. Esclareceu que a decisão de divulgar conjuntamente, em maio de 2022, os dados coletados nos anos de 2020/2021, se deu por conta do baixo percentual de aproveitamento da amostra.

Esclareceu que a Conta Satélite é uma extensão do Sistema de Contas Nacionais e permite que eles possam elaborar uma análise sobre o perfil e a evolução de um setor de forma que possibilite fazer a comparação com o total da economia nacional, que é medido pelo referido Sistema. Estudiosos do México e Portugal participaram de um seminário realizado pelo IBGE e pelo Ministério do Turismo e o conhecimento sobre o Sistema foi adquirido. Atualmente o IBGE tem uma série de contas, exemplificando a Conta Satélite de Saúde e a Conta Satélite Ambiental, que demanda um grupo de trabalho para que a possam estudar e manter a divulgação das contas.

Destacou que o presidente do instituto está empenhado em consolidar a equipe de contas nacionais de forma que ela consiga produzir a Conta Satélite do Turismo. Segundo ele, os indicadores divulgados com base na Pnad Contínua fazem parte de um esforço da equipe para dar início a esses preparativos e, futuramente, divulgar a Conta Satélite do Turismo. Informou que o instituto já possui parte dos insumos para a elaboração da Conta, resta apenas colocar mais elementos na discussão, por meio dos seminários.

Ronaldo Lopes, prefeito de Penedo, Alagoas

O palestrante destacou a importância da Conta Satélite no Brasil, que apresenta grande potencial turístico e possibilita o recebimento de mais turistas vindos do exterior.

Esclareceu que a cidade histórica da qual é prefeito, Penedo, possui 70 mil habitantes e um preservado patrimônio arquitetônico histórico. Localiza-se a 150 km de Maceió e o conjunto foi preservado pelo PAC Cidades Históricas, numa parceria com o governo federal. Por meio de um convênio com o Ministério do Turismo, foi inaugurado um centro de convenções com 760 lugares, no antigo Cinema São Francisco, para que seja possível a realização de turismo de eventos no município. Foram realizadas reformas no Chalé Casa Penedo, um museu que conta a história da cidade, desde a passagem de Dom Pedro II, a construção do Forte Maurício de Nassau e a história da população malesa que morou no local, ressaltando o potencial cultural do município. Ainda frisou que são realizadas atividades aquáticas no Rio São Francisco.

Assim, considerou a infraestrutura da cidade preparada para receber turistas e investidores e busca inseri-la no polo turístico de Alagoas.

Fabio Montanheiro Alves do Nascimento, consultor de Turismo InvestSP, da Secretaria de Turismo do estado de São Paulo (Setur SP), responsável pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo (Ciet)

O expositor iniciou sua participação explicando que fala em nome do Secretário de Turismo e Viagens do estado de São Paulo e ex-Ministro do Turismo Vinicius Lummertz. Disse que o tema Conta Satélite de Turismo é uma discussão prioritária, em especial no Centro de Inteligência da Economia do Turismo (Ciet), que é um núcleo de estudos e pesquisas criado recentemente na Secretaria de Turismo e Viagens do estado de São Paulo. O Ciet objetiva fomentar a construção de dados e estatísticas para que possa medir corretamente as atividades turísticas estaduais e para que planos estratégicos baseados em inteligência de mercado sejam pautados. Segundo o orador, a inteligência é capaz de mostrar, de forma real, a capacidade de geração de recursos, de tributos e de empregos do turismo.

Assim, explicou que o Ciet realiza pesquisas de perfil de público em grandes eventos no estado de São Paulo. Citou, como exemplo, o estudo sobre o *Grande Prêmio São Paulo de Fórmula 1*, que gerou 9,6 mil postos de trabalho, dos quais cerca 30% são postos de trabalho indiretos, de ativi-

des não específicas ao turismo, mas relacionadas. Dentre outras atividades realizadas pelo Ciet, destacou o monitoramento de indicadores do setor turístico, tais como taxas de ocupação hoteleira, arrecadação de impostos e serviços com turismo, fluxos rodoviários, fluxos aéreos, empregos, volumes de serviços gerados no turismo; análise de espaços de eventos; além da elaboração de investigações sobre perfil da demanda turística por segmentos como turistas de lazer, de negócios, dentre outros. Também apoiam a iniciativa privada com análises espaciais e mapeamentos geográficos, para que os investimentos sejam realizados de forma correta; e os municípios, para que sejam treinados para gerar localmente estatísticas que sirvam para uma visão mais ampla do turismo nacional. O convidado informou que todo o material produzido fica disponível na plataforma, que é a *turismo.sp.gov.br/ciet*, para consulta pública.

Prosseguindo sua exposição, o convidado citou exemplos de dados monitorados pelo órgão, como o fluxo de passageiros nos aeroportos, em especial Congonhas, Guarulhos e Viracopos, demonstrando uma retomada desse deslocamento, com uma situação menos aquecida em relação às viagens internacionais. Sobre a hotelaria paulista, relatou que fecharam o ano de 2020 com aproximadamente 38%, 40% de ocupação hoteleira na média anual, menor que a ocupação de 2019, que alcançou 58%. Mesmo assim, demonstrou crescimentos expressivos nos meses de abril a maio, o que entendeu como uma retomada clara das atividades turísticas, com previsão de ocupação de 52% no último semestre de 2021.

No que diz respeito à modernização da medição de estatísticas e de dados, o orador falou sobre o convênio do Ciep com a Agência de Transporte do estado de São Paulo (ARTESP), que é uma agência que monitora as rodovias do estado e que possibilita a medição do fluxo nos finais de semana em destinos turísticos. Observou-se um aumento de 6% dos turistas rodoviários em 2020, em comparação a 2019, denotando o crescimento do turismo de proximidade, com a procura de destinos próximos às residências.

O convidado concluiu informando que o Ciep pode contribuir com a Conta Satélite de Turismo na qualidade de fornecedor de dados e estatísticas para o Ministério do Turismo, para o IBGE e para outras entidades, igualmente colaborando com metodologias unificadas.



Pesquisar o perfil da política em grandes eventos do Estado de São Paulo;

Monitorar o desempenho de indicadores de sustentabilidade (social, ambiental, fluxos aéreos e rodoviários, empregos, volume de serviços em hotéis, espaços de eventos, entre outros);

Investigar o perfil da segmentos das turmas que visitam São Paulo;

Analisar análises especiais e reportagens jornalísticas de atores;

Elaborar estudos e publicações relevantes com análises técnicas para o mercado turístico;

Auxiliar os municípios nos trabalhos com indicadores turísticos;

Contribuir com tours e treinamentos para aprimoramento da rede de inteligência turística do estado



CIET
POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicador de Desempenho: Índice de Desenvolvimento Humano

Os gráficos demonstram que, apesar de apresentar um crescimento mais lento em comparação com o Brasil, o Estado de São Paulo manteve-se entre os estados com o melhor desempenho em termos de desenvolvimento humano.

As parcerias das instituições de ensino e pesquisa com o setor privado, a melhoria da infraestrutura, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida são fatores essenciais para a melhoria do IDH. São Paulo tem se destacado em todos os aspectos, especialmente em termos de educação e saúde.

Atualmente, o IDH de São Paulo é de 0,750, enquanto o do Brasil é de 0,680. Isso significa que, em termos de desenvolvimento humano, São Paulo está 10% acima do Brasil.

Fonte: UNICEF, UNDP, UNWFP, CEB, Banco Mundial e AtlasPop

CIET
CENTRO DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Os gráficos demonstram os impactos da pandemia no mercado aéreo doméstico e internacional para os aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Viracopos.

As perspectivas de fechamento para 2021 indicam que o volume de passageiros domésticos seja de aproximadamente 30 milhões (80% de 2019 e 165% de 2020). Já no internacional, o volume deve ser o mesmo de 2020, com cerca de 4 milhões de passageiros, ou 30% do movimento de 2019.

Ainda, as projeções para o último trimestre de 2021 é que o volume de passageiros domésticos seja 2% acima do registrado em 2019.

CIET
FUNDACÃO

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

1. Secretaria do Trabalho e Emprego

[illegible]

Dados do movimento das estradas paulistas na região dos principais destinos, levantados pelo Sispav, mostram que o movimento de 2021 ultrapassou 2019 em aproximadamente 6%.

Em 2019, foram contabilizadas cerca de 1,3 bilhão de passageiros de veículos nas estradas mencionadas. Em 2020, o número caiu para 1 bilhão.

O crescimento estimado estabelece que em 2021 teremos cerca de 1,4 bilhão de veículos circulando entre as 10 cidades do nordestamento. O último número pode trazer um resultado até 150% maior do que 2019 para estes destinos.

CIET
PILARES

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

ESTADOS E MUNICÍPIOS COMO FORNECEDORES DE DADOS E ESTATÍSTICAS

METODOLOGIAS UNIFICADAS PARA MEDIÇÕES LOCAIS

REAL FATOR DE CAPITALIDADE E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO TURISMO

 GJET
GOVERNOS JOVEM TURISMO

 SÃO PAULO
GOVERNOS JOVEM TURISMO

REAL FATOR DE CAPITALIDADE E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO TURISMO



Q que é o CIET?

O Centro de Inteligência da Economia do Turismo, núcleo de estudos e pesquisas da SETUR-SP foi criado para contribuir com o planejamento das ações dos distintos setores: qualificação, mercado e poder público no turismo, num e longo prazo, por meio da geração de inteligência e elaboração de planos estratégicos.

 CIET
CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA ECONOMIA DO TURISMO

 SÃO PAULO
Cidade do Turismo
Secretaria Municipal de Turismo

CIET
CENTRO DE INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN TECNOLÓGICA

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

[illegible]

A ocupação hoteleira do Estado de São Paulo deve fechar 2021 com índices de aproximadamente 30%. Em comparação ao ano de 2019, este número representa 58% do resultado (média de 65% no ano), contudo, 142% acima do desempenho de 2020.

Para o último trimestre a previsão de ocupações de 52%.

CIET
INSTITUTO

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria de Desenvolvimento e Inovação

COMO PODEMOS CONTRIBUIR COM A CONTA
SATÉLITE DO TURISMO?



14ª Mesa, realizada em 6/12/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 14ª Reunião do ciclo de audiências públicas sobre turismo na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Como nas audiências anteriores, o Senador destacou que o objetivo dos debates é contribuir para a plena retomada do setor turístico após os duros impactos da pandemia. A seguir, foi anunciado o tema da audiência: “Turismo religioso: os caminhos da fé no pós-pandemia”.

A religião é importante na vida do povo brasileiro. Locais de devoção, romarias e festividades, voltadas ao sagrado, sempre fizeram e fazem parte da vida da população brasileira e contribuem para a afirmação da nossa identidade como Nação. São inúmeros os destinos de celebração da fé no Brasil. O turismo religioso é uma atividade de importância cada vez maior no país, tanto do ponto de vista espiritual quanto econômico.

De acordo com informações do Ministério do Turismo, em 2019 havia 513 comemorações inscritas no calendário nacional de eventos do Brasil. Entre esses eventos, 96 são considerados de grandes proporções. Só em Aparecida, São Paulo, estima-se que cerca de 10 milhões de fiéis vão à cidade a cada ano. Existem atualmente mais de 300 destinos religiosos no Brasil. Não surpreende que esse segmento da atividade turística tenha chegado a movimentar 20 milhões de viagens por ano, gerando quase R\$ 15 bilhões por todo o país.

O turismo religioso, embora tenha maior componente entre os católicos, também é parte crescente da vida de evangélicos. De maneira consistente, nos últimos anos, eles têm empreendido cada vez mais viagens para destinos relacionados às manifestações de sua fé. Também em outras religiões, como as de matriz afro-brasileira e orientais, se percebe interesse

crescente nos deslocamentos, motivados, principalmente, por visitas a templos e santuários para livre exercício dos mais distintos credos.

O Brasil é, felizmente, um país de convivência tolerante e pacífica entre as religiões. Essa característica admirável de nossa sociedade favorece um cenário auspicioso para o avanço do turismo religioso em nosso país.

Os impactos econômicos positivos desse segmento já são perceptíveis em centenas de Municípios brasileiros de pequeno e médio portes. Um número considerável de pessoas e de pequenas empresas dependem diretamente dessa atividade de grande potencial na movimentação de recursos e criação de empregos.

Em vários desses destinos, o turismo, mesmo se dando de forma sazonal e pontual, fornece renda por todo o ano, até a próxima celebração, seja na produção de *souvenirs*, seja na permanente preparação para os principais períodos de visitação. Com frequência, os efeitos positivos se estendem para a melhora definitiva da infraestrutura da região envolvida. Isso aconteceu, por exemplo, no Largo de Roma, em Salvador, em que está localizado o Santuário Santa Dulce dos Pobres; também no Bairro do Brás, em São Paulo, após a construção do Templo de Salomão, sede mundial da Igreja Universal.

É verdade que o turismo religioso, assim como toda atividade turística, foi duramente afetado pela crise sanitária. Nos últimos dois anos, o exercício da fé precisou se adaptar aos tempos da pandemia. Com o retorno gradual da normalidade, fieis, peregrinos e visitantes podem novamente ter acesso aos templos e aos locais sagrados.

É hora da retomada das peregrinações. E precisamos trabalhar para que esse retorno aconteça de maneira segura para os fiéis e para as populações locais. O novo normal que estamos construindo exige a adoção de protocolos rígidos de segurança sanitária e medidas preventivas para evitar aglomerações.

Locais como Aparecida, em São Paulo; Juazeiro do Norte, no Ceará; Salvador, na Bahia; e Nova Trento, em Santa Catarina, são exemplos que podem nos ajudar a pensar a questão do turismo religioso nos caminhos da fé no mundo pós-pandemia. Ouvir a experiência dos convidados na pre-

paração da retomada em curso poderá inspirar iniciativas semelhantes de cuidado e proteção dos fiéis em outros municípios do país.

Após a contextualização do tema, o Senador Fernando Collor anunciou os convidados para discutir o tema “Turismo Religioso: os Caminhos da fé no pós-pandemia”: Sra. Nicole Facuri, Diretora de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Ministério do Turismo; Sra. Rosa Brito, representante do Santuário Santa Dulce dos Pobres, e Sr. Carlos Augusto Silveira Alves, Turismólogo e Mestre em Turismo Religioso.

I – Identificação

14ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “Turismo Religioso: os caminhos da fé no pós-pandemia”

II – Participantes

1. **Nicole Facuri**, diretora de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Rosa Brito**, representante do Santuário Santa Dulce dos Pobres;
3. **Márcio Didier**, gestor do Complexo Santuário Santa Dulce dos Pobres;
4. **Carlos Augusto Silveira Alves**, turismólogo e mestre em Turismo Religioso.

III – Relato da exposição dos convidados

Nicole Facuri, diretora de Inteligência Mercadológica e Competitiva do Ministério do Turismo (MTur)

A convidada iniciou sua exposição esclarecendo que o turismo religioso se configura pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e em eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo.

Segundo ela, o Ministério do Turismo estima que a religião tenha trazido para o país cerca de 26,4 mil turistas estrangeiros em 2016 e que, anualmente, são feitas 17,7 milhões de viagens domésticas movidas pela fé. Ressaltou que esses dados estão relacionados apenas a turistas – que se diferenciam de excursionistas por pernovernarem no local de destino. Disse que o Ministério do Turismo mapeou mais de 300 destinos nacionais e que, de acordo com dados de estudo, acerca da Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, realizado em 2009, o perfil desse turista é marcado por grande informalidade na prestação de serviços – fato que a convidada considera importante. Esse tipo de turista, em geral, tem o hábito de viajar em grupos ou em excursões e tem menor poder aquisitivo. Enfatizou que o turismo de peregrinação tem um volume grande e, apesar de apresentar gasto baixo, em função da própria motivação do turismo, é um segmento importante.

A palestrante abordou os reflexos do pós-pandemia no turismo. Defendeu que, apesar da cobertura vacinal, os cuidados com a biossegurança deverão continuar e destacou a segurança como fator importante na retomada das atividades – incluindo eventos e visitação de templos. Nesse sentido, citou o lançamento, pelo Ministério do Turismo, do Selo Turismo Responsável, Limpo e Seguro (página: turismo.gov.br/seloresponsavel). Esse é um protocolo de segurança aplicado a empreendimentos turísticos em que o responsável se compromete a utilizar critérios mínimos de higiene e cuidado com o visitante. O certificado pode ser emitido por qualquer empresa ou profissional vinculados ao Cadastur, e indica que o estabelecimento está preocupado com a saúde e com a segurança do turista. Falou também que os novos pro-

duto demandados são, em sua maioria, peregrinações em espaços abertos, o que traz mais segurança às pessoas.

A convidada comentou sobre as ações estratégicas do Ministério para apoiar o turismo religioso e sobre a proposta de atuação para os próximos anos. Para isso, enfatizou a importância de obter suporte financeiro para implementação das propostas, incluindo recursos do próprio Ministério do Turismo e dos órgãos oficiais de turismo estaduais e municipais, emendas parlamentares e parcerias público-privadas.

Mencionou como estratégias do plano de ação para os próximos dois anos: a elaboração de portfólio com os principais destinos de turismo religioso do país, indicando a infraestrutura turística existente em cada local; a elaboração de um calendário nacional de eventos de turismo religioso, para divulgar as principais festas e manifestações religiosas brasileiras; a elaboração de *releases* para divulgação de eventos e destinos de turismo religioso pela imprensa; a promoção das principais festas e manifestações religiosas; o incentivo para que o turista conheça os destinos onde os eventos ocorrem; e a promoção dos destinos religiosos nas principais feiras desse segmento.

Ainda nesse tópico, a palestrante chamou atenção para a qualificação e a fiscalização dos prestadores de serviço. Disse ser necessário estabelecer em quais destinos essa atuação deve ocorrer prioritariamente, e enfatizou o incentivo à formalização. Como parte do plano de ação, mencionou a elaboração de edital para apoiar a infraestrutura turística e a acessibilidade nos destinos de turismo religioso – a grande presença de idosos e de gestantes, além de portadores de deficiência, torna a acessibilidade um fator fundamental nesse segmento.

Por fim, a expositora destacou, entre as estratégias para a atração de investimentos privados nesse segmento, a realização de ações com o objetivo de apresentar o potencial econômico dos destinos e as possibilidades de negócio para investidores nacionais e internacionais. Defendeu a

concessão de serviços por meio de parceria público-privada, que, segundo ela, não caracteriza privatização, e deve ser conduzida com responsabilidade social, ambiental e econômica, para proporcionar ao turista uma melhor qualidade da prestação do serviço.

Nicole Facuri - MTur



TURISMO RELIGIOSO: os caminhos da fé no pós-pandemia

O Ministério do Turismo estima que a religião tenha trazido para o País cerca de 26,4 mil turistas estrangeiros em 2016

Fonte: Ministério do Turismo (MTur) e IBGE

Anualmente são feitas 17,7 milhões de viagens domésticas movidas pela fé (turistas, sem contar excursionistas).

+ de 300 destinos nacionais



PERFIL DO SEGMENTO

- Muita informalidade
- Costumam viajar em grupos e excursões
- Menor poder aquisitivo



#TURISMO RESPONSÁVEL LIMPO E SEGURO



Programa que estabelece boas práticas de higienização para cada segmento do setor. O selo é um incentivo para que os consumidores se sintam seguros ao viajar e frequentar locais que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19, posicionando o Brasil como um destino protegido e responsável.

Para ter acesso ao selo, as empresas e guias de turismo precisam estar devidamente inscritos no Cadastur.

turismo.gov.br/selloresponsavel



Reflexos da pandemia no Turismo Religioso



#NOVOS PRODUTOS



AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA APOIO DO GOVERNO FEDERAL AO TURISMO RELIGIOSO

PROPOSTA DE ATUAÇÃO – 2022

Objetivo: fomentar o Turismo Religioso, de modo a reforçar a importância do respeito à diversidade religiosa presente na Nação Brasileira.

1. Portfólio de Destinos de Turismo Religioso

Responsável:
CGPRO/DIMEC

Estratégia: Elaborar um portfólio com os principais destinos de turismo religioso do País.

Detalhamento das atividades:

- Selecionar, por meio de consulta às UF's, destinos brasileiros que tem potencial para o turismo religioso, aqueles que possuem relevância para serem promovidos nacional e internacionalmente, considerando a diversidade religiosa.
- Selecionar, dentre os destinos do portfólio, cerca de 20 para serem o foco promocional e

2. Calendário Nacional de Eventos de Turismo Religioso

Estratégia:

Elaborar o Calendário Nacional de Eventos de Turismo Religioso para divulgar as principais festas e manifestações religiosas brasileiras e agregar valor à imagem dos destinos turísticos brasileiros.

Responsável:
CGPRO/DIMEC e ASCOM

Detalhamento das atividades:

- Mapear as principais festas e manifestações religiosas brasileiras
- Selecionar as melhores propostas.
- Elaborar e divulgar o calendário de eventos

4. Campanha de Estimulo às Vagens para Destinos de Turismo Religioso

Responsável:
CGPRO/DIMEC e CGPIV/DME e IPHAN

Estratégia: Promover as principais festas e manifestações religiosas e incentivar o turista a conhecer os destinos onde eles ocorrem e os patrimônios materiais relacionados ao segmento.

Detalhamento das atividades:

- A partir do portfólio de destinos definido, levantar os patrimônios materiais que possuem relação com o segmento e serão contemplados na ação.
- Definir linha da campanha.
- Produzir e veicular peças para internet, jornais, revistas e mobiliário urbano destacando os destinos religiosos.

5. Relações Públicas

Estratégia: Elaborar releases para a imprensa para divulgar os eventos e os destinos de turismo religioso.

Responsável:
ASCOM

Detalhamento das atividades:

- Definir foco, pautas, principais eventos e destinos
- Elaborar e publicar releases para a imprensa.

7. Promover os Destinos Religiosos em Feiras Nacionais do Segmento

Responsável:
CEIPI/DME

Estratégia: Promover os destinos religiosos nas principais feiras do segmento de Turismo Religioso, visando ampliar a comercialização de produtos turísticos do segmento.

Detalhamento das atividades:

- Identificar as feiras de Turismo Religioso que possuem abrangência nacional.
- Selecionar as feiras mais adequadas para participação do MTur e destinos mais adequados para a promoção.
- Comprar espaço e tematizar os estandes.
- Definir o foco da participação e promover o apoio à comercialização.

8. Qualificação e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos

Estratégia: Estabelecer que os destinos de turismo religioso sejam um dos focos de atuação das áreas de qualificação e fiscalização.

Responsável:
CGQT/DEQUA

Detalhamento das atividades:

- Ampliar a fiscalização de prestadores de serviços nos destinos de turismo religioso trabalhados.
- Ampliar a oferta de cursos de qualificação nos destinos de turismo religioso trabalhados.

9. Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística e de Acessibilidade nos Principais Destinos de Turismo Religioso

Responsável:
DIETU/SININFRA

Estratégia: Elaborar edital para apoiar infraestrutura turística e acessibilidade nos destinos de turismo religioso trabalhados.

Detalhamento das atividades:

- Elaborar edital
- Selecionar as melhores propostas.
- Firmar os convênios

10. Apoio a Atração de Investimentos Privados para Destinos do Segmento

Estratégia: Realizar ações de atração de investimentos em eventos próprios ou específicos do setor, apresentando o potencial econômico dos destinos e as possibilidades de negócios aos investidores nacionais e estrangeiros.

Responsável:
SNAIC

Detalhamento das atividades:

- Realização ou participação em eventos de atração de investimentos privados no Brasil e no exterior.

Rosa Brito, representante do Santuário Santa Dulce dos Pobres

A expositora abordou tópicos sobre gestão e desenvolvimento territorial relacionados ao Santuário Santa Dulce dos Pobres. Explicou que o Santuário está situado na Península de Itapagipe, em Salvador. Essa região tem características de cidade de interior, e os moradores, que se autodenominam itapagipanos, têm um forte senso de identidade. Prevendo que, com a canonização da Santa Dulce, os moradores seriam impactados pelo turismo, foi realizado um trabalho de desenvolvimento territorial, denominado Território Santo, nome escolhido levando em consideração que três santos contemporâneos passaram pela região: Santa Dulce, Madre Tereza de Calcutá e o Papa João Paulo II.

Nesse trabalho, foram pensadas políticas públicas voltadas para a região de Itapagipe, com o desenvolvimento de infraestrutura. A Instituição conta com um hospital bem desenvolvido, 100% SUS, mas o núcleo de turismo começou seu crescimento apenas a partir de 2019, depois da canalização, e tem uma comunidade pobre em seu entorno. Dessa forma, foi necessário desenvolver a comunidade, para gerar infraestrutura de alimentação e hospedagem para os fiéis que visitavam o corpo da santa no Santuário Santa Dulce. Incentivar o empreendedorismo dos moradores foi essencial para tornar a área receptiva aos turistas. Foi feito um trabalho com os empresários locais, para que, em reuniões, a influência entre eles gerasse um crescimento conjunto. Entretanto, esse trabalho foi paralisado, em função da pandemia, para ser reestruturado.

A convidada mencionou outros pontos turísticos religiosos da região como as igrejas do Bonfim, de Nossa Senhora dos Alagados, da Penha, da Boa Viagem e dos Mares. Essas estão contidas na Península de Itapagipe e formam um roteiro turístico, gerando mais um produto para a região. Ademais, a Instituição incentiva o turismo religioso em outros locais e em igrejas evangélicas e de matriz africana, a fim de que esse movimento não fique restrito ao Santuário de Santa Dulce.

Márcio Didier, gestor do Complexo Santuário Santa Dulce dos Pobres

O expositor iniciou sua fala destacando a importância de o Brasil não ser um país religiosamente fundamentalista, pois isso favorece que as pessoas sejam bem recebidas e acolhidas, independentemente de sua religião. Nesse sentido, comentou sobre a construção do Caminho da Fé, que liga o Largo de Roma, onde fica o Santuário Santa Dulce dos Pobres, à Basílica do Bonfim – local em que já existe um movimento natural de sincretismo e respeito às diversas religiões.

O convidado comentou sobre a preocupação acerca da territorialidade durante o processo da canonização da Santa Dulce. Recordou a preocupação da Sra. Maria Rita, superintendente da Instituição, em trazer, durante esse processo, benefícios não apenas para o Santuário Santa Dulce, mas também para todos os moradores do entorno e agregados.

Em relação à pandemia, explicou que, durante o fechamento do templo, houve a experiência da interação virtual, o que levou à expansão de horizontes. Após a reabertura, um grupo de chineses foram os primeiros turistas a visitar o Santuário Santa Dulce dos Pobres. Comentou que houve um aumento do número mensal de visitantes de 8 mil pessoas para cerca de 45 mil pessoas no período pós-pandemia, com a tendência de crescimento. Explicou que, enquanto esteve fechado, o Santuário se preparou para receber uma quantidade grande de fiéis, mas com todos os parâmetros de segurança. Isso foi facilitado pela existência de um hospital dentro da obra de Santa Dulce, cujo setor de infectologia realizou treinamentos em relação à covid-19.

Por fim, o convidado comentou acerca da importância da Pastoral de Turismo (Pastur), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tem desenvolvido um trabalho sério, voltado a um processo ecumênico de troca e diálogo com outras religiões.

Carlos Augusto Silveira Alves, turismólogo e mestre em Turismo Religioso

O convidado concordou que o turismo religioso não está restrito à Igreja Católica e, nesse sentido, citou o Templo Budista em Três Coroas, que recebe muitos turistas; a festa de Iemanjá, que é forte na Bahia e também no Rio Grande do Sul; e a festa de Navegantes.

Considerando o novo momento, pós-pandemia, o palestrante enfatizou que, além dos eventos consagradores – quando se comemora datas especiais como no Sítio de Nazaré –, é importante considerar o turista que visita os destinos religiosos fora desses eventos. Esses turistas desejam evitar aglomeração e dificuldades relacionadas à hospedagem e à alimentação. Nesse contexto, mencionou como exemplo o roteiro dos caminhos da Nossa Senhora do Caravaggio, na Serra Gaúcha, que inclui um santuário em Farroupilha e outro em Canela e cuja caminhada prevê pontos de parada em lugares que já recebiam turistas, fortalecendo esses empreendimentos. Outro exemplo mencionado foi o Caminho das Missões, em que é possível visitar santuários, igrejas e sítios históricos, durante uma caminhada de 14 dias.

Apesar da paralisação de roteiros que incluíam visita a países vizinhos, o convidado argumentou que o turismo doméstico vem suprimindo essa lacuna. Informou que, nos últimos meses, a região está recebendo o turismo de curta distância, ou seja, turistas num raio de 200km que antes não visitavam o local. Destacou que a liberação dos limites de hospedagem pelos decretos estaduais e municipais, assim como a liberação do limite de público nos sítios históricos pelo Iphan contribuíram para esse crescimento e enfatizou que os protocolos de segurança, como o uso de máscara e de álcool em gel, continuam a ser exigidos. O palestrante disse estar satisfeito com os resultados relacionados à retomada do turismo religioso no Rio Grande do Sul e destacou a qualidade do atendimento, das hospedagens e do artesanato religioso na região.

Concluiu sua exposição agradecendo ao Ministério do Turismo pela iniciativa do Selo do Turismo e do registro no Cadastur.

15ª Mesa, realizada em 13/12/2021

O Senador Fernando Collor (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – AL), Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), declarou aberta a 15ª Reunião do ciclo de audiências públicas sobre turismo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Como nas edições anteriores, o Senador Fernando Collor declarou que o objetivo dos debates patrocinados pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal é contribuir com as discussões para a plena retomada do setor do turismo brasileiro depois dos duros impactos da pandemia. A seguir, o Senador apresentou o tema da audiência: “A retomada em curso da atividade turística e suas perspectivas para 2022”.

Para o Senador Collor, o momento no fim de 2021 era de reflexão sobre os desafios enfrentados até aquele momento e uma oportunidade para buscar compreender o futuro que se anunciava, além de planejar as próximas iniciativas.

Na história, não houve período tão desafiador para o turismo como o biênio 2020/2021. Em todo o mundo, o setor foi um dos mais duramente afetados pela crise sanitária. O PIB global do turismo caiu pela metade: de US\$9,1 trilhões para US\$4,6 trilhões. No mundo inteiro, foram fechados 65 milhões de postos de trabalho ligados à atividade turística. No Brasil, estimam-se perdas que chegam a R\$243 bilhões até janeiro de 2021.

Frente a esse cenário desolador, o Senador Fernando Collor destacou que devemos nos sentir convocados a reagir com o que temos de melhor no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Em maio, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal deu início ao Ciclo de Debates, que se consolidou como um grande fórum de reflexão sobre o enfrentamento dos gargalos históricos e dos efeitos da pandemia sobre o setor turístico. Um dos fatores que ga-

rantiu esse sucesso foi a pluralidade dos segmentos e a competência dos convidados.

Foram realizadas 15 audiências públicas em 2021, dedicadas somente ao turismo, com a participação de mais de 60 convidados, entre especialistas, representantes de entidades do setor e autoridades das esferas federal, estadual e municipal.

Deve-se fazer menção especial à impressionante e fundamental contribuição do público aos nossos debates, que foram sensivelmente enriquecidos pelas mais de 800 perguntas e comentários recebidos dos internautas por meio do programa e-Cidadania. O Senado Federal reitera a eles o agradecimento pelo brilho adicional que sua participação conferiu aos encontros.

As discussões realizadas no primeiro semestre já estão compiladas em relatório disponível no portal da Comissão. O conteúdo referente às audiências do segundo semestre foi reunido neste relatório adicional, que está sendo colocado à disposição do público da Comissão nesta publicação.

As audiências lançaram luz sobre caminhos possíveis de saída da crise, e o governo do Presidente Jair Bolsonaro, por meio do Ministro do Turismo, Gilson Machado, assegurou apoio decisivo à sustentação de empresas e trabalhadores do setor.

O setor turístico brasileiro se provou resiliente, e o cenário atual autoriza otimismo, mas com certa cautela. O avanço da vacinação no país tem permitido uma queda drástica dos números de infecção e mortalidade. Aos poucos, a vida vai retornando à normalidade, e o setor turístico tem se adaptado, com rapidez, às novas exigências do tempo pós-pandemia.

A esse respeito, deve-se reforçar a importância da ampla adesão, por todo o país, do selo Turismo Responsável, desenvolvido pelo Ministério do Turismo. A adoção de protocolos rígidos de segurança sanitária é fundamental para que a retomada em curso se realize em condições de segurança para viajantes, trabalhadores e populações locais. É possível antever dias melhores, mas não se deve descuidar. O cumprimento das medidas de biossegurança permitirá uma recuperação sustentada e robusta da atividade turística no país.

Uma vitória animadora que reforça as boas expectativas para o turismo do Brasil foi a escolha do nosso país como sede do escritório da Organização Mundial do Turismo (OMT) para as Américas, anunciada, há poucos dias, pelo Ministério do Turismo. Essa é uma grande conquista para todo o setor turístico brasileiro.

O turismo precisa ser parte central da nossa estratégia de desenvolvimento econômico. Há indicativos de que 2022 será um ano auspicioso para tornar esse projeto uma realidade.

Feita a contextualização, o Senador Fernando Collor apresentou os convidados: Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH); o Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); Sr. Edmilson Rodrigues Romão, Vice-Presidente Financeiro da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav); e Sra. Zélia Cavalcanti, Secretária de Turismo do Município de Porto de Pedras.

I – Identificação

15ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo

Finalidade: discutir o tema “A retomada em curso da atividade turística e suas perspectivas para 2022”.

II – Participantes

1. **Eduardo Sanovicz**, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear);
2. **Manoel Cardoso Linhares**, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH);
3. **Edmilson Rodrigues Romão**, vice-presidente financeiro da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav);

4. **Zélia Cavalcanti**, secretária de Turismo do Município de Porto de Pedras.

III – Relato da exposição dos convidados

Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear)

O convidado iniciou sua exposição citando dados recentes referentes ao setor da aviação comercial. Segundo ele, cerca de 80% da malha doméstica já tinha voltado a operar no Brasil e a expectativa era de voltar a 100% da malha em operação já no primeiro trimestre de 2022. Contudo, o retorno operacional de toda a malha internacional ainda se apresentava como um desafio. Apenas em torno de 40% dessa categoria tinha retornado aos ares, pois vários países haviam criado algum tipo de restrição ao ingresso de brasileiros, impactando na decisão dos consumidores locais em adquirir bilhetes para o Brasil. Em sua opinião, a mudança desse cenário deve ocorrer na medida em que os países forem reabrindo suas fronteiras.

Apontou que um dos desafios atuais do setor é o aumento do preço do querosene de aviação, que subiu 91,7% em 12 meses, enquanto a gasolina, o diesel e o gás de cozinha – que chamam mais atenção, por serem itens de consumo de massa – subiram em torno de 50%. E isso tem impacto direto nos custos de operação, que também sofre o impacto do câmbio, pois tanto o querosene quanto o *leasing* – que correspondem a 50% dos custos – são dolarizados.

Apesar disso, a expectativa era que os desafios fossem superados na medida em que todas as demandas do setor, encaminhadas ao governo federal, aos governos estaduais e às agências, fossem atendidas. Na data da audiência, faltava apenas o posicionamento do Ministério da Economia quanto ao imposto de renda sobre o *leasing*.

Na visão do convidado, para 2022 seria interessante estruturar um debate em torno de quatro eixos essenciais para o turismo: hospitalidade; alimentação e gastronomia; consumo e comércio; e oferta natural e cultural. Sobre o último ponto, destacou que, apesar de o Brasil ter atrativos naturais indiscutíveis, é preciso dar mais atenção à oferta cultural, pois é o que torna um destino único. Do seu ponto de vista, o diferencial do Brasil está na qualidade e na diversidade cultural, na oferta de opções tão diferentes em um território tão grande e unificado pelo mesmo idioma. Dessa forma, disse acreditar que o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas e privadas de preservação, promoção e transformação dessas ofertas em produto possibilitaria uma retomada vigorosa do setor.

Por fim, elogiou o ciclo de audiências sobre o tema, iniciativa que considera fundamental para organizar e concretizar a retomada do turismo, já que possibilita que os diversos setores envolvidos sejam ouvidos e tenham suas contribuições encaminhadas para aqueles que têm poder de decisão.

Após as apresentações, o Sr. Eduardo Sanovicz respondeu a algumas questões.

Reafirmou que, para baixar o preço das passagens, é preciso que haja uma séria discussão sobre a política de precificação do combustível. Atualmente, adota-se a paridade de importação, cobrando-se em dólar por um produto cujos custos de produção são pagos em reais. No cenário atual, enquanto no Brasil o querosene de aviação custa pouco mais de 35% do preço do bilhete, a média no resto do mundo se encontra em torno de 20% a 22%. Isso se deve à política de precificação adotada e, em segundo lugar, à questão tributária, principalmente ao ICMS – outra questão que precisa ser discutida. Ressaltou que a liberdade tarifária adotada a partir de 2002 permitiu a popularização da aviação no Brasil, além de aumento de emprego e renda. Com isso, o preço do bilhete aéreo caiu pela metade até 2016 e o número de passageiros triplicou no mesmo período. Desde então, enfrenta-se uma crise. Por fim, apontou que o terceiro ponto importante é a manutenção do programa de concessões de aeroportos, que, em sua opinião, é vital para a infraestrutura aeroportuária. A expectativa é que milhões de

passageiros que já tinham vivido a primeira experiência de viajar de avião tenham as condições necessárias para retomar o hábito de voar.

Sobre a diferença tarifária entre passagens para destinos próximos, bem como as variações de preço, disse não saber explicar, pois a política comercial das empresas é um ato individual sobre o qual a Abear não tem ascendência. Por *compliance*, lhe é vedado acesso à política comercial interna de cada uma das empresas. Contudo, em sua opinião, as razões pelas quais o preço dos bilhetes aéreos ascendeu na retomada de pandemia estão ligadas à política de precificação de querosene e ao câmbio. O convidado disse não se recordar de outro momento em que tenha havido uma ascensão de custos da magnitude do que tem ocorrido. E isso ainda durante uma pandemia que comprometeu muito a capacidade de consumo da sociedade. Assim, reforçou que a Abear defende uma política de precificação de combustível que garanta competitividade interna e externa, que permita que se voe para mais lugares atendendo a mais gente. Afirmou que, dadas as condições objetivas, é absolutamente possível, dobrar de novo o número de passageiros no país e trazer novamente os preços à metade do que eram. Porém, é necessário reconquistar as condições para tanto, que incluam capacidade de consumo e preços adequados. Desse modo será possível retomar, por exemplo, as rotas entre o Nordeste e a Europa.

Encerrando sua participação, falou sobre o novo perfil de viajantes que surgiu com a pandemia: pessoas em trabalho remoto e até mesmo famílias com crianças tendo aulas *on-line*. Relatou que é possível constatar a presença desses passageiros a bordo, mas que ainda não foi possível avaliar o tamanho desse público e sua real capacidade de consumo. Contudo, trata-se de um filão interessante para o segmento de negócios e eventos. Segundo ele, a maioria dos passageiros que estão viajando atualmente estão fazendo viagens de lazer e parte das viagens corporativas nem deve voltar a acontecer, devido à migração definitiva para o trabalho virtual. Porém, pode ser que, com isso, as empresas passem a investir em eventos e encontros dos funcionários em locais diferentes dos escritórios tradicionais, em localidades mais agradáveis e com outros atrativos. De acordo com o

Sr. Eduardo Sanovicz, empresas que têm contas enormes com a aviação já começaram essa prática. Disse acreditar que cidades como Natal, Maceió e Fortaleza podem criar, a partir de suas entidades de promoção turística, programas de atração de negócios e empresas, para que esses tipos de eventos sejam levados às cidades.

Manoel Cardoso Linhares, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)

O convidado falou sobre o impacto da pandemia no setor hoteleiro. Explicou que 80% dos hotéis do Brasil ficaram fechados. Os 20% dos estabelecimentos que ficaram abertos operaram com ocupação entre 5% e 8% e atenderam, na grande maioria, passantes, profissionais da saúde e algumas companhias aéreas que estavam operando. Segundo ele, o ponto de equilíbrio para um empreendimento sobreviver é em torno de 50% a 60%.

Com chegada da vacina, o presidente da ABIH acredita que o setor vai voltar a se normalizar e prevê uma retomada muito forte. Assegurou que a hotelaria brasileira e os profissionais estão preparados para receber os visitantes com toda a garantia necessária. O turismo gera em torno de 8,3 milhões de empregos, dos quais 1,3 milhão são gerados na hotelaria.

Destacou que atualmente o setor tem trabalhado com uma defasagem em torno de 40% a 45% em termos de insumo, ressaltando o aumento do valor da luz e água. O convidado disse que durante a pandemia viajou para muitas localidades em busca da defesa da indústria do turismo no âmbito municipal, estadual e federal, conversando com prefeitos e governadores. Destacou a atuação da governadora do Rio Grande do Norte Fátima Bezerra, que baixou o ICMS da energia para 12%. Defendeu que os prefeitos poderiam baixar alguns custos, como por exemplo o IPTU, mas não o fizeram. Para ele, o setor deve ficar atento aos representantes que verdadeiramente trabalham para a indústria do turismo.

Edmilson Rodrigues Romão, vice-presidente financeiro da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav)

O convidado iniciou sua participação informando que o último trimestre de 2021 surpreendeu positivamente pelas vendas e pela procura dos clientes, sendo que, em muitos setores do turismo, já se alcançaram níveis de pré-pandemia. A estimativa, segundo o Sr. Edmilson Romão, era de um ano profícuo em 2022, com o vírus sob controle. Ressaltou que nem mesmo a notícia de uma nova variante fez com que houvesse cancelamentos das reservas. Também destacou que o turismo nacional deveria ter, durante as festas de *réveillon*, um dos melhores e mais movimentados períodos dos últimos tempos, como consequência da destreza de todos os componentes da cadeia, com planejamento e estratégias que permitiram a execução de regras sanitárias eficientes e que ajudaram a controlar a proliferação da covid-19.

Afirmou não se ter notícia de que alguém tenha se contaminado em avião, hotel ou evento produzido no mercado do turismo, devido à responsabilidade com que cada um dos setores encarou o protocolo de segurança sanitária.

Ressaltou que as expectativas para o próximo ano eram otimistas, de aumento de faturamento superior a dois dígitos e de que a população completasse a vacinação.

Zélia Cavalcanti, secretária de Turismo do Município de Porto de Pedras – AL

A convidada ressaltou que os municípios em geral contribuíram muito e sofreram muito para que o turismo não sentisse tanto a queda, principalmente as pequenas cidades. Comentou que, tão logo começou a pandemia, conseguiram o selo *Safe Travels*, que garante o cumprimento do protocolo sanitário, tendo sido Porto de Pedras a segunda cidade do estado de Alagoas a consegui-lo. Também mencionou que a Praia do Patacho recebeu o selo Bandeira Azul.

Relatou que, com as medidas adotadas, foi possível manter um equilíbrio no turismo, que só sofreu mais durante o fechamento obrigatório. Disse que já se observava uma retomada econômica, especialmente no litoral norte de Alagoas. Destacou que os municípios andam de mãos dadas com o setor público e que a interlocução entre o público e o privado é fundamental para cidades que têm como base o desenvolvimento comunitário sustentável, onde a população depende do turismo. Frisou que a integração de todos os atores dessa esfera é essencial, sob pena de o turismo ficar estagnado.

Em seguida, a convidada ressaltou que os municípios frequentemente ficam à margem das decisões e acabam prejudicados. Pelo fato de o Brasil ter dimensões continentais, eventualmente, o que é bom para o Norte pode não ser para o Nordeste ou o Sudeste. Daí a necessidade de os municípios e os estados serem incluídos nas discussões.

Por fim, comentou que a Praia do Patacho, localizada em Porto de Pedras, é belíssima e que, embora os grandes empreendimentos e investidores sejam bem-vindos, o objetivo da prefeitura é que seja desenvolvido na região o turismo sustentável, com respeito ao meio ambiente, às características do município, à população nativa.

Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional e Turismo – Primeiro Semestre de 2022

Sumário

Introdução.....	137
1ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional (14/3/2022).....	139
2ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Desenvolvimento Regional (21/3/2022).....	153
1ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo (28/3/2022).....	173
2ª Mesa do Ciclo de Debates sobre Turismo (4/4/2022).....	179

No primeiro encontro, o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), anunciou o início do Ciclo de Audiências Públicas sobre Desenvolvimento Regional e Turismo em 2022, dando continuidade aos debates iniciados em 2021. O objetivo desse Ciclo, segundo o Senador, é discutir temas abrangentes do desenvolvimento regional, identificar os gargalos ao desenvolvimento econômico e social brasileiro e colher sugestões de políticas públicas para enfrentá-los.

Em seguida, o Senador Fernando Collor anunciou o tema da Primeira Mesa: *o papel do planejamento urbano na gestão de riscos e na prevenção de desastres*. Trata-se, segundo o Presidente da CDR, de um tema central e de triste atualidade, dados os desastres urbanos recorrentes no Brasil, como o ocorrido em Petrópolis.

Na sequência, o Senador Fernando Collor anunciou o tema da Segunda Mesa: *Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: panorama atual e desafios num cenário de mudanças climáticas*. De acordo com o Senador, esse tema é de suma importância, pois precisaremos nos equipar melhor para enfrentar os eventos extremos que, infelizmente, deverão se tornar cada vez mais comuns. Embora tenhamos tido avanços nessa área na última década, temos que implementar o melhor planejamento urbano nas cidades brasileiras, afirmou o Senador Fernando Collor. Em particular, é preciso endereçar a ocupação das áreas de risco, principalmente nos municípios mais vulneráveis à ocorrência de catástrofes naturais. É preciso, de acordo com o Senador, não só planejar melhor os espaços

urbanos, mas também humanizá-los, pois milhares de famílias brasileiras vivem em situação de vulnerabilidade nas encostas de nossas cidades.

As Mesas realizadas em 28 de março e 4 de abril de 2022 tiveram como objeto o setor de Turismo, cujos debates foram iniciados em 2021. O primeiro dos temas discutidos foi *Turismo Cultural: a música como vetor de ampliação da atividade turística*. Turismo e música são dois setores importantes para o Brasil. Sua combinação resulta em um imenso potencial de dinamização de nossa economia, segundo o Senador Fernando Collor. Embora o turismo musical seja pouco discutido no Brasil, os diferentes ritmos existentes em nosso País motivam viagens a diferentes regiões do Brasil, movimentando uma quantidade significativa de recursos. Mas precisamos aprofundar o conhecimento da relação entre música e turismo para estimular o turismo musical, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. As políticas públicas para essas duas áreas devem ter pontos de interseção para fomentar o turismo cultural, disse o Presidente da CDR.

A segunda Mesa teve como tema *O impulso do setor de cruzeiros à atividade turística: perspectivas e desafios no pós-Ômicron*. O Senador Fernando Collor observou que o setor de cruzeiros foi duramente afetado pela pandemia da covid-19. Antes da pandemia, esse setor vinha crescendo a taxas significativas, contando com mais de 30 milhões de passageiros em 2019, com geração de receitas superiores a US\$ 150 bilhões. No Brasil, entre dezembro de 2019 e março de 2020, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, os oito navios que operaram na costa brasileira transportaram cerca de 470 mil viajantes. O setor movimentou R\$ 2,24 bilhões em receitas, gerou 33 mil empregos e R\$ 296 milhões em tributos no Brasil nesse período.

De acordo com o Senador Fernando Collor, diante do seu potencial de crescimento no País, o setor deve ser alvo de atenção e apoio, principalmente quando se considera que ele praticamente parou no País após o início da pandemia, afetando as empresas e os trabalhadores e suas famílias. Esse apoio se tornou ainda mais premente porque o aumento do número de casos de covid-19, em função da variante Ômicron, inter-

rompeu a recuperação do setor que se anunciava no final de 2021, sendo a temporada de cruzeiros retomada apenas em março de 2022. Dados o tamanho e a diversidade do litoral brasileiro, o setor de cruzeiros no Brasil tem um enorme potencial e deve ser alvo de apoio para que tenha uma recuperação sustentada e supere o patamar atingido antes da pandemia. Para isso, algumas condições devem ser alvo de atenção, segundo o Presidente da CDR. Como exemplo, o Senador citou a infraestrutura portuária e modernização das áreas de desembarque dos turistas.

I – Identificação

1ª Mesa, realizada em 14/3/2022

Finalidade: discutir o tema “O papel do planejamento urbano na gestão de riscos e na prevenção de desastres”

II – Participantes

1. **Alexandre Lucas Alves**, secretário nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional;
2. **Rafael Pavan dos Passos**, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB);
3. **Fábio Augusto Gomes Vieira Reis**, presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo);
4. **Gil Kempers**, secretário municipal de Defesa Civil de Petrópolis/RJ.

III – Relato da exposição dos convidados

Alexandre Lucas Alves, secretário nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional

O Sr. Alexandre Lucas Alves iniciou sua exposição sublinhando que deveria haver um debate permanente sobre o tema da audiência, englobando as diversas variáveis envolvidas na política pública de gestão de riscos e desastres.

Pontuou que o trabalho da Defesa Civil abarca as seguintes fases: prevenção (ações com foco na não instalação de riscos); mitigação (evitar que o risco já instalado se transforme em desastre ou mitigar os efeitos em caso de desastre); preparação para emergências (preparar órgãos públicos, órgãos privados, sociedade e comunidade para possíveis emergências, sobretudo aquelas recorrentes em determinada região); socorro, assistência e reconstrução das áreas afetadas por desastres.

A prevenção e a mitigação estão incluídas no planejamento urbano. Sendo assim, do ponto de vista da Defesa Civil, o planejamento urbano deve considerar a forma como ocorreu a ocupação urbana e a construção das cidades ao longo do tempo. Lembrou que a maioria das cidades brasileiras surgiu em torno de um local com algum curso d'água, tanto pela facilidade de transporte quanto pela disponibilidade desse recurso fundamental para a vida, gerando um passivo de ocupação desordenada. Petrópolis, por exemplo, possui um risco permanente de deslizamento devido às precipitações, pois se encontra em uma região montanhosa, com muitos rios e córregos dentro de um vale. Nesse cenário, se as redes de macrodrenagens, sobretudo dos rios, não comportarem a quantidade de chuva em um certo período, ocorrerão inundações. Ademais, as mudanças climáticas têm feito que esses eventos extremos sejam cada vez mais recorrentes.

Relatou que fez parte da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais durante seis anos e da Defesa Civil de Belo Horizonte durante oito anos. Defendeu que a experiência na Defesa Civil municipal é fundamental para se entender os dilemas do planejamento e da ocupação urbana nos dias de hoje. Explicou que Belo Horizonte é extremamente vulnerável a inundações, deslizamentos e enxurradas, por ser uma cidade montanhosa, impermeabilizada por asfalto (inclusive nos morros) e com 700 km de rios e córregos em 300 km². Morros impermeabilizados fazem com que o excesso de chuva caia no asfalto e corra com velocidade em direção aos rios ou córregos que estão no vale, que não conseguem absorver o volume de água, gerando

inundações. Segundo ele, Belo Horizonte tem 89 pontos de inundação, é totalmente ocupada e não possui área rural.

Conforme explicou, para resolver esse tipo de problema, é possível fazer obras de contenção – de mitigação de risco – e estabelecer uma política habitacional que retire as pessoas da área, que absorva os riscos instalados. Contudo, o problema é que, em todo o Brasil, há locais sendo ocupados de forma irregular e não há segurança jurídica para a atuação do poder público municipal na fiscalização dessas ocupações. Em sua opinião, as leis municipais são frágeis e só permitem multas (muitas vezes para pessoas que não têm condições de pagar, que têm o nome incluído na dívida ativa, gerando um longo processo judicial antes que algo possa ser feito), fazendo com que o planejamento urbano não seja possível de ser cumprido. Por outro lado, destacou que programas habitacionais em que as pessoas são retiradas de perto do trabalho, do centro da cidade, dos bens e dos acessos de que precisam e levadas para periferias afastadas, sem transporte, escola, posto de saúde e a mínima infraestrutura, não podem ser chamados de planejamento urbano, pois programas habitacionais precisam levar em consideração essas questões. Do mesmo modo, uma pessoa habituada a ter alguma criação animal vai ter dificuldades para se adaptar a um apartamento. Dito isso, pontuou que as recomendações do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Secretaria Nacional de Habitação são de que a política habitacional deve ser planejada levando em conta tanto as áreas de risco, quanto os aspectos sociais envolvidos.

Ao final, ilustrando a complexidade da questão, ressaltou que os gestores estão se questionando sobre o que fazer com o a realidade de Petrópolis, já que toda a cidade está em uma área de risco, com pobres e ricos sendo atingidos. Ressaltou que, muitas vezes, são acusados de higienistas quando propõem a retirada de uma parcela da população pobre do centro das cidades para as periferias, mas que o único objetivo é retirar as pessoas da área de risco. Assim, sublinhou que se trata de um debate sério e reconheceu a importância de ele estar ocorrendo no Senado Federal.

Rafael Pavan dos Passos, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)

Representando a presidente da IAB, Maria Elisa Baptista, o Sr. Rafael dos Passos deu início a sua apresentação lendo a seguinte nota da entidade a respeito da tragédia de Petrópolis:

Toda área é de risco. O que se anuncia, há tempos, já está aí. O território, espoliado, maltratado, exaurido, não suporta o que nele colocamos à força – gentes, coisas – ou retiramos a fórceps – matas, minérios, águas.

Os rios não têm onde alargar sua corrente, como é seu direito nas cheias, o solo não absorve as chuvas que chegam torrenciais, as encostas devastadas não se seguram. Sabendo tudo isso, não mudamos um milímetro o que realmente é a causa: o modo como o capital trata o território.

Aceitar a indecente concentração de renda e de decisões é pactuar com as mortes e a devastação que nos impactam a cada ano.

Se não tomarmos a pulso as reformas urgentes – agrária, urbana, tributária –, se não recuperarmos direitos e investimentos no que importa – saúde, educação, moradia, trabalho –, se não escolhermos governos que se contraponham a esse sistema de exploração, toda ação será inócua.

Nesse verão trágico, o Instituto de Arquitetos do Brasil une-se, mais uma vez, à dor das famílias atingidas na região serrana do Rio de Janeiro.

Solidarizou-se com a população de Petrópolis e de outras cidades atingidas pelas tragédias e lamentou que sejam casos em que, para prevenir novos desastres, será preciso remediar.

Citou que recentemente foram realizadas alterações na Lei de Regularização Fundiária que acabaram por enfraquecer os avanços alcançados na regularização fundiária. Lembrando a apresentação do Sr. Alexandre Lucas Alves, sublinhou que não basta dar às pessoas o título da terra, mas urbanizar a área com qualidade. E além dos aspectos materiais da relação com a casa, com o trabalho, a cidade, há o aspecto imaterial, do tecido social construído a partir das relações comunitárias, de uma família estendida.

Disse haver dúvidas se o atual plano de saneamento, recém aprovado, será capaz de responder a um passivo tão grande, com intervenção de agentes privados, sem um investimento público de alta monta, pois há muito a ser feito – e talvez desfeito – em termos de drenagem urbana. A maioria dos projetos de drenagem das cidades brasileiras nas últimas décadas consistiu em enterrar, canalizar rios, o que fomenta o risco local, porque um rio subterrâneo pode vir a cobrar seu espaço de volta.

Discorreu ainda sobre a Lei das Áreas de Preservação Permanentes (APPs). Segundo ele, é preciso uma fiscalização muito forte para que essa lei não venha a agravar o problema nos municípios, devido à questão dos deslizamentos em algumas regiões. Além disso, a preservação das franjas de rio e das áreas de várzea é fundamental para minimizar o impacto das inundações e até mesmo reduzi-las.

Conforme explicou, de fato não há planejamento urbano em diversas áreas das cidades, mas a ocupação indevida se dá não apenas pelos pobres, já que, muitas vezes, a população rica e de classe média alta não respeita a legislação. Por outro lado, o planejamento urbano existente em várias cidades, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo (alguns com mais de cem anos), abarca apenas algumas áreas, deixando outras de lado. Apenas recentemente passou-se a dar a devida importância para essas áreas. Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, no tempo do Banco Nacional da Habitação (BNH), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no chamado Projeto Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), foram retiradas famílias e comunidades inteiras de áreas centrais.

Salientou que o ponto fundamental da discussão é o acesso à terra urbana, seja o terreno ou o imóvel construído. Ao falar da importância de se conhecer a origem das ocupações urbanas, citou uma fala de Carolina Maria de Jesus, em 1960, no 2º Congresso Estadual de Vereadores de Porto Alegre:

Nós os favelados somos os homens do campo. Devido os fazendeiros nos explorar ilimitadamente deixamos a fazenda e vamos para a cidade. E nas grandes cidades os que vivem melhor são os cultos. Nós os incultos encontramos dificuldades de vida. Mesmo trabalhando na cidade, como assalariado, encontramos dificuldades para viver porque o salário não cobre as despesas. Não há possibilidade de pagar uma residência decente.

Assim, ressaltou que as ocupações decorrem da incapacidade dessas pessoas, histórica e atualmente, poderem comprar terra urbana – uma terra provida de todos os serviços urbanos: transporte, saneamento, educação, saúde. Hoje em dia, mais de 30% dos recursos de muitas pessoas são destinados ao transporte público.

Dessa forma, para prevenir novas tragédias, será preciso modificar os paradigmas sobre os quais está posto o planejamento urbano no País, dado que, ainda hoje, o planejamento urbano é visto como um vetor meramente de desenvolvimento econômico nas cidades. Contudo, o desenvolvimento econômico é apenas um meio para se atingir o desenvolvimento urbano, cuja questão fundamental é garantir a qualidade de vida e a autonomia coletiva e individual das pessoas. E é sobre isso que é necessário trabalhar. Além disso, há a questão climática, que, juntamente com o aumento do desmatamento, contribui para o aumento dessas catástrofes. Assim, a questão ambiental deve estar no centro da agenda do planejamento urbano.

Portanto, é preciso olhar para os planos das cidades – grandes, médias e pequenas – e garantir que eles comecem a pensar na questão de habitação de interesse social nas áreas centrais, aproveitando imóveis va-

zios. Segundo ele, com a retomada pós-pandemia, deve haver uma desocupação ainda maior dessas áreas centrais, com esvaziamento de edifícios corporativos, em função da adoção do modelo híbrido de trabalho. Lembrou que o número de residências e imóveis vazios, no geral, é do tamanho do déficit habitacional brasileiro.

Além disso, o poder público, em todas as suas esferas – estadual, federal e municipal – deve olhar para os seus imóveis não como ativos a serem vendidos, como está sendo feito pelo governo federal (apontou que estão sendo vendidos inclusive imóveis que estavam cadastrados para habitação de interesse social), mas como parte da solução para esse problema. Basta vontade política. Trata-se de uma solução sustentável, uma vez que, do ponto de vista técnico, basta contratar equipes de arquitetura e engenharia para fazer obras, não de construção nova, mas de intervenção no já construído.

Fábio Augusto Gomes Vieira Reis, presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo)

De início, o Sr. Fábio Augusto Reis informou que, além de presidente da Febrageo, é professor da Universidade Estadual Paulista, onde estão trabalhando na questão dos riscos em áreas turísticas. Ressaltou que, a exemplo do acidente ocorrido em Capitólio, têm ocorrido acidentes em outras regiões do País, inclusive com vítimas fatais. Sendo assim, sua apresentação tratou também desse problema, considerando o planejamento mais amplo, para além do planejamento urbano. Em sua opinião, é preciso pensar o planejamento territorial de forma integrada, analisando a relação da cidade com o seu terreno, com a sua paisagem, com as bacias hidrográficas.

Explicou que o conceito de risco geológico é abrangente, mas que geralmente a primeira ideia que surge é que se trata de uma relação entre a suscetibilidade e a probabilidade de ocorrência de um processo (o perigo). Então, inclui questões de análise geológica, tipologia do processo e consequências (o que abarca a dimensão do tecido urbano e das ativida-

des antrópicas, sejam em áreas turísticas fora das cidades, sejam em obras urbanas).

Pontuou que o Brasil já possui políticas públicas e legislações muito claras, como a Lei 12.608/2012, que define como se deve atuar no perigo, na consequência e na vulnerabilidade. A dimensão do perigo envolve o mapeamento e entendimento dos processos geológicos e hidrológicos do País, o que já é estudado há décadas. Nas consequências, é possível atuar nas obras, na recolocação das populações de áreas de alto risco, no treinamento, na educação ambiental, bem como na vulnerabilidade das pessoas que estão nessas áreas de risco. Ademais, a própria política define o que é gestão de risco – prevenção e mitigação – e gerenciamento de risco – quando há o acidente. A gestão inclui o mapeamento geológico (que as principais áreas urbanas do País já possuem – algumas mais de um, como a região serrana do Rio de Janeiro – e que são atualizados constantemente), obras de drenagem e de contenção. O gerenciamento inclui a resposta e a recuperação.

Contudo, há problemas de investimento em todas as etapas. Apontou que, desde a implantação da Lei 12.608/2012, foram estabelecidos diversos instrumentos para atuar nessas várias etapas, mas juntamente com um discurso de Estado mínimo. Nesse cenário, foram fechados serviços geológicos estaduais, que são fundamentais na prevenção, no mapeamento, na mitigação, na resposta e na recuperação. Tem-se trocado a redução de gasto no curto prazo por grandes consequências a longo prazo, como tem sido visto nas áreas urbanas e empreendimentos como barragens de rejeitos.

Relatou que, após o acidente em Capitólio, a Febrageo criou a comissão Gestão de Risco e Avaliação do Patrimônio Geológico em Áreas Turísticas Naturais, junto com a Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental (ABGE), a Sociedade Brasileira de Geologia e a Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro (AGeoBR). O objetivo é elaborar propostas técnicas sobre a gestão de risco geológico e avaliação do patrimônio focadas nas áreas turísticas. Segundo ele, para áreas urbanas, já há previsão legal e o problema é a redução drástica de in-

vestimentos, mas a legislação não é muito clara no caso de áreas turísticas naturais.

De acordo com o convidado, ao tratar de planejamento territorial mais abrangente nas áreas turísticas naturais, verifica-se que há uma interface entre uma legislação para riscos geológicos e hidrológicos nessas áreas e a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc); a Política Nacional do Turismo; e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Desse modo, para que o Brasil esteja na vanguarda de uma política de riscos ampla, isso precisa ser considerado.

Apresentou fotos do mapeamento que está sendo realizado em Capitólio e destacou que os blocos rochosos da região estão presentes em outras áreas turísticas do Brasil, mas que quase nenhuma está preparada para o gerenciamento e a gestão de risco. Pontuou que há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que propõe a proibição da atividade turística nesses locais, o que a Febrageo considera radical. São locais suscetíveis a processos geológicos de movimentos de bloco, tombamento, deslocamento e rolamento.

Destacou que outro problema, que afeta as áreas urbanas, é a erosão. No entanto, do seu ponto de vista, ela também pode ser uma solução. Para ilustrar, citou o caso de uma região denominada Deserto do Alemão, em Santa Rita do Passa Quatro, onde há uma zona de erosão próxima da área urbana que, atualmente, é degradada, para onde o município tem avançado. Segundo ele, a área poderia se tornar, por exemplo, um parque de visitação, com controle regular, para ser utilizado pela população como patrimônio geológico.

Citou ainda outros processos geológicos aos quais o território brasileiro está suscetível: escorregamentos ou deslizamentos (que podem ser localizados ou generalizados, gerando enormes riscos); e corrida de detritos (que podem deslocar desde árvores até grandes blocos rochosos, gerando consequências muito graves em áreas urbanas, como em Cubatão).

Segundo ele, o que separa o Brasil de grandes catástrofes, com dezenas de milhares de mortes, é o volume de chuva. Se ocorrerem eventos plu-

viométricos mais intensos, como já houve no passado (como, por exemplo, em Caraguatatuba, em 1967), possivelmente as consequências serão muito maiores do que as que têm sido vistas.

Destacou que outro ponto a ser melhorado diz respeito à aplicação dos estudos científicos e técnicos pela sociedade. Conforme informou, artigos científicos não estão sendo bem utilizados nas áreas de risco. Como exemplo, citou um artigo que simula uma possível corrida de detritos no Maciço da Tijuca, no Rio de Janeiro, similar ao que tem sido feito em várias localidades.

Além disso, apontou falha na disponibilização de dados pluviométricos, havendo regiões do País sobre as quais praticamente não há esse tipo de informação. De acordo com ele, em quase toda a Serra do Mar brasileira, onde ocorrem os grandes acidentes associados a risco geológico, há deficiência da cobertura de radar. Ademais, relatou que obtiveram dados pluviométricos de todos os órgãos brasileiros que possuem esse tipo de informação e que metade dos dados tiveram que ser descartados, por inconsistência estatística, o que demonstra que há um problema efetivo de gerenciamento desses números, que são fundamentais para os sistemas de alerta meteorológico.

Explicou que, no caso de áreas turísticas, as etapas seriam um pouco diferentes das que ocorrem nas áreas urbanas. Contudo, o mapeamento, o diagnóstico e a avaliação de risco podem ser realizados de maneira parecida. O plano de uso seguro das áreas turísticas tem que estar associado às unidades de conservação e ao plano de manejo. Porém, praticamente todos os planos de manejo no Brasil não consideram a questão do risco geológico, que muitas vezes vai apontar a necessidade de medidas de controle, obras de contenção, sinalização, delimitação de áreas de risco, monitoramento. Em alguns casos de grande movimento turístico, inclusive sistemas de alerta para orientação do turista, educação para visitante, treinamento para gestores e plano de contingência. Mas relatou que muitas prefeituras com importantes áreas turísticas não possuem nem SAMU, nem Defesa Civil.

Por fim, ratificou que apresentou o problema das áreas turísticas por acreditar que, no caso das áreas urbanas, o problema não é técnico, mas de gestão pública e da necessidade de investimento contínuo nesses lo-

cais, sem alterações decorrentes de mudanças de governo. Defendeu que o planejamento territorial deve ser levado para além das áreas urbanas e ser feito de forma abrangente e integrada, inclusive dentro de bacias hidrográficas. Concluindo, disse que as entidades envolvidas na questão estão à disposição para auxiliar tecnicamente o Senado Federal e a Câmara dos Deputados na elaboração de uma nova legislação que inclua essas áreas na proteção na Defesa Civil e no planejamento territorial brasileiro.

Gil Kempers, secretário municipal de Defesa Civil de Petrópolis/RJ

O Sr. Gil Kempers falou que sua experiência na área de Defesa Civil inclui atuação no Corpo de Bombeiros, quando participou da implantação de diversos sistemas, incluindo o sistema de alerta e alarme de sirenes na região serrana. Além disso, por possuir uma formação em física e mais de 15 anos de trabalho como professor de Engenharia, consegue fazer uma análise técnica e ter uma dimensão clara do evento.

Relatou que foram 457mm de chuva em seis horas, sendo que, no horário de pico – entre 16h30 e 18h30 – foram 260mm, um volume que nunca tinha visto antes. Segundo ele, em alguns pontos, foram mais de 140mm em uma hora de chuva. Nenhum solo é capaz de escoar esse volume de chuva, pois a velocidade de percolação de nenhum solo é capaz de absorver essa quantidade de água. Trata-se de um volume de chuva comum no Japão, nos momentos pré-tufão.

Explicou que logo após o início da chuva mais forte (às 16h30) foram acionadas as sirenes (às 16h42), o que permitiu que pessoas se deslocassem para pontos de apoio a tempo de se salvarem. Desse modo, graças a um sistema de defesa civil, unificado através de uma política nacional de defesa civil, o número de vítimas não foi maior.

Conforme seu relato, ao longo de duas horas, foram 164 escorregamentos generalizados espalhados pela cidade e mais de 3 mil escorregamentos pontuais; pedras de até 90 toneladas foram deslocadas por até

quatro quilômetros. Foram mais de 5,7 mil ocorrências e mais de 1,8 mil laudos feitos em menos de um mês, mas, com o esforço coletivo e coordenado de todas as agências envolvidas, foi possível dar início a uma resposta rápida, que evitou outros desastres secundários e permitiu que a cidade conseguisse ter um mínimo de mobilidade urbana para que as demandas existentes pudessem começar a ser atendidas.

No primeiro dia de operação, foram resgatadas dos escombros mais de 30 pessoas com vida, por meio de uma parceria entre a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros. Sublinhou que, em um evento dessa magnitude, as ações se concentram primeiramente no resgate de vítimas. Por meio de um esforço de órgãos como o Departamento de Recursos Minerais (DRM), as defesas civis municipais, a Defesa Civil do Estado e o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), foram montados os polígonos de risco remanescente e evacuadas as áreas de interdição, conduzindo as pessoas a abrigos seguros. Após análise criteriosa, as pessoas puderam retornar a suas casas ou buscar outra moradia – mesmo que provisória, até a execução das obras nas áreas de segurança – por meio do Aluguel Social, um esforço dos governos estadual e municipal.

Falando sobre a formação geológica de Petrópolis, explicou que a cidade possui mais de 60% de seu território localizado em áreas de risco hidrológico ou geológico. Contudo, a retirada de pessoas das áreas de risco vai de encontro a uma questão econômica, pois muitas vezes os conjuntos habitacionais são construídos distantes dos centros econômico-financeiros, fazendo com que haja resistência da população em se mudar. Isso evidencia a importância de um estudo conjunto para um planejamento urbano eficiente.

Argumentou que Petrópolis é uma cidade que necessita de uma série de ações pontuais para que se consiga reduzir desastres, mas que várias delas estão em andamento. Segundo ele, a Defesa Civil local foi historicamente estruturada para ações em condições de risco. Ressaltou a execução de vários trabalhos que visam a mitigar não apenas os riscos de desastres naturais, mas também outras questões transversais, como a fome.

Na data da audiência, ainda estavam sendo realizadas buscas envolvendo quatro famílias e uma série de ações, como o desmonte de blocos em áreas urbanas. Enfatizou que a população de Petrópolis estava ainda muito assustada e com medo de novas chuvas, pois foi um evento muito impactante e que vai entrar para a história da cidade, pelo número de vítimas. Apesar de tudo, foi possível verificar que o sistema de defesa civil, de todas as esferas de governo, foi ágil em sua resposta e, um mês após a tragédia, os serviços essenciais da cidade estavam reestabelecidos.

Ao final, destacou a importância do debate técnico sobre o tema no Senado Federal. Segundo ele, para os profissionais da defesa civil, apesar de haver alguma compreensão quando há ações de desastre, em geral a sociedade não entende a necessidade de uma política de redução de riscos de desastres consolidada em todo o País.

I – Identificação

2ª Mesa, realizada em 21/3/2022

Finalidade: discutir o tema: “Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: panorama atual e desafios num cenário de mudanças climáticas”

II – Participantes

1. **Armin Augusto Braun**, diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
2. **Oswaldo Luiz Leal de Moraes**, diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI);
3. **Clezio Marcos de Nardin**, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);
4. **Coronel Edirlei Viana da Silva**, diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CB-MMG);
5. **Tenente Coronel Sandro Corrêa**, coordenador estadual adjunto de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais;
6. **Johnny Amorim Liberato**, analista técnico em Proteção e Defesa Civil da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

III – Relato da exposição dos convidados

Armin Augusto Braun, diretor do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

O Sr. Armin Braun iniciou sua participação registrando que a defesa civil é assunto de todos, pois é necessário que haja interlocução entre os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário; a sociedade civil; o terceiro setor; o setor privado, que precisa cada vez mais se envolver com o tema; e os demais entes da Federação.

Explicou que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) está consolidado em um ente central nacional, que é a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), e nos entes estaduais e municipais. Nesse sentido, para o convidado, estabelece-se o primeiro desafio: o desdobramento do trabalho nesses três níveis de governo. Explicou que toda a estrutura e todo o trabalho precisam ser feitos para que a atuação nos municípios, onde os desastres acontecem, seja profícua, antecipada, que consiga preservar a vida das pessoas frente a riscos e desastres. Destacou, assim, que o importante trabalho a ser desenvolvido é, principalmente, o de fortalecimento dos órgãos municipais de defesa civil.

Pontuou que uma das questões a ser trabalhada é a estrutura dessas defesas civis, tendo em vista a rotatividade das pessoas que atuam nos municípios. Explicou que, usualmente, quando se inicia uma nova gestão no município, troca-se praticamente toda a equipe, tornando necessário recomeçar todo o trabalho. Para fazer frente a isso, uma das iniciativas desenvolvidas foram capacitações junto à Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Relatou que foi desenvolvido um portfólio de capacitações de defesa civil simples e acessíveis, focadas nos principais problemas identificados, para que um novo coordenador ou agente municipal consiga se capacitar com maior celeridade.

O banco de boas práticas foi outra iniciativa destacada pelo convidado. Contextualizou que, com a quantidade de defesas civis municipais bem estruturadas e de estados apresentando bons exemplos, foi desenvolvido um banco de boas práticas que permite aos municípios que estão começando sua atuação em defesa civil, buscar as melhores experiências – sejam elas de prevenção, de mitigação, de preparação – para que possam responder apropriadamente aos desastres ocorridos. Segundo o Sr. Armin

Braun, o banco de boas práticas está disponível, compartilha informações, projetos e cria, dessa forma, uma sinergia entre os municípios, fazendo com que os eles desenvolvam ações continuadas de proteção e defesa civil.

A regulamentação da legislação foi outro ponto ressaltado pelo convidado. Contou que houve atuação proativa para modernizar e regulamentar temas referentes à proteção e à defesa civil e frisou a estruturação do Sinpdec nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Sobre o Sinpdec, explicou que envolve todos os órgãos de defesa civil no nível federal, compreendendo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Afirmou que o governo federal tem capacidade de antecipação de alguns desastres, por meio de uma série de agências que produzem informação sobre chuva, inundação, estiagem, escorregamento de terra, e relacionada a eventos tecnológicos. Registrou que o trabalho organizado pelo Cemaden, Inpe, Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Agência Nacional de Águas (ANA), e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) é um instrumento apto para antecipar desastres. Esclareceu que se reúnem com essas agências sempre que há a identificação de algum tempo severo ou de algo que possa causar desastre e, a partir daí, entram em modo de coordenação com os órgãos do governo federal e estaduais e comunicam antecipadamente esses alertas.

Avaliou que a resposta a desastres tem sido eficaz e que os órgãos do governo federal têm atuado de maneira coordenada, evitando sobreposição de ações e vazios de atuação. Segundo o Sr. Armin Braun, essa coordenação é cada vez mais aprimorada no âmbito da atuação do Sinpdec, fazendo com que as informações cheguem com celeridade às populações e possibilitando um gerenciamento coordenado quando da ocorrência de um desastre.

Os mecanismos de envio de alertas à população também foram destacados pelo convidado. Esses alertas são produzidos pelo Cemaden e pelo Inpe, com informações que chegam à população por meio de SMS – é enviada uma mensagem de texto ao cidadão que encaminhou seu CEP para o número

40199. A partir daí, ele passa a receber informações de alerta que são veiculadas pela Defesa Civil do estado e do município. Ademais, informou que são veiculadas informações nas TVs por assinatura; há um projeto para expandir o SMS não só para os telefones cadastrados, através de uma tecnologia chamada *Cell Broadcast*, que envia esses alertas para todos os telefones que estiverem na mesma área; e o uso das redes sociais. Nesse contexto, registrou que o Cenad tem cada vez mais se aproximado dessas iniciativas, seja através do Twitter; do portal em que divulga informações sobre alertas e informações sobre desastres; do WhatsApp – que será utilizado, em breve, para essas iniciativas; e do Telegram. O convidado considerou importantes todas as ferramentas de difusão de comunicação e anunciou que essas empresas serão procuradas, com o objetivo de antecipar informações à população.

Ao responder questionamento sobre se o Sinpdec está preparado para os desafios das enchentes recorrentes, afirmou que sim. Explicou que o Sistema conta com a Sedec, que é a “espinha dorsal”; o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad); e defesas civis estaduais e municipais bem estruturadas. Ponderou, todavia, que alguns municípios precisam preparar melhor sua defesa civil e indicou que há um projeto de produção de diagnóstico – Projeto Elos, em parceria com o Cemaden – para identificar quais são os gargalos e as necessidades de aprimoramento das defesas civis municipais. Chamou atenção para a importância da coordenação e da articulação nesse setor, pois as medidas precisam ser tomadas com antecipação, com prevenção, ou de maneira imediata, quando há a ocorrência de um desastre. Citou, assim, duas leis que respaldam o Sistema: a Política Nacional de Defesa Civil (Lei 12.608/2012) e a Lei 12.340/2010, que dispõe sobre transferência de recursos.

Sobre a questão da existência de recursos para desastres, uma das perguntas formuladas aos convidados, lembrou que, quando acontecem desastres, há a possibilidade de o Executivo editar medidas provisórias aportando recursos do orçamento. Discorreu sobre a impossibilidade de se estimar a ocorrência de desastres ao longo de um exercício e que, por isso, existe o recurso célere das medidas provisórias que são aplicadas para

estados e municípios, por meio de ações orçamentárias específicas para resposta a desastre, vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), especificamente à Sedec. Asseverou que quando há um desastre de grande repercussão, existe a possibilidade de aprovarem esses recursos de imediato. Envia equipes ao local e conseguem com que o município confeccione um plano de trabalho de resposta para ações de socorro e assistência, como comprar cestas básicas e colchões, e organizar abrigos.

Ao ser questionado se o Sinpdec se equipara a sistemas do primeiro mundo, afirmou que conhece muitos órgãos e sistemas de defesa civil de vários países e que já teve oportunidade de participar de fóruns do Mercosul e das Nações Unidas. Relatou que há contato constante com organizações de proteção e defesa civil de outros países, principalmente para compartilhar informações e aprimorar a capacidade de prevenção do Brasil. Dessa forma, assegurou que o Brasil tem um dos melhores sistemas de proteção e defesa civil no mundo, bem estruturado, com ampla capacidade de coordenação, o que torna possível apoiar outros países em casos de desastres no exterior.

Citou programa do qual o Cenad e Inpe participam, o Carta Internacional para Grandes Desastres (*International Charter Space and Major Disasters*) e explicou que, a partir dele, é possível mobilizar satélites de diferentes países para monitorar áreas afetadas por desastres. O programa foi utilizado em Petrópolis e no sul da Bahia, além de ter sido empregado, pelo Brasil, para auxiliar outros países. Segundo o Sr. Armin Braun, a Defesa Civil no Brasil, junto com o Inpe, são referências internacionais.

Afirmou que o modelo de alertas e o desenvolvimento de alertas, junto com o Cemaden, o Inpe e o Inmet, são destaques no Brasil, assim como as ações de resposta a desastres. Reiterou que o País colabora com outros países, reafirmando a ajuda a Moçambique, para onde Brasil enviou equipes do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMMG), em uma articulação conjunta com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Citou também atuações no Líbano e no Haiti, onde ele coordenou a missão brasileira de apoio, com a presença do CBMMG, da Força Nacional de Segurança Pública, e bombeiros do Distrito Federal, em uma

operação de três semanas em locais onde outros países não conseguiram chegar. Segundo o convidado, o Brasil realizou assistência em busca e salvamento, apoio médico, potabilização de água, recomposição de estruturas afetadas, estabilização de estruturas e demolição de estruturas de risco.

Em prosseguimento à audiência, o Sr. Armin Braun foi solicitado a atualizar a Comissão sobre a situação de Petrópolis, as providências que vêm sendo tomadas pela Defesa Civil para atender às demandas da população prejudicada pelas recentes chuvas que voltaram a cair sobre a cidade. Avaliou que Petrópolis foi afetada por um grande desastre e, ainda sob a condição de encostas desestabilizadas, de danos à infraestrutura, da estrutura hidrológica da região afetada e assoreada pelo movimento de terra ocorrido, houve nova ocorrência. Relatou que houve alguns escorregamentos de terras e inundações importantes e que de imediato foi deslocada para a área equipe do Grupo de Apoio a Desastres, um grupo de especialistas em gestão de desastres, liderado pelo Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, coronel Alexandre Lucas.

Por fim, informou que coronel Alexandre Lucas coordena as ações junto com outros órgãos do governo federal em Petrópolis; que as Forças Armadas estão atuando na região; que o Ministério da Saúde também está de sobreaviso, com equipe se deslocando para atuar em campo, além dos Ministérios da Cidadania, Mulher, Família e Direitos.

Oswaldo Luiz Leal de Moraes, diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI)

O Sr. Oswaldo Moraes avaliou que os recentes desastres ocorridos na Bahia, em dezembro de 2021; em Minas Gerais, no início de 2022; em São Paulo, no final de janeiro e início de fevereiro de 2022; e, mais recentemente, em Petrópolis, colocam a questão na agenda central de todos os envolvidos, não apenas na dos cidadãos, mas também na dos tomadores

de decisão, e mostram a importância do aprendizado com esses desastres, para que se fortaleça o sistema de defesa.

Passou a discorrer sobre o Cemaden, unidade de pesquisa vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que busca apurar de que maneira a ciência e a tecnologia podem ser úteis para as ações de redução de risco de desastres e, principalmente, quanto aos seus impactos. Mencionou pergunta sobre quais são os desafios enfrentados pelo Cemaden para reduzir os efeitos desses eventos e afirmou que buscaria, ao longo de sua explanação, mostrar quais são os desafios na previsão de desastres.

Esclareceu que risco de desastre é uma combinação de diferentes elementos que contribuem para que ele aconteça. Explicou que o que contribui para que um evento extremo se transforme em desastre não é somente sua ocorrência (ameaça). Exemplificou afirmando que pode haver um evento intenso de precipitação em um local não habitado, o que não significa que ele se transformará em um desastre.

Os outros elementos que contribuem para que o evento extremo se transforme em desastre – referindo-se também aos recentes desastres que aconteceram no Brasil – são principalmente: a vulnerabilidade e a exposição das pessoas que estão vivendo em áreas propensas a que o desastre aconteça. Acrescentou que a capacidade de proteção também contribui, ou seja, quanto maior essa capacidade, menor é o risco de desastre, assim como quanto maiores as ações de preparação e de mitigação, menor esse risco.

O Cemaden é o órgão do MCTI que tem a missão de fazer a emissão do alerta. Nesse sentido, esclareceu que apenas o alerta não representa o sistema de alerta, que é uma combinação de outros elementos como: de que forma a população conhece o risco e como ela o percebe? Qual é a comunicação que se dá entre os órgãos de governo, os órgãos de decisão, as defesas civis e a população? (nesse ponto, ressaltou que a comunicação é um fator extremamente importante para um sistema de alerta); a preparação e a capacidade de resposta.

Desse modo, o MCTI e o Cemaden consideram importantes duas questões: a possibilidade de o evento extremo acontecer e a vulnerabilidade da

população das áreas de risco. Demonstrou – por meio de exibição de gráfico – como a ameaça da natureza se apresenta e como está relacionada com um dos temas da audiência, que é a questão das mudanças climáticas. Explicou que os dados apresentados foram elaborados a partir de precipitações na Região Metropolitana de São Paulo, desde o ano de 1931, até os dias atuais.

Chamou atenção para o registro de chuvas acima de 110mm/dia e demonstrou que em 1960/1970 não havia registro de chuvas com essa intensidade na Região Metropolitana de São Paulo, sendo que atualmente não é incomum que elas aconteçam. Nesse cenário, constatou que a ameaça da natureza, que é o número de eventos extremos recebidos diariamente ou anualmente, está crescendo, ou seja, a ameaça da natureza, provavelmente por conta das mudanças climáticas, está se acentuando.

Passou a discorrer sobre o que denominou ameaça social. Buscou demonstrar, que, da mesma maneira que os eventos extremos de precipitação estão aumentando, a população urbana no País, nas últimas décadas, cresceu exponencialmente. Hoje mais de 80% da população do Brasil mora em cidades e, dessa população, há mais de 10 milhões de pessoas vivendo em áreas de risco. Alertou, assim, que a combinação da ameaça da natureza com a ameaça social é que se transforma em um desastre.

Expôs o número de domicílios em áreas que estão expostas ao risco, nos principais municípios brasileiros. Com referência no censo de 2010, registrou que havia mais de 400 mil moradias em áreas de risco na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, a construção de um cenário de desastre: ocorrência de evento extremo associado com áreas de risco e a população exposta. Nesse contexto, lembrou que em 2011, após o desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, o governo federal tomou a decisão de criar um centro de monitoramento que pudesse detectar ameaça da natureza e combinar com informações de ameaça social, para emitir o alerta.

Esclareceu, contudo, que o Cemaden não é uma instituição de meteorologia e que, no Brasil, há a falsa percepção de que um aviso meteorológico é o mesmo que um alerta de desastre. O aviso meteorológico é apenas um aviso de ameaça da natureza; o alerta de desastre é uma

combinação do aviso de ameaça da natureza com as informações que são disponibilizadas ou obtidas pelo Cemaden, sobre a vulnerabilidade e as pessoas expostas ao risco. Relatou que o Cemaden monitora diariamente mais de mil municípios, aproximadamente 50% da população brasileira e, até os dias atuais, mais de 15 mil alertas já foram emitidos.

Afirmou que o Brasil é o único país do mundo que possui um sistema de monitoramento e alerta como o do Cemaden, com equipe multidisciplinar e que faz mapeamento de área de risco por meio de parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME); com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para informação dos alertas da população de áreas de risco; com o Inpe; com o INMET; com a ANA; e com o Centro de Monitoramento da Aeronáutica. Acrescentou que o Cemaden não é o único órgão responsável pelo Plano Nacional de Gestão de Riscos e esclareceu que, para que se chegue à emissão de um alerta, existem as instituições que coletam dados, as que fazem a previsão de tempo, e as universidades que realizam pesquisas. Essas informações são recebidas pelo Cemaden que centraliza, analisa e disponibiliza os alertas para o Cenad/MDR que, por sua vez, se articula com as defesas civis estaduais e municipais.

Para exemplificar o êxito dessa articulação, o Sr. Osvaldo Moraes citou os desastres ocorridos em Minas Gerais e no Espírito Santo, em janeiro de 2021. Relatou que choveu, em janeiro de 2021, muito mais do que em janeiro de 2011, sendo que o número de pessoas afetadas foi 20 vezes menor, fato que atribuiu à organização de uma sala de crise – com a participação do Cemaden, do Cenad, do Inpe, do Inmet e das defesas civis estaduais e municipais – que tornou possível uma atuação articulada.

Reconheceu a atipicidade do evento ocorrido em Petrópolis e frisou que em poucas horas choveu 260mm, o que, para ele, causaria um desastre em qualquer lugar do mundo. Ademais, a chuva intensa se somou a uma área de alta vulnerabilidade social. Destacou, ainda, que o sistema meteorológico ocorrido na ocasião (15 de fevereiro de 2022) não possibilitaria previsão, com antecedência suficiente, em qualquer país do mundo. Diferentemente da precipitação ocorrida na cidade, em 20 de março de

2022, quando houve um sistema meteorológico distinto que tornou possível a previsão com horas de antecedência.

Clezio Marcos de Nardin, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

De início, o Sr. Clezio de Nardin elucidou que a missão do Inpe é contribuir para o desenvolvimento nacional e aumentar a autonomia do País na questão espacial – acesso, observação, pesquisas e desenvolvimento de artefatos e de plataformas – e os estudos das ciências da Terra observados a partir do espaço, os quais contribuem com a previsão numérica do tempo. Pontuou que o Instituto faz a previsão oficial numérica do tempo não somente para o Brasil, mas, gratuitamente, para a Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador e Colômbia.

Afirmou que os problemas atuais com previsões numéricas do tempo, de curto prazo, são essencialmente problemas de valor inicial. Explicou, assim, que os dados que alimentam o modelo são tão ou mais importantes do que o próprio modelo meteorológico em si. Desse modo, considerou que os insumos advindos do espaço, os satélites meteorológicos com cobertura latino-americana e de parte da América do Norte são de fundamental importância para a acurácia dos modelos atuais. Por essa razão, o Inpe, historicamente, é a instituição nacional encarregada da previsão numérica do tempo, realizando um trabalho conjunto com o Cemaden, o Cenad e a Defesa Civil.

Reiterou, em concordância com o Sr. Osvaldo Moraes, que o evento ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2002 em Petrópolis foi localizado, muito denso e de difícil previsão. Avaliou que talvez pudesse ter sido previsto se houvesse, no Brasil, um sistema de *nowcasting* – sistema de previsão que vai de duas até seis horas de previsão para o futuro, ou seja, uma previsão imediata do tempo. Nesse sentido, informou que o Inpe, junto com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), do

Ministério da Defesa, e com o Inmet, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), estão trabalhando em conjunto para desenvolver esse sistema para o País.

Relatou que as chuvas ocorridas em Petrópolis em 20 de março de 2022 foram previstas pelo Inpe, no dia 16 de março, pois tratava-se de um sistema de baixa pressão, bastante amplo, fácil de ser previsto. Assim, o Inpe, o Cemaden e o Cenad agiram a tempo para que não houvesse mais danos além daqueles tragicamente causados pela tempestade do dia 15 de fevereiro de 2022 que, segundo ele, não foi prevista devido a sua natureza.

Outro ponto tratado foi o programa *Disasters Charter* mencionado anteriormente pelo representante do Cenad. Segundo o Sr. Clezio de Nardin, o Inpe, por ser uma instituição que produz insumos espaciais, faz imagens do território brasileiro que são úteis para o monitoramento dos biomas e para a análise de impactos já ocorridos. Explicou que, por meio do programa *Disasters Charter* (Carta para Desastres), foi formado um *pull* de agências, no qual o Inpe está inserido. Ao ocorrer um desastre natural, o Inpe é acionado e mobiliza as agências espaciais do mundo que operam satélites na região impactada. Assim, as imagens e informações satelitais disponíveis são cedidas para o país afetado, para que possa agir da melhor forma, no menor tempo possível. No Brasil, esse trabalho é realizado em cooperação com o Inpe, o Cenad e o Cemaden, na questão dos desastres naturais. Citou que já foram assistidos, a exemplo, a Argentina e, na ocasião de terremotos ocorridos, o Chile e o Peru.

Abordou avanços realizados pelo Inpe que poderão colaborar na mitigação de futuros eventos. O primeiro é um novo modelo numérico para previsão do tempo que está sendo desenvolvido, segundo ele, nos moldes dos centros meteorológicos da Europa e dos Estados Unidos. Explicou que o modelo possui uma escala que vai do *nowcasting* (previsão imediata), à previsão do tempo (de três a dez dias, que poderá beneficiar não só o trabalho com os desastres, mas também a agricultura), incluindo a previ-

são subsazonal, que é a análise de previsão de mês, ano a ano e climática. Ademais, o modelo terá uma grade adaptativa para previsão do tempo que, de acordo com o propósito, poderá ser de alta resolução ou convencional. Acrescentou que se trata de um modelo comunitário para toda a América Latina e que está baseado em um grupo científico que envolve 30 pessoas de 15 instituições de diversos estados brasileiros. Revelou que a entrega da primeira versão está prevista para dentro de três anos.

O outro ponto destacado foi sobre o novo supercomputador de previsão. Contou que quando assumiu a direção do Inpe, há pouco mais de um ano, já havia sido decretado o “final de vida” do computador Tupã. Nesse contexto, buscou colocar um novo equipamento à disposição da previsão do tempo, para garantir a continuidade à previsão do tempo para todo o território nacional. Anunciou que o Egeon, o novo supercomputador substituto do Tupã, já está operando e agradeceu o Senado pela liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), permitindo que o Inpe recebesse os recursos para a compra do equipamento.

Respondendo a perguntas, esclareceu que existem verbas para a pesquisa disponibilizadas por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou do FNDCT, quando se trata de renovação do parque de instrumentação, que permite a pesquisa e a utilização para atendimento das necessidades do País e o desenvolvimento de satélites, como, por exemplo, para monitoramento hídrico.

Sobre se o sistema brasileiro se equipara a sistemas de primeiro mundo, considerou que não se pode compará-los diretamente. A exemplo, disse que há 122 escritórios da *National Oceanic Atmospheric Administration (NOAA)* espalhados pelos Estados Unidos e, no caso brasileiro, há alguns escritórios do Inmet presentes no País. Avaliou, assim, que não se pode equiparar de igual para igual, mas que o Brasil possui ferramentas equivalentes.

Destacou, concluindo, que os recursos humanos para pesquisa e para o desenvolvimento têm sido um problema recorrente e ressaltou que esse talvez seja a principal dificuldade na questão do atendimento ao cidadão.

Coronel Edirlei Viana da Silva, diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais (CBMMG)

O coronel Edirlei da Silva reiterou a importância de trabalhos humanitários realizados além das fronteiras do País, como em Moçambique, quando da ocorrência de dois ciclones, e no Haiti, em virtude de um terremoto. Nesse contexto, registrou que o CBMMG fomenta a busca por um ciclo completo de proteção e defesa civil, uma percepção que, segundo ele, não é mais apenas do CBMMG, pois está disseminada por todos os estados da Federação.

Citou que um dos objetivos estratégicos do CBMMG, constante no plano de comando, é estimular ações preventivas e proporcionar respostas eficientes a desastres. Com base nisso, falou sobre a existência de programas-suporte como o Cidades Resilientes e ressaltou que desenvolve projetos de capacitação, proteção e defesa civil, tendo como público-alvo os militares da corporação e, principalmente, as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMPDECs), além dos órgãos governamentais, comunidades e demais integrantes do Sinpdec.

Essas capacitações abrangem a área de gestão do risco de desastre e a área de gestão de desastre, com o propósito de que todos os atores integrantes do sistema recebam treinamento quanto às formas de prevenir novos riscos de desastres; de mitigar os riscos existentes; de se preparar para as ações de resposta, caso ocorra um desastre; e de realizar ações de resposta e recuperação mais eficientes, no caso de ocorrência de um desastre.

Registrou que há diversas ações desenvolvidas com foco nos municípios e avaliou que, atualmente, o CBMMG não tem capilaridade completa, mas que está presente em 81 dos 853 municípios do Estado. Nesse cenário, reiterou que o caminho encontrado é o de fomentar a capacitação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil nas ações e execução do ciclo completo de defesa civil.

Tenente Coronel Sandro Corrêa, coordenador estadual adjunto de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais

O tenente coronel Sandro Corrêa ressaltou o trabalho de órgãos que desenvolvem o sistema de informações e alertas e prestam suporte de defesa civil no Brasil como o Cemaden, o Serviço Geológico do Brasil/Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Inpe. Em seguida, traçou um parâmetro sobre o desastre ocorrido em Minas Gerais em dezembro de 2021 e janeiro/fevereiro de 2022, para demonstrar a magnitude do problema ocorrido e que ainda estava sendo enfrentado.

Ocorreram 30 óbitos de dezembro de 2021 até a data da audiência; eram 9.538 desabrigados e 60.593 desalojados, perfazendo, afetados diretamente, em torno de setenta mil pessoas. Naquele momento, eram 449 municípios em situação de emergência decretada, em um estado com 583.528km² e com 21,5 milhões de pessoas. Foram 1,2 mil atendimentos, com distribuição de ajuda humanitária em torno de 800 toneladas e 80 mil itens entregues.

Destacou o apoio do governo federal com R\$14,874 milhões em ações de resposta e R\$16.176.401,00 em ações de reconstrução. O tenente coronel Sandro Corrêa reconheceu o apoio da Sedec com relação a recursos para os municípios e informou que, para Minas Gerais, foram repassados R\$10 milhões para ações humanitárias.

Com relação às ações de prevenção em Minas Gerais, relatou que em 2021 foi desenvolvido um projeto de distribuição de *kits* compostos por uma viatura 4x4 a diesel, *notebook*, trena digital e coletes de defesa civil para 479 municípios dos 853 municípios do estado. O tenente coronel Sandro Corrêa avaliou que essa iniciativa preservou vidas, relembrou os 30 óbitos ocorridos e considerou que se não fosse essa ação bem articulada, haveria números mais expressivos. Nesse contexto, reproduziu testemunhos de prefeitos: “Recebi a viatura num dia e no outro dia eu estava salvando pessoas”. Revelou que o objetivo é equipar, com os *kits*, os municípios que ainda não foram contemplados. Frisou que, para tanto, é preciso obter re-

cursos, seja pelo próprio estado ou por emenda parlamentar, para que o projeto seja finalizado e ainda para garantir a capacitação daqueles que não estão treinados e habilitados para fazer o serviço de defesa civil.

Falou sobre o sistema de envio de alerta por SMS pelo qual o cidadão é informado sobre o que pode acontecer na localidade em que mora ou na que irá visitar. Além dessa ferramenta de aviso, utilizam também o Facebook, o Instagram e outras redes sociais.

Concordou com palestrantes anteriores que o gargalo está nos municípios. Esclareceu que a Lei 12.608/2012, que trata das responsabilidades com relação à Defesa Civil, atribui a responsabilidade primária aos municípios, sendo que muitos deles não estão preparados para atuar nessa área. Chamou atenção para as consequências da rotatividade de profissionais, reiterando que quando há mudança no Executivo, pessoas que estavam capacitadas e treinadas para as atividades são retiradas e realocadas.

Relatou que estão instaladas 766 COMPDECs no âmbito de 853 municípios, sendo que, com efetividade de trabalho, há em torno de 60% delas. Busca-se trabalhar essa capilaridade dentro do estado, de modo que os municípios tenham pessoas capacitadas e treinadas para a atuação em defesa civil. Nos municípios em que há os grupos de trabalho, WhatsApp e outras plataformas, é possível mandar alertas e recomendações que, na maioria das vezes são seguidas, devido à confiança alcançada.

Citou que no auge do desastre em Petrópolis houve dois óbitos por soterramento e, no dia seguinte, outros três. Contou que enviou, então, mensagem para todas as COMPDECs, para que vistoriassem todas as edificações próximas a barrancos e para que retirassem as pessoas de imediato, caso verificassem o risco iminente, levando-as para um local seguro, seja a casa de parentes, seja um abrigo disponibilizado pela prefeitura. Contou que a partir dessa mensagem não houve mais soterramento de pessoas, nos outros dias que se sucederam.

Ressaltou que é preciso ficar alerta 24 horas nessas situações de desastre, vislumbrando cenários que estão sendo desenhados, seja pela questão climática ou pelo histórico crescimento desordenado das ocupa-

ções nas grandes cidades e das populações ribeirinhas, que podem ser surpreendidas por uma elevação abrupta dos níveis dos rios.

Finalizando, reafirmou o intuito de fortalecer os municípios e ponderou que, por ter sido decretada situação de emergência em mais de 50% dos municípios de Minas Gerais, existe, atualmente, interesse da população e dos prefeitos em participar da defesa civil. Segundo o tenente coronel Sandro Corrêa, há muitos prefeitos solicitando o *kit* – a viatura e os demais materiais –, treinamento, capacitação, buscando estruturar suas defesas civis municipais. Avaliou, dessa forma, que o caminho é este: estruturar quem está mais próximo do problema e o estado atuar em apoio.

Johnny Amorim Liberato, analista técnico em Proteção e Defesa Civil da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O Sr. Johnny Liberato registrou que o número de vítimas fatais e vítimas direta e indiretamente afetadas, no âmbito do município, vem aumentando a cada ano. Avaliou que a legislação do Sinpdec e a questão de solicitação do monitoramento de gestão de riscos têm avançado, mas quanto ao atendimento direto aos prefeitos e aos coordenadores municipais há relevante dificuldade em solicitar ao governo federal e aos governos estaduais apoio após o desastre. Relatou que, por isso, muitos prefeitos desistem de requerer esse suporte. Nesse contexto, solicitou aos parlamentares que auxiliem, junto ao governo federal e aos estados, os municípios que pedem socorro no pós-desastre.

Detalhou que, na hora do resgate, da busca e salvamento das vítimas, os municípios contam com a ajuda imediata de todo o sistema: do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar, dos órgãos de segurança pública e dos outros órgãos de gestão de riscos e prevenção de desastres. Explicitou que os municípios têm embaraços com a legislação do Sinpdec, principalmente na solicitação de recursos pós-desastre, na reabilitação e na reconstrução do cenário afetado. Dessa forma, afirmou ser grande o gargalo entre a prevenção de desastre e o pós-desastre. Considerou, ainda, que a promoção de recursos para prevenção de desastres no Brasil ainda é irrisória.

Lembrou que muitos municípios passam tempos buscando se refazer de desastres que sofreram. Mencionou os municípios de Brumadinho e Mariana que, até os dias atuais, tentam se reerguer, sendo que a população que foi afetada, segundo ele, ainda não foi devidamente assistida. Disse que muitas pessoas ainda não têm residência própria e, no mesmo sentido, citou a situação de Petrópolis que, para ele, pode levar anos para se recuperar.

Passou a abordar a abrangência social do tema. Reconheceu o avanço do monitoramento na questão da tecnologia e na capacitação das pessoas, mas alertou que a população ainda precisa da assistência da União e dos estados, inclusive quanto à mudança cultural. Explicou que a população diretamente afetada, que está na área realmente vulnerável, talvez não tenha a noção do perigo em que se encontra, até pelo fato de passar vários anos na mesma situação, sem que tenha sido diretamente afetada de uma forma mais grave, como um deslizamento de terra ou uma inundação. Acrescentou, à questão, o fato de essa população não ter outro lugar para morar.

Relatou que quando um município inicia a criação de sua defesa civil, tem dificuldade até mesmo de saber qual órgão deve ser acionado. Começa demandando a defesa civil estadual, mas não sabe dar continuidade ao propósito pois, a exemplo, desconhece quais são os órgãos que podem auxiliar na manutenção da defesa civil municipal ou como ela funciona. Segundo o Sr. Johnny Liberato, os municípios de pequeno e médio porte são os que mais necessitam desses recursos e orientações. Alertou, também, sobre a rotatividade no setor e reforçou que não há como manter uma defesa civil municipal se, a cada nova gestão na prefeitura, forma-se uma nova equipe.

Outro ponto destacado foi a dificuldade de manutenção da defesa civil. Avaliou que a legislação permite a criação rápida de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, mas a dificuldade está em mantê-las. Disse que prefeitos, por vezes, têm outras prioridades, como educação e saúde e que por não suportarem, com alguma frequência, a folha de pagamento dessas áreas, a defesa civil termina por ficar em segundo plano. O Sr. Johnny Liberato considerou ser necessário o devido apoio dos estados e do governo federal aos municípios, para que possam ter condições de manter a defesa civil local.

Abordou a questão dos programas federais em outras regiões do País. Frisou que a Defesa Civil é um órgão de gestão e articulação de monitoramento de desastres, que atua 24 horas por dia e não apenas na questão dos desastres relacionados ao excesso de chuva, mas também aos relacionados à seca. Chamou atenção para a Região Nordeste, onde os municípios padecem o ano todo com desastres relacionados à seca, que traz tormentos principalmente à população do Sertão Nordestino. Afirmou que programas federais ainda são insuficientes quanto à gestão do convívio com a seca e exemplificou com a dificuldade de dessalinização da água para consumo humano. Solicitou, em nome da CNM, apoio do governo federal e dos demais entes da Federação, no sentido de aproximarem-se dos municípios e registrou que a Confederação pode servir de elo para esse intuito. Lamentou o abismo entre os municípios, os estados e o governo federal, principalmente nas ações que requerem recursos financeiros, técnicos e materiais para as operações de gestão de riscos e prevenção de desastres. Nesse sentido, observou que os municípios têm dificuldades de identificar quais são os órgãos que devem acionar quando estão com problemas também de inundação, de asfaltamento, quando algumas obras são avariadas e quando residências são danificadas ou totalmente destruídas por uma inundação.

Segundo ele, apesar de o governo federal e os estados estarem se comunicando com o município, ainda falta sensibilidade para, por exemplo, promoverem ações junto a populações em áreas de risco. Acrescentou que falta, ainda, promoção de informação pela mídia (TV e jornais) para orientar a população e as prefeituras.

Solicitou, em nome da CNM, que se procure melhorar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil com relação à gestão de riscos, prevenção de desastres e ao monitoramento das COMPDECs. Frisou a importância de apoio do governo federal e dos estados para o fortalecimento do Sinpdec e reforçou a necessidade de melhoria na política de captação de recursos para ações de pós-desastres. Destacou a relevância do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) ao explicar que quando o município é afetado por um desastre, dependendo da dimen-

são, são necessários elevados recursos financeiros, dos quais muitos municípios pequenos e médios não têm condições de dispor. Em conclusão, falou sobre o mapeamento de áreas de risco e contou que há municípios aos quais as defesas civis disponibilizam recursos, como um veículo para o mapeamento das áreas de risco, mas que o município não tem condições de fazer a devida manutenção ou abastecer esse veículo.

Ciclo de Debates sobre Turismo (28/3/2022)

I – Identificação

1ª Mesa, realizada em 28/3/2022

Finalidade: discutir o tema: “Turismo Cultural: a música como vetor de ampliação da atividade turística”

II – Participantes

1. **Bárbara Blaudt Rangel**, coordenadora de Destinos Inteligentes e Criativos, do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Bernardo Duarte**, diretor do Centro da Música, da Fundação Nacional de Artes (Funarte);
3. **Sigrid Ramos Cetraro**, diretora do Teatro Amazonas, representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas;
4. **Luiz Martins**, diretor-geral da Orquestra Filarmônica de Alagoas.

III – Relato da exposição dos convidados

Bárbara Blaudt Rangel, coordenadora de Destinos Inteligentes e Criativos do Ministério do Turismo (MTur)

A Sra. Bárbara Blaudt Rangel disse que o Ministério do Turismo tem contribuído tanto para consolidar destinos turísticos, quanto para ofertar novos produtos turísticos, como turismo cultural, religioso, de negócios e eventos ou de sol e praia.

Afirmou que o MTur vem trabalhando com a Secretaria Especial de Cultura no desenvolvimento do turismo criativo, por meio de incentivo aos

profissionais que trabalham a economia criativa, que pode estar relacionada à literatura, ao cinema, ao artesanato, à gastronomia ou à música. O produto ofertado é a experiência em si. Citou os festivais de música *Lollapalooza* e *Rock in Rio* como exemplos de eventos que atraem público e comentou que o *Rock in Rio* se firmou e tem tido edições em Lisboa, com essa mesma denominação.

Disse que as cidades de Recife e Salvador estão inseridas na Rede de Cidades Criativas da Unesco (*Unesco Creative Cities Network*) como localidades criativas relacionadas à música. Recife se consolidou em 2021 não só com o frevo, mas com ritmos que vão do baião ao rock. Diamantina, em Minas Gerais, tem se preparado para se candidatar a essa rede mundial com eventos ligados à música clássica, como as vesperatas, que atraem multidões de turistas.

Sobre que estilos musicais mais agradariam aos turistas, comentou que o estrangeiro prefere aquilo com que não é familiarizado, que considera mais exótico, mas, em sua opinião, há público para todos os tipos de gênero musical.

Mencionou, mas não quis dar maiores detalhes para não se adiantar ao lançamento da iniciativa, que o MTur anunciará em 2022 o programa Rede Brasileira de Cidades Criativas, que tem como objetivo abarcar todas as cidades que trabalham a economia criativa e, consequentemente, o desenvolvimento do turismo. O projeto tem apoio do terceiro setor e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que já se colocou à disposição para fazer um *crowdfunding* para profissionais criativos. Disse que esses profissionais receberão investimento em capacitação e qualificação, e que a Rede vai trazer competitividade, aumentar a atividade turística, gerar emprego e renda e ampliar a oferta de produtos turísticos.

Lembrou que o turista consome música, cultura, negócios e eventos, sol e praia, passeios religiosos, de natureza e cicloturismo. Acrescentou que a música é uma forma de ampliação dos produtos turísticos e que tem grande importância para o setor, pois tanto o turista se desloca para conhecer

destinos, levado por eventos musicais, quanto há músicas que falam de destinos e despertam no viajante a vontade de conhecê-los.

Em resposta a um internauta, disse que há investimentos sendo feitos, mas, num país continental como o Brasil, sempre é necessário mais, principalmente devido ao fato de que turismo e cultura foram muito prejudicados em decorrência da pandemia.

Em sua opinião, o turista é dinâmico e procura uma vivência ativa, que possa compartilhar em redes sociais, o que se acentuou com a pandemia. Faz-se necessário, então, pensar em produtos turísticos que tenham essa característica e que o setor se adapte a essa realidade.

Bernardo Duarte, diretor do Centro da Música da Fundação Nacional de Artes (Funarte)

O Sr. Bernardo Guerra Duarte ressaltou que música e turismo caminham juntos e que o carnaval é o melhor exemplo disso, pois traz o maior número de estrangeiros para o Brasil e movimenta o turismo interno em várias cidades brasileiras. Recife atrai o turista com o frevo; Salvador, com a música baiana; e Rio de Janeiro, com os desfiles na Marquês de Sapucaí. Citou o *Rock in Rio* e o festival *Lollapalooza* e lembrou que, no período do festival de ópera de Manaus, o número de turistas na cidade quase quintuplica. Também mencionou o Festival de Campos do Jordão. Disse que atrair o turista para evento musical ou para comer comida típica são exemplos de sucesso de como trabalhar a economia criativa.

Informou que o Centro da Música da Funarte tem lançado, há anos, um edital para fomentar festivais de música. Ressaltou que não se trata de grandes festivais, mas de festivais que tenham potencial de mudar as cidades onde ocorrem. Festivais de cidades pequenas, que acontecem há muitos anos em períodos definidos, entram para o calendário turístico, como a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), ou o Festival de Artes de São Cristóvão.

Afirmou que o investimento que o governo federal tem feito na música tem tido resultados positivos. Na pandemia, a Lei Aldir Blanc ajudou vários municípios brasileiros. A dificuldade encontrada, e um dos pontos a serem observados, é a falta de capacitação dos gestores para fazer projetos que estejam ligados à música, à comida da região, ou a outra característica que permitisse aos municípios obterem recursos.

Sobre o ritmo que mais atrai turista, disse que o samba se destaca com o Carnaval, mas investimentos em música clássica têm movimentado muitos viajantes, como o Festival de Música de Santa Catarina (Femusc).

Por fim, destacou que a música impulsiona o turista e vice-versa, e o gestor precisa procurar alternativas para unir os dois.

Sigrid Ramos Cetraro, diretora do Teatro Amazonas e representante de Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas

Comentou que o Amazonas tem vocação para o turismo, pois seu nome é um atrativo natural que provoca encantamento.

Informou que o Teatro Amazonas e o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, realizam anualmente três festivais relacionados à música, que se destacam pelo número de espectadores presentes aos eventos e pela quantidade de turistas. Citou o Festival Amazonas de Ópera, na sua 24ª edição em abril de 2022, e que foi realizado virtualmente, por meio de *lives*, no ano de 2021. Além dele, mencionou o festival de jazz, na sua 10ª edição; e o Festival Folclórico do Estado do Amazonas, em Parintins. Mencionou que uma característica particular do Estado são as toadas do boi-bumbá.

Destacou que, durante a pandemia, o Estado realizou várias apresentações virtuais nos seus espaços culturais, de forma a prestigiar artistas, que passaram por um momento muito difícil.

Em sua opinião, devido à diversidade do Brasil, tanto cultural quanto regional, a diversificação de ritmos é muito grande e não se pode assegurar que um seja mais importante ou que atraia mais turistas que o outro.

Luiz Martins, diretor-geral da Orquestra Filarmônica de Alagoas

O Sr. Luiz Martins lembrou que a Orquestra Filarmônica de Alagoas nasceu em 2017 após cortes em bolsas na Universidade Federal de Alagoas, da qual ela fazia parte, e, nos quatro primeiros anos de existência, realizou mais de 60 concertos. Como músico, relatou que sente o tanto que a pandemia afetou o setor cultural, pois todos os concertos foram paralisados, e os profissionais tiveram que recorrer a *lives*; felizmente orquestra e artistas sobreviveram.

Enfatizou que a arte precisa ser vista como mecanismo de transformação social, de incentivo às regionalidades e aos regionalismos.

Lamentou que o País possua número restrito de orquestras, com poucos regionais no Amazonas, no Pará, no eixo Rio-São Paulo e na Região Sul. O Nordeste, entretanto, tem carência de mais investimentos para formar novos artistas e núcleos de música.

Em sua visão, o Brasil precisa cativar esses regionalismos, pois seu universo musical é grande. Quando se investe na música com parâmetro cultural e turístico, coloca-se em movimento uma verdadeira cadeia de atores no processo.

Em relação à pergunta feita por internauta sobre quais gêneros musicais brasileiros agradam mais aos turistas, concordou com as respostas dadas pelos outros participantes. Acredita que a música forma um caleidoscópio na mente do viajante e os lugares visitados ficam atrelados às vivências culturais. Citou projeto em Salzburg, na Alemanha, em que o turista tem a oportunidade de assistir, com algumas adaptações, à Orquestra Mozart nos moldes do séc. XVIII, período desse grande compositor.

Entretanto, a pergunta, para ele, deveria ser reformulada. O mais importante seria descobrir como instigar os regionalismos, as regionalidades e as múltiplas possibilidades de um local e fazer com que o turista se sinta estimulado a explorá-las. Em sua opinião, é necessário investir nos artistas locais, que conhecem as particularidades de suas regiões, para que possam transformar a arte deles em produtos a serem ofertados ao viajante.

Lembrou que precisam ser exploradas as 29 manifestações da arte e da cultura popular de Alagoas, chamadas de Folguedos, como o Guerreiro, o Pastoril, a Chegança, o Caboclinho e o Maracatu. Entende a importância dos festivais de ópera, verdadeiros catalizadores de público e de experiências.

Em resposta à questão sobre se há investimento adequado no setor, afirmou que, dependendo do ponto de vista, a resposta é sim e citou a Lei Rouanet como sendo o maior mecanismo com essa finalidade. Ressaltou, entretanto, que os recursos que ela disponibiliza não precisam de cortes, mas de redirecionamento, caso estejam sendo canalizados para locais desinteressantes.

Por fim, disse que é importante pensar ações para que o turismo musical seja melhor absorvido.

Ciclo de Debates sobre Turismo (4/4/2022)

I – Identificação

2ª Mesa, realizada em 4/4/2022

Finalidade: discutir o tema: “O impulso do setor de cruzeiros à atividade turística: perspectivas e desafios no pós-Ômicron”

II – Participantes

1. **Débora Gonçalves**, secretária nacional de Atração de Investimentos, do Ministério do Turismo (MTur);
2. **Alex Machado Campos**, diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
3. **Patrícia Mourão**, secretária municipal de Turismo, Esporte e Lazer de Maceió/AL;
4. **Marco Ferraz**, presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos.

III – Relato da exposição dos convidados

Débora Gonçalves, secretária nacional de Atração de Investimentos, do Ministério do Turismo (MTur)

A convidada comentou que o turismo de cruzeiro é uma das formas de fomento do turismo náutico. Na última temporada de cruzeiros na costa brasileira, 2019-2020, o impacto para a economia do País foi de R\$2,4 bilhões, com geração de mais de 34 mil empregos nas áreas de alimentação,

fornecimento, manutenção, além dos empregados contratados pelas empresas de cruzeiros. Segundo ela, a temporada atual teria superado esses números, se não fosse a pandemia.

Sobre o impacto econômico do setor, explicou que, em média, cada cruzeirista gasta na cidade que visita cerca de US\$ 100, o que considerou um valor alto, principalmente para as cidades menores; e acrescentou que, em 75% das vezes, o cruzeirista retorna ao destino para conhecê-lo melhor. Caracterizou o cruzeirista como um turista que gosta de comodidade, tem entre 31 e 60 anos, possui renda alta e, normalmente, volta ao destino.

Para dar suporte ao turismo de cruzeiros, de acordo com a palestrante, são necessárias medidas sanitárias que garantam a segurança para passageiros, operadores, empregados e prestadores de serviços turísticos nas cidades, além de medidas que visem à preservação ambiental. Ressaltou a importância de regulamentações claras, que proporcionem a presença de cruzeiros durante todo o ano na costa brasileira, pois, ao contrário de destinos como Noruega e Alaska, onde os cruzeiros operam em temporadas, o Brasil, especialmente a região Nordeste, não apresenta grande variação climática ao longo do ano. Nesse sentido, mencionou a reformulação da Política Marítima Nacional, que terá participação do Ministério do Turismo. A política anterior, elaborada em 1994, não apresentava previsões relacionadas ao setor. Considerou um avanço a participação do setor de turismo nessa discussão, que deverá regulamentar os cruzeiros e os esportes náuticos. Isso proporcionará maior segurança jurídica para as operadoras, que têm inúmeras dificuldades nos portos e com questões sanitárias.

Além dos cruzeiros, a secretária comentou sobre outras entregas do Ministério na área do turismo náutico, entre elas, o Portal do Turismo Náutico – *site* onde se pretende disponibilizar aos turistas informações sobre rotas dos cruzeiros náuticos e operadoras que atuam no Brasil. Também citou a elaboração de um estudo de viabilidade, em toda a costa brasileira, para a construção de rampas públicas, o que, segundo ela, fomentará o turismo náutico porque oferecerá ao cruzeirista melhor estrutura em locais turísticos, como em Fernando de Noronha.

Por fim, afirmou que o Ministério vem trabalhando em conjunto com outros órgãos para fidelizar o turista de cruzeiros, de modo que isso se torne um atrativo no País durante todo o ano, e não apenas em temporadas.

Alex Machado Campos, diretor da Quinta Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Para o palestrante, o setor de cruzeiros foi um dos mais atingidos pelos efeitos da pandemia. Recordou que, em função dessa crise sanitária, a Lei 13.979/2020 atribuiu à Anvisa a competência de recomendar regras e restrições relacionadas às fronteiras, o que afetou a atividade de cruzeiros no País. Considerou a situação dos cruzeiros extremamente delicada, uma vez que os primeiros surtos da covid-19, que chamaram a atenção do mundo inteiro, ocorreram em cruzeiros marítimos. Isso também ocorreu na costa brasileira, desencadeando preconceito em relação aos cruzeiros e mobilizando a atenção da opinião pública e da Anvisa.

Em 2021, segundo ele, a Anvisa estabeleceu uma linha de comunicação com a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos e com as empresas, a fim de elaborar um protocolo sanitário que possibilitasse a retomada das atividades. Comparou a atuação da Anvisa em portos, aeroportos e fronteiras com a ação articulada de cooperação federativa do SUS, que implementou 40 mil salas de vacinação, em todo o País, durante a pandemia.

Ressaltou o papel do modal aéreo na disseminação do vírus, em que os fluxos migratórios de passageiros funcionam como aldeias globais, tornando-se um grande desafio para os países, especialmente para os de dimensão continental como o Brasil. Acerca da experiência com os cruzeiros durante a pandemia, argumentou que, mesmo com estrutura deficitária, a Anvisa atuou nos portos. Reforçou que esse setor foi prejudicado em função da inexperiência de atuação frente a uma pandemia e dos episódios de contaminação que evidenciaram essa atividade como lugar disseminador de surtos.

O convidado ponderou que a crise vivida pelo setor nesse período também produziu resultados importantes ao longo de 2021, que resultaram na retomada das atividades no dia 5 de novembro do mesmo ano. O governo federal editou portaria que estabeleceu, nas fronteiras, um regime de cooperação entre Anvisa, Ministério da Saúde, municípios e estados, a fim de que fosse elaborado um protocolo envolvendo todos os entes. Os municípios e estados foram convidados a expedir planos de operacionalização para situações como hospitalizações, deslocamento de pessoas e atendimentos dentro dos navios. Esses planos, em conjunto com um protocolo sanitário expedido pela Anvisa, por meio de resolução da diretoria colegiada, possibilitou a retomada da atividade com segurança sanitária. A vacinação foi escolhida como eixo desse protocolo e foi aliada a políticas de testagem e protocolos sanitários rigorosos adotados pelas operadoras.

Explicou que, entre 5 de novembro e meados de dezembro de 2021, houve um período de tranquilidade, com casos isolados de covid-19, entre tripulantes e viajantes, em navios trafegando com até cinco mil pessoas. Somente quando o nível 4 fosse alcançado, os navios deveriam encerrar ou parar suas atividades, para uma reavaliação. Entretanto, a disseminação da Ômicron gerou, ao final do mês de dezembro de 2021, uma curva vertiginosa de casos dentro dos navios, acometendo tripulantes e viajantes. Isso elevou para o nível 4 o risco dessas embarcações, levando a Anvisa, no dia 31 de dezembro de 2021, a sugerir suspensão temporária das atividades. Recordou que a Associação Brasileira de Navios de Cruzeiros (Clia), no início de janeiro de 2022, anunciou a suspensão voluntária das atividades, em função da Ômicron. Durante o mês de janeiro, a Anvisa acompanhou o cenário epidemiológico para assessorar a Casa Civil, o Ministério da Saúde e o Ministério do Turismo sobre quando retomar a temporada de cruzeiros. No final de fevereiro, a Anvisa ainda estava reticente, mas houve um consenso, e, com o apoio do Ministério da Saúde, iniciou-se a segunda fase da temporada de cruzeiros, que começou em 5 de março e deve finalizar em breve.

Para o convidado, o ano de 2022 contará com a experiência e o aprendizado do que foi vivido durante 2021. Ponderou que os navios são

ambientes sensíveis, em função do confinamento, mas defendeu que, em um cenário epidemiológico menos crítico – com menos internações, ampliação da vacinação e da testagem – é possível conviver com protocolos que viabilizem a atividade. Recordou que, nos períodos críticos, como no mês de janeiro de 2022, os municípios foram unânimes em não apoiar a retomada dos cruzeiros, pois com os hospitais lotados pelo País, não havia possibilidade de prestar assistência.

O palestrante informou que recentemente ocorreu a abertura da fronteira aquaviária internacional, por força de portaria interministerial. Isso irá permitir a retomada dos cruzeiros com viagens transcontinentais que passam pela costa brasileira.

O orador argumentou que, durante a pandemia, quando muitas atividades foram penalizadas, a Anvisa enfrentou dilemas que envolveram a economia e a defesa da saúde. Obviamente, a Agência sempre optou pela proteção da saúde, mas com um olhar atento para as atividades econômicas, de forma que essas fossem exercidas com o menor prejuízo possível. Reforçou que a Anvisa continua atenta ao aperfeiçoamento dos protocolos e está aberta ao diálogo com o setor econômico, tendo em vista a questão mais importante: a saúde dos viajantes.

Sobre o debate acerca de exigências rigorosas para os cruzeiros quando comparadas com as de outros modais de transporte, o palestrante argumentou que, em todo o mundo, os sistemas de controle sanitário foram testados durante a pandemia e concordou que o aeroporto, junto com seu modal de transporte, foi o sistema mais sensível. Alegou que não houve tempo para uma harmonização em relação às políticas e aos protocolos adotados mundialmente, inclusive porque as vacinas chegaram em momentos distintos em cada país.

O convidado ponderou que as discussões sobre regulação consideraram as diferenças entre os modais. As medidas de fronteiras adotadas em aeroportos tinham o objetivo de retardar a disseminação do vírus, a fim de que o sistema de saúde pudesse ser capaz de enfrentar a assistência. Entre essas medidas, muitas tinham o caráter dissuasório, como a política de quarentena

ao chegar no país. Na área aquaviária, recordou que o Brasil ficou fechado, sem embarcações com características de transporte de passageiros, entretanto, nunca esteve fechado para o transporte de cargas, que teve protocolos rígidos e elogiados internacionalmente – enquanto em alguns países houve engarrafamento de navios, no Brasil, os fluxos de transporte de cargas não pararam. Comentou que os navios de cruzeiro, embora atualmente sejam sofisticados e incluam áreas de circulação externa, são sensíveis porque envolvem viagens mais longas, com no mínimo três dias, em ambiente fechado. Em relação à aviação civil, havia uma concordância global de que os fluxos de medicamentos, importações de insumos e transporte de pessoas não podiam parar. Dessa forma, foram adotados nos aeroportos protocolos para evitar a paralisação dessa atividade, e, ao mesmo tempo, foram estabelecidas medidas de dissuasão, retenção e enfraquecimento da disseminação do vírus.

Em relação à questão que envolve cruzeiros e fronteiras, defendeu que isso está relacionado a um regulamento sanitário internacional, do qual o Brasil irá participar das discussões, pois acredita que, depois da pandemia, o mundo mudou, e esse regulamento provavelmente mudará. Comentou que a Anvisa já tinha um guia de cruzeiros respeitado mundialmente, por ser um dos mais rigorosos do mundo. Embora o setor, às vezes, reclame desse protocolo, considerou que ele foi útil no processo de retomada as atividades.

Por fim, avaliou que a pandemia trouxe para as autoridades sanitárias o aprendizado de propor iniciativas importantes e oportunas, mas também de recuar quando as medidas não são proporcionais à situação epidemiológica. Para ele, no futuro, haverá planos de contingências mais adaptáveis e capazes de enfrentar, com mais proporcionalidade, novas epidemias e crises.

Patrícia Mourão, secretária municipal de Turismo, Esporte e Lazer de Maceió/AL

A secretária concordou que houve um amplo diálogo entre municípios, estados, a Clia, o Ministério do Turismo, o Ministério da Saúde e a Anvisa, no qual todos estavam cientes de suas responsabilidades e da seriedade da

situação. Defendeu que os problemas e as dificuldades foram equacionados no período pós-pandemia, mas também após o aparecimento da Ômicron. Considerou como um grande aprendizado da pandemia essa interlocução interinstitucional, em todos os níveis – federal, municipal, estadual –, com as diferentes agências da iniciativa privada.

Reforçou a importância econômica do setor, mencionando que uma parada de navio gera para as cidades entre R\$800 mil e R\$1 milhão. A ausência dessa atividade gera prejuízos especialmente para os pequenos prestadores de serviço do turismo, que se ressentem cada vez que um navio não aporta na cidade. Essa situação justifica o movimento feito por parte dos governadores e prefeitos para a retomada das atividades. Especificamente sobre Maceió, requereu que, na próxima temporada, alguns navios possam pernoitar na cidade, prestigiando a construção do terminal de passageiros, o qual representa uma conquista junto ao governo federal e estadual.

Por fim, frisou que municípios e estados fizeram o possível para viabilizar as exigências e protocolos acordados com o Ministério da Saúde e a Anvisa – os quais avalia como importantes –, mas argumentou que o rigor em relação aos cruzeiros foi grande quando comparado à fiscalização realizada em aeroportos e rodoviárias, que considerou menor em função da justificada dificuldade com recursos humanos. Afirmou que os cruzeiros foram a forma mais segura de viajar nessa temporada, visto que as exigências rigorosas foram atendidas com responsabilidade.

Marco Ferraz, presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos

O convidado explicou que a Clia é uma entidade internacional, com sedes em Washington, nos Estados Unidos, em São Paulo e com três escritórios distribuídos em outros países. Participam da Associação, que inclui 95% dos navios do mundo, 56 armadores – nome técnico das empresas que têm navios de cruzeiros –, com 268 navios e 350 parceiros executivos que incluem empresas, destinos e portos. O principal canal de venda é o

agente de viagem, segmento que inclui 13 mil agências e 50 mil agentes de viagens.

Discorreu sobre os tipos de navios que operam no setor. O navio contemporâneo, comum na costa do nordeste e do sudeste, comporta até 6,5 mil passageiros. Apresenta preços mais acessíveis – diária de até US\$150 – e faz roteiros de três a oito noites. O navio *premium* comporta até 2,5 mil passageiros e tem diária de até US\$400. Esse tipo de navio passa pelo Brasil em roteiros de volta ao mundo ou de posicionamento em algum destino da América do Sul. O navio de luxo, com relação de quase um tripulante para cada passageiro, comporta de 75 a 800 turistas, tem diária acima de US\$400 e opera roteiros de até seis meses, que dão volta ao mundo, passando pela costa brasileira e entrando no Amazonas. O navio de expedição, como o da *National Geographic*, vai para o Ártico e para a Antártica, passando pelo Brasil. E, por último, há o navio fluvial, característico na Europa, pois, por ser baixo, passa sob pontes, como as do Rio Sena. Comentou que o setor fluvial tem crescido muito, inclusive no Brasil, especialmente no Rio Amazonas, onde os navios são diferentes em função de ondas, que não ocorrem nos rios europeus.

O palestrante explicou que o setor de cruzeiros crescia muito até 2019, quando foi alcançado o número de 30 milhões de cruzeiristas. Sobre o perfil dos cruzeiristas, informou que quase metade são americanos, seguidos pelos europeus, cerca de 25%; asiáticos, especialmente chineses; e pessoas da Oceania. Na América do Sul, há cerca de um milhão de cruzeiristas, número que ele considerou pequeno, mas com grande potencial. Sobre os destinos dos navios, informou que o Caribe é o principal; seguido pela Europa, que inclui Mediterrâneo, norte da Europa, Báltico e Reino Unido. Alguns destinos estão em crescimento, como a China, o sul da Ásia, a Oceania e o Alasca. Esse último tem 5% dos navios do mundo, destino maior que a América do Sul, que tem apenas 2%.

Reforçou o impacto econômico do setor no mundo: mais de US\$ 154 bilhões em 2019, com mais de 1,1 milhão de empregos gerados em cidades de embarque. Ressaltou que essas também têm impactos econômicos com

o pré e o pós-embarque, pois o turista chega um ou dois dias antes e gasta com hospedagem, consumo e visita às atrações. Esse gasto, cerca de US\$ 385, é notado em destinos como Miami, Fort Lauderdale, Barcelona e Hamburgo; e cerca de US\$ 100 é o gasto em cidades de trânsito, onde o cruzeirista passa apenas o dia.

Em relação aos investimentos futuros, o convidado afirmou que há 93 novos navios para entrar em operação, com mais de 223 mil leitos. Frisou a importância de o Brasil se candidatar para receber esses navios.

Sobre o período da pandemia, o orador explicou que, no dia 13 de março de 2020, as operações foram paralisadas em todo o mundo. Nesse contexto, muitos navios tentavam retornar para o destino de origem, mas muitos portos, aeroportos e cidades estavam fechados. O Brasil, diferentemente de muitos países, recebeu os navios que estavam na América do Sul. As pessoas foram acolhidas, alimentadas e medicadas, e, com a ajuda da Anvisa e do Ministério das Relações Exteriores, os passageiros foram conduzidos para os aeroportos, a fim de voltarem para suas casas. Durante a paralisação das atividades, protocolos foram desenvolvidos, junto às autoridades, e, a partir de junho de 2020, alguns navios voltaram a operar, principalmente na Europa e, posteriormente, no sul da Ásia. Atualmente há o retorno de cerca de 84% das operações em todo o mundo – a China é uma exceção, pois neste momento, ainda não abriu a operação de navios de cruzeiros.

No Brasil, de acordo com o palestrante, ocorreu uma redução considerável de navios de 2010 a 2016, mas, em seguida, voltou a crescer. Na temporada 2020/2021, não houve operação, e, na temporada atual, 2021/2022, há cinco navios operando. Nas três últimas temporadas, houve crescimento do setor, que alcançou o número de 470 mil cruzeiristas, com impacto de R\$ 2,2 bilhões, cerca de R\$ 450 milhões por navio, além da geração de quase 34 mil empregos – uma relação de 13 cruzeiristas para cada emprego gerado no País. Segundo ele, dados da FGV indicam que o cruzeirista gasta cerca de R\$ 557 ao visitar uma cidade, logo, uma cidade que recebe 200 mil cruzeiristas recebe cerca de R\$ 110 milhões. Sobre a temporada atual, os dados ainda não estão disponíveis. Ela continuou até o dia 22 de abril de 2022, em 14 destinos, foi iniciada em 5 de novembro de 2021, mas foi suspensa voluntariamente por dois meses, acatando a recomendação da

Anvisa e das autoridades sanitárias. Foram ofertados 193 mil leitos, porém, nem tudo foi vendido, principalmente após o período de suspensão das atividades. Apesar disso, acredita-se que serão gerados mais de R\$ 1 bilhão para a economia brasileira e quase 14 mil empregos.

Foi abordada a questão dos navios de longo curso, que passam pelo Brasil durante a volta ao mundo, em direção ao Ushuaia e à Antártica. De acordo com o convidado, o Brasil pode receber cerca de 35 navios de longo curso, e espera-se que esse número seja alcançado na próxima temporada. Nesse sentido, ressaltou a importância de protocolos seguros, elaborados com auxílio da Anvisa.

Sobre os protocolos adotados nos cruzeiros, mencionou: necessidade de ciclo completo de vacinação; horário marcado de embarque e desembarque, a fim de diminuir aglomeração nos terminais; seguro de saúde, declaração de saúde e testagem obrigatórios; testagem de 100% dos passageiros e tripulantes antes do embarque; testagem de 10% dos passageiros e tripulantes todos os dias dentro do navio; maior distanciamento; menor ocupação; uso obrigatório de máscaras; e redimensionamento de bufês, shows, piscinas e passeios, conforme os novos protocolos da Anvisa, dos municípios e dos estados. Comentou ainda que a higienização foi aumentada com a utilização de novos produtos; e o ar-condicionado foi alterado com novos filtros de limpeza e proibição da recirculação de ar. Além disso, o monitoramento contínuo dos passageiros, feito pelos tripulantes e por dispositivos como pulseiras, colares, câmeras e controle de gastos, possibilita que, em caso de testagem positiva, a pessoa seja isolada em cabine e os contatos próximos sejam testados. Após o isolamento, o passageiro deve desembarcar no próximo porto possível, com a contratação de ambulâncias, hospitais ou hotéis, em caso de necessidade de quarentena. Segundo o palestrante, a grande maioria dos passageiros que testaram positivo a bordo foram assintomáticos ou apresentaram sintomas de pouca gravidade, o que atribuiu à exigência da vacinação.

O orador comentou que, para a próxima temporada, há oito navios confirmados na operação de cabotagem, com a chegada do primeiro prevista para o dia 29 de outubro de 2022. Os navios ficarão na costa brasileira

até 20 de abril de 2023, totalizando seis meses de operação, em 14 destinos. Em Maceió, estão previstas 18 escalas e 94 mil hóspedes, que, somados a mais de mil tripulantes em cada escala, ultrapassarão 100 mil pessoas visitando a cidade. Considerando o valor de R\$ 557 em gastos, esse número de pessoas acrescentará à economia de Maceió mais de R\$ 55 milhões. Segundo ele, serão 161 roteiros, 629 escalas e uma oferta total de 677 mil leitos. A previsão é ultrapassar os resultados de 2019, gerando mais de R\$ 3 bilhões para a economia brasileira e mais de 43 mil empregos. Entre os navios previstos para a temporada, citou três da empresa Costa e cinco da MSC, que terão cinco portos de embarque: Itajaí, Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Maceió.

O representante da Clia também discorreu sobre o perfil do cruzeirista brasileiro no ano de 2019. Foram quase 570 mil cruzeiristas, a maioria de primeira viagem, viajando em média sete dias, com idade média de 43 anos – inferior à idade média do mundo –, a maioria casados e com ensino superior; maior presença de mulheres e de passageiros provenientes principalmente do Estado de São Paulo. Entre esses cruzeiristas, o principal destino nacional foi a região nordeste e o internacional, o Caribe. Conforme pesquisa da FGV, 87% dos cruzeiristas querem voltar ao destino para uma estada em terra, concluindo que o navio é uma vitrine para o destino.

Por fim, comentou sobre o investimento que se pretende fazer em relação aos cuidados com o meio ambiente. Foi assinado, com a Comunidade Europeia, acordo para reduzir o carbono dos navios em 40%, até 2030, e em até 100%, no prazo máximo de 2050. Mencionou os investimentos para a utilização do gás natural liquefeito como combustível. O Brasil ainda não está preparado para esse tipo de abastecimento dos navios, mas há tratativas com o Ministério da Infraestrutura para adequar os portos brasileiros com essa finalidade. Citou a presença de catalisadores que limpam os gases de escape e os sistemas de tratamento de esgoto e água dentro dos navios. Segundo ele, os portos brasileiros ainda não estão preparados, mas os navios já estão prontos para consumir, mediante pagamento, energia local nos portos.

Para auxiliar o trabalho da Clia, o convidado enfatizou a necessidade de redução dos custos com impostos e de uma melhor infraestrutura no País, que inclui portos, dragagens, batimetria, atualização de cartas náuticas, terminais de passageiros e mais destinos com píeres. Atualmente, há tratativas com cinco destinos – Penha, em Santa Catarina; Ilha do Mel, no Paraná; Morro de São Paulo, Barra Grande e Itaparica, na Bahia – e há pretensão de buscar novos destinos para a ampliação dos roteiros.



